

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

LEONARDO JOSÉ DO CARMO SILVA

DESAFIOS SÓCIO-TECNOLÓGICOS IMPOSTOS A PROFESSORES E ALUNOS
DIANTE DO CONTEXTO HISTÓRICO DE CRISE PANDÊMICA DE COVID-19 NO
MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS/GO

MORRINHOS/GO

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

LEONARDO JOSÉ DO CARMO SILVA

DESAFIOS SÓCIO-TECNOLÓGICOS IMPOSTOS A PROFESSORES E ALUNOS
DIANTE DO CONTEXTO HISTÓRICO DE CRISE PANDÊMICA DE COVID-19 NO
MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS/GO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sul, sede Morrinhos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos

Linha de Pesquisa: Cultura e Relações de Poder

MORRINHOS/GO

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

SSI58 SILVA, Leonardo José do C.

6d Desafios Sócio-tecnológicos Impostos a Professores e Alunos diante do Contexto Histórico de Crise Pandêmica de COVID-19 no Município de Caldas Novas/GO / Leonardo José do C. SILVA; orientador Flávio Reis dos Santos.

-- Morrinhos, 2022.

104 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em História) -- Câmpus Sul - Sede:

1. COVID-19. 2. Desafios Tecnológicos . 3. Trabalho docente. 4. Educação . 5. Caldas Novas/GO. I. Reis dos Santos, Flávio , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

Desafios Sócio-tecnológicos Impostos a Professores e Alunos diante do Contexto Histórico de
Crise Pandêmica de COVID-19 no Município de Caldas Novas/GO

Leonardo José do Carmo Silva

Exame de Defesa de Mestrado realizado em 31/03/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos
(Orientador)

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos
(Membro Externo)

Prof. Dr. André Luiz Caes
(Membro Interno)

DEDICATÓRIA

À memória da amiga, historiadora, professora e parceira nos estudos da História e do Direito Carmem Lúcia Cabral, que tão precoce e abruptamente partiu deste plano, todavia tendo nos deixado valiosas lições.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta trajetória no curso de mestrado em História, foi possível contemplar e constatar toda a grandiosidade desta Ciência atemporal que com sua magnitude investiga o passado, dialogando com o presente e sendo capaz de projetar o futuro com base em fontes e raízes históricas, e é por falar em raízes que inicio agradecendo aos meus pais Gláucia Maria do Carmo Silva (*in memoriam*) e Sebastião Gonçalves da Silva (*in memoriam*), que por inúmeras vezes se privaram do que comer ou vestir para me dar o melhor presente e a melhor herança que um filho poderia receber, aquilo que em suas humildes palavras assim saía: “estuda, meu filho, porque o estudo é a única coisa que ninguém tira da gente”. Missão cumprida, mamãe e papai!

Agradeço a Deus e toda a espiritualidade pela força, resistência e oportunidade de estar vivo quando toda a população mundial atravessa uma pandemia que hoje, 16 de fevereiro de 2022, atingiu a marca de 640.000 mortes apenas no Brasil. Sem fé, eu não teria conseguido chegar até aqui em meio a todo o caos e a todos os prejuízos e danos emocionais, sociais e profissionais decorrentes deste contexto.

Agradeço ainda ao meu orientador, Professor Dr. Flávio Reis dos Santos por todo o carinho, respeito, empatia, comprometimento e seriedade com os quais me conduziu ao longo deste estudo. Muito obrigado, nobre doutor por acolher este professor egresso da Letras que hoje, graças principalmente ao senhor (ou você, como insiste em ser chamado), passará a ser também um historiador, que em tempos de tamanha banalização e negacionismo científico tem a honra de abraçar e ser abraçado por esta Ciência, que jamais poderá ser reduzida a mera narrativa de fatos. Serei eternamente grato pela honra de ter academicamente rompido e descartado ideias obsoletas, por me desconstruir e reconstruir tantas vezes, e principalmente: por ter passado por todo este processo sob sua orientação e mentoria.

Sou também imensamente grato aos incansáveis esforços da coordenação e de todo o corpo docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás do câmpus Sul – Sede Morrinhos – GO, no sentido de aqui implantar o PPGHIS (Programa de Pós-Graduação em História) em nível mestrado. São conquistas deste tipo que fazem com que a cada dia eu me orgulhe mais em ter a UEG como minha *alma mater*, que desde a minha primeira graduação, concluída no ano de 2002, tem se feito presente em minha vida acadêmica em meio a tantas idas e vindas.

Agradeço ao Prof. Dr. André Luiz Caes, membro da Banca de Defesa de mestrado juntamente à Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos ao suplente Prof. Dr. Júlio Cesar Meira a quem tenho a mais profunda e sincera admiração e respeito pelo trabalho, postura, ética e pelo cientista indescritível e imprescindível que ele é e me inspira a ser. Sou grato a ambos pelos apontamentos e sugestões, pela disponibilidade e, sobretudo pelo interesse em contribuir com este estudo que aborda um momento histórico tão sinestésico e delicado para toda a humanidade.

Por fim, não menos importante, foi justamente no trilhar deste curso de mestrado em História que pude também ter a honra de conhecer uma exímia estudiosa e mulher empoderada, que além de colega de curso se tornou uma amiga e parceira de estudos e discussões, de trocas de ideias, diálogos sócio-políticos, convergência de pensamentos e opiniões. Érica Regina Frutuoso Schuina, muito obrigado pelos momentos de riso em meio ao caos, pela reciprocidade do apoio nos momentos mais densos desta trajetória e por ser também um exemplo de mulher de luta, raça, coragem e resistência.

O desafio agora é explorar o outro lado do que nos fora ensinado como História, é investigar através do método científico os discursos silenciados na transitoriedade do tempo, devido a uma relação de poder que tem proporcionado uma única e perigosa verdade, o desafio agora é desconstruir e eu aceito este desafio.

SILVA, Leonardo José do Carmo. **Desafios tecnológicos impostos à classe docente diante do contexto histórico de crise pandêmica do COVID-19 no município de Caldas Novas/GO**. 2021. 94f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2021.

RESUMO

Ao considerar as nossas investigações, acreditamos que a relação entre práticas educacionais/docentes e pandemia do coronavírus carecem de estudos e pesquisas mais aprofundadas para que tenhamos condições de elucidar a realidade vivida pelos profissionais da educação em nosso país, sobretudo, do trabalho profissional/quotidiano realizado pelos professores da rede pública de ensino, considerando a estranha realidade que se afastou da normalidade vivida por dirigentes, professores, alunos e pais de alunos. O objetivo central deste trabalho é analisar os acontecimentos históricos que têm caracterizado a crise pandêmica de COVID-19 e exigido a reconstrução, readequação, reformulação do modelo de ensino, bem como de capacitação da classe docente à utilização das tecnologias digitais para a manutenção das atividades de aprendizagem de forma remota que, por consequência tem resultado a precarização e a proletarização do trabalho e atividades profissionais diárias dos professores. Para a realização de nossas análises definimos o estudo de caso enquanto metodologia da pesquisa, apoiado em uma abordagem quanti-qualitativa para empreender as análises empíricas, que se concentram em cinco unidades escolares públicas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos no município de Caldas Novas/GO. Aplicamos questionários com perguntas semiestruturadas aos professores da disciplina de História, na medida em que entendemos que assim é oferecida maior possibilidade de liberdade ao interlocutor quanto ao processo de construção e expressão de suas respostas. A aplicação dos questionários foi realizada virtualmente, por meio do aplicativo *Google Forms* e atendeu a todas as medidas éticas e técnicas da academia, bem como as determinações legais de distanciamento social, protocolos de biossegurança para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, inclusive aqueles determinados pela rede municipal de ensino de Caldas Novas. Verificamos até o presente momento, 09 de outubro de 2021, que o trabalho docente tem sido significativamente precarizado e proletarizado, visto que o professor foi impelido a investir em formação continuada, recursos tecnológicos e demais materiais didático-pedagógicos para sustentar a realização e desenvolvimento de suas atividades profissionais remotamente, sem haver contrapartida econômico-financeira tanto do estado de Goiás quanto do município de Caldas Novas/GO.

Palavras-Chave: Docentes na pandemia, Ensino Remoto, Educação de Jovens e Adultos, Coronavírus.

SILVA, Leonardo José do Carmo. **Technological challenges imposed on the teaching class in the historical context of the Covid-19 pandemic crisis in the municipality of Caldas Novas/GO**. 2021. 94f. Dissertation (Masters in History) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2021.

ABSTRACT

When considering our investigations, we believe that the relationship between educational/faculty practices and the coronavirus pandemic lacks further studies and research so that we are able to elucidate the reality experienced by education professionals in our country, above all, the professional/daily work carried out by public school teachers, considering the strange reality that moved away from the normality experienced by leaders, teachers, students and students' parents. The main objective of this work lies in the analysis of the historical events that have characterized the COVID-19 pandemic crisis and required the reconstruction, readjustment, reformulation of the teaching model, as well as the training of the teaching class in the use of digital technologies for the maintenance of remote learning activities which, as a consequence, has resulted in the precariousness and proletarianization of work and daily professional activities of teachers. To carry out the analyses, we defined the case study as a research methodology, supported by a quantitative-qualitative approach to undertake our empirical analyses, which focus on five public school units that offer Youth and Adult Education in the city of Caldas Novas/GO. We applied questionnaires with semi-structured questions to the teachers of the discipline of History, as we understand that it offers greater freedom to the interlocutor regarding the process of construction and expression of their answers. The application of the questionnaires was carried out virtually through the Google Forms application and met all ethical and technical measures of the academy, as well as the legal determinations of social distancing, biosafety protocols to face the COVID-19 pandemic, including those determined by the municipal school system of Caldas Novas/GO. We have verified so far, October 09th, 2022, that the teaching work has been significantly precarious and proletarianized, since the teacher has been driven to invest in continuing education, technological resources and other teaching and teaching materials to support the realization and development of their professional activities remotely, without there is an economic-financial counterpart both from the state of Goiás and from the municipality of Caldas Novas/GO.

Keywords: Teachers during pandemics, Remote Teaching, Youth and Adults Education, Coronavirus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comparações de Notificações de Casos de COVID-19 de Diferentes Fontes .	22
Figura 2 – Novos Casos de COVID-19 Notificados em Território Brasileiro	27
Figura 3 – Óbitos Diários Causados por COVID-19 no Brasil	28
Figuras 4 e 5 – Capturas do <i>Whatsapp</i>	46
Figuras 6 e 7 – Capturas do <i>Whatsapp</i>	47
Figura 8 – Pergunta 1	78
Figura 9 – Pergunta 3	79
Figura 10 – Pergunta 5	81
Figura 11 – Pergunta 6	81
Figura 12 – Pergunta 7	82
Figura 13 – Pergunta 8	83
Figura 14 – Pergunta 10	84
Figura 15 – Pergunta 11	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes de Caráter Emergencial.....	65
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRANSFORMAÇÃO DA NORMALIDADE: A CRISE PANDÊMICA DO CORONA VÍRUS.....	18
2.1 A Pandemia de COVID-19 no Mundo.....	20
2.2 A Pandemia de COVID-19 no Brasil.....	25
2.3 A Educação em Tempos de COVID-19 no Brasil.....	34
3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO FOMENTADO PELA NOVA CRISE SANITÁRIA MUNDIAL.	42
3.1 A expansão dos principais recursos: <i>WhatsApp, Youtube</i>, plataformas de ensino, aulas gravadas, aulas síncronas e afins.....	43
3.2 A necessidade de adaptação imediata da classe docente diante da utilização desses recursos frente à limitação tecnológica das escolas	49
3.3 O comércio da Educação: Uma relação de capital acentuada pelos ideais neoliberais, legitimada no cenário da pandemia de COVID-19	55
4 PROFESSORES? PRESENTE!.....	61
4.1 O Corona Vírus e a Educação no Estado de Goiás	64
4.2 A Pandemia e as Atividades Educativas em Caldas Novas/GO	70
4.3 Desafios e Perspectivas do Trabalho Docente na Concepção de Professores da Rede Municipal de Ensino de Caldas Novas/GO em Tempos de COVID-19.....	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
6 REFERÊNCIAS	91
7 APÊNDICES	98
APÊNDICE 1	98
APÊNDICE 2	101

1 INTRODUÇÃO

As medidas de distanciamento e/ou isolamento social impostas pela pandemia de COVID-19 trouxeram uma nova realidade para a sociedade contemporânea demandando novas reflexões aos pesquisadores e profissionais que atuam na Educação, sobretudo, em função da ausência de postura participativa na tomada de decisões, expressa nas propostas apresentadas como uma forma de cumprir o calendário escolar previsto para os anos de 2020 e 2021 (MARINHO, 2020). Ações deste tipo têm o poder de acentuar ainda mais uma relação de poder institucionalizada nas quais decisões são tomadas e repassadas de maneira unilateral ou arbitrária em certos casos e finalmente executadas, haja o que houver.

Tomando como referência a profissão docente, o ensino remoto¹ muito depende da responsabilidade e do compromisso social da instituição que o oferta, levando-se em conta a trajetória histórica da modalidade de Educação a Distância² (EaD) no Brasil, à guisa de comparação. No entanto, as condições de trabalho que caracterizam a realidade da prática docente em nossos dias muito se afasta do objetivo de tais modalidades, que para ser implantadas passam por estudos, análises, planejamento e já possuem um público-alvo específico, atuando de maneira receptiva quanto às novas matrículas. Trazendo a questão para a rede pública de ensino e a educação básica, é possível a compreensão de que a transformação da força produtiva que atua na formação de um novo profissional e na produção do conhecimento sobre a docência reverberam as contradições do modo de produção capitalista deste século, no atual contexto pandêmico (SILVA; LIMA, 2020).

Dentre as medidas implementadas para a suspensão das atividades presenciais, destacamos a adoção de ferramentas digitais visando instrumentalizar o ensino remoto nas escolas da Educação Básica públicas e privadas com o propósito de manter em movimento o

¹ O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial por que do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado. Foi preciso pensar em atividades pedagógicas mediadas pelo uso da internet, pontuais e aplicadas em função das restrições impostas pela COVID-19 para minimizar os impactos na aprendizagem advindos do ensino presencial. O currículo da maior parte das instituições educacionais não foi criado para ser aplicado remotamente. Por isso, o professor de uma hora para outra teve que trocar o “botão” para mudar de sintonia e começar a ensinar e aprender de outras formas (BEHAR, 2020, p. 2).

² Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, tutores e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Ela possui um modo de funcionamento com uma concepção didático-pedagógica própria. Esta abrange conteúdos, atividades e todo um design adequado às características das áreas dos conhecimentos gerais e específicos, contemplando o processo avaliativo discente (BEHAR, 2020, p. 3).

processo de ensino e aprendizagem em nosso país, o que tem demandado grande esforço frente a atuação dos professores e de adequação dos estudantes, que nem sempre têm acesso aos recursos digitais (MARINHO, 2020).

Ao considerarmos a atual realidade, nos concentramos na análise do ensino público na educação básica na modalidade EJA (Educação para Jovens e Adultos) no município de Caldas Novas, no interior do estado de Goiás, que nos remete à necessidade de disponibilização de uma plataforma virtual de apoio e suporte pedagógico para professores e alunos, com vistas ao prosseguimento das atividades escolares de forma remota uma vez que, desde o fechamento das escolas e implantação do regime de aulas não presenciais (REANP) em março de 2020 devido à pandemia de COVID-19, os professores têm se utilizado de seus próprios recursos, celulares e computadores particulares para desempenhar as suas funções docentes junto às suas turmas de alunos, ou seja, o professor passou a ser o responsável pela construção e administração de grupos de *Whatsapp* para o envio de conteúdos e atividades de aprendizagem, pelas respostas às devolutivas dos estudantes e pela realização das avaliações, além de tantas outras funções para as quais imbricam o atual contexto e os diálogos acerca da aplicabilidade de novos meios tecnológicos na educação.

O consumo e potencialização da qualidade da conexão com a internet e o aumento crescente no valor das contas de energia elétrica são custeados pelos professores que, não dispendo de um estúdio para a organização e disponibilização de suas videoaulas, realizam as suas gravações e transmissões a partir de suas próprias residências, se expondo a um número maior de expectadores, além de exporem a sua intimidade individual e familiar. Outro problema identificado, inicialmente, no processo de desenvolvimento da presente pesquisa diz respeito à significativa quantidade de professores que não tem domínio das tecnologias digitais. Alguns não dominam plenamente sequer os sistemas de diário de classe eletrônico, que na rede municipal de ensino em Caldas Novas ainda é realizado pelo Software Excel e posteriormente impresso e assinado.

Essas tecnologias, aos olhos de muitos profissionais, ao invés de constituírem-se como aliadas ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, passaram a representar um entrave, um limitador, um vilão na medida em que o constrangimento da falta de familiaridade com as mesmas tem provocado estresse, frustração, crises de autoestima, além de críticas preconceituosas e discriminatórias que apontam uma suposta falta de interesse por parte dos professores em buscar informação e formação especializada para a utilização dos recursos digitais em suas aulas.

Diante do exposto, objetivamos analisar o contexto de crise pandêmica de COVID-19, que passou a exigir a adequação da categoria docente à utilização das tecnologias digitais para a manutenção das atividades de ensino e aprendizagem de forma remota e a consequente precarização de seu trabalho cotidiano; verificar a disponibilização por parte do governo do estado de Goiás e do município de Caldas Novas de recursos e equipamentos digitais para que o professor tenha as condições adequadas para o desempenho de suas funções docentes e apontar as concepções dos professores de Caldas Novas/GO sobre as condições de trabalho para o exercício de suas atividades diárias na realidade pandêmica atual, alinhada à política neoliberal de redução das responsabilidades sociais do Estado.

Elegemos o estudo de caso com o emprego de uma abordagem quanti-qualitativa para empreender as nossas investigações e análises concentrado em cinco unidades escolares públicas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino de Caldas Novas/GO. Foram aplicados questionários com perguntas semiestruturadas aos respectivos professores da disciplina de História, pois entendemos que tal opção oferece maior grau de liberdade ao interlocutor no que diz respeito ao processo de elaboração de suas respostas (LAKATOS; MARCONI, 1991). A aplicação dos questionários foi realizada de maneira virtual, por meio do aplicativo *Google Forms*, obedecendo a todas as medidas de distanciamento social, bem como os protocolos de biossegurança e enfrentamento da pandemia de COVID-19 adotados pela rede municipal de ensino de Caldas Novas.

As informações coletadas dos questionários consistem em observar o indivíduo em seu território, local público, no caso a escola, ou eventualmente em espaço de trabalho, a saber: remoto de forma *online* observadas as categorias dos sujeitos da presente pesquisa – professores da Educação Básica na modalidade EJA (Educação para Jovens e Adultos). O material coletado será analisado por meio do cruzamento das informações com bibliografias consolidadas por pesquisadores que se dedicaram ao estudo da temática, com vistas a assegurar consistência científica à presente dissertação.

Entendemos ser pertinente destacar que a relação entre práticas docentes e pandemia ainda não dispõe de estudos suficientes na literatura, o que encontramos é justamente o grito de socorro da categoria docente inserida em um universo estranho à normalidade da realidade vivida antes da eclosão e propagação do coronavírus. Denunciamos que o direito à educação tem sido negligenciado ou suprimido e o trabalho docente sistematicamente precarizado, visto que o professor se viu obrigado a investir, por si só, em formação continuada, recursos tecnológicos e demais materiais didático-pedagógicos para apoiar/sustentar a realização de

suas atividades profissionais por meio remoto, sem qualquer contrapartida financeira do estado de Goiás e do município de Caldas Novas/GO para cobrir os gastos aqui apontados, mesmo que sem condições financeiras para tal, o que representa uma das consequências dos baixos salários da categoria.

Além das condições laborais precarizadas, convém ainda salientar o fato de que, segundo Mills (1979), “os professores, especialmente os do primário e secundário, são, do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais” (MILLS, 1979, p. 147) o que, por conseguinte, acaba por ter seu trabalho igualmente proletarizado em uma sociedade capitalista que prioriza números e produção em detrimento à humanização e equidade. Desta forma, as práticas docentes passam a ser inseridas no rol de práticas de trabalho ou meios de produção subalternizados e subjugados. Portanto, se há o interesse por uma educação de qualidade superior às demais, há que se pagar por ela, o que estabelece uma relação de mercado e capital sobreposta a um direito essencial. Para isto, Enguita assevera que:

A categoria dos docentes [...] compartilha traços próprios dos grupos profissionais com outras características da classe operária. Para sua proletarização contribuem seu crescimento numérico, a expansão e concentração das empresas privadas do setor, a tendência ao corte dos gastos sociais, a lógica controladora da Administração pública e a repercussão de seus salários sobre os custos da força de trabalho adulta” (ENGUITA, 1991, p. 49).

Com a eclosão da pandemia de COVID – 19, o espaço de trabalho destes sujeitos proletarizados sofreu ainda uma drástica transformação, pois de um momento para outro a casa do professor cedeu lugar às suas atividades laborais que aumentaram significativamente, pois o planejamento, a separação e a organização dos conteúdos demandaram nova dinâmica para a realização de aulas síncronas e assíncronas, para o atendimento aos alunos em tempo integral por meio de diferentes plataformas digitais para direcionar, acompanhar e encaminhar as devolutivas de todas as atividades desenvolvidas ao longo deste novo processo de ensino e aprendizagem, o que tem tornado seus objetos pessoais de telefonia e informática condição *sine qua non* para prosseguir com suas tarefas profissionais.

A interpelação pelo Ensino de Jovens e Adultos como objeto de estudo se deu devido à percepção de que consideravelmente esta modalidade se difere da modalidade regular de ensino por inúmeras variáveis e fatores, a começar pela idade dos estudantes associada ao seu atraso ou ausência de vivência escolar sistematizada. Posto isto, o trabalho profissional desenvolvido juntamente a estes estudantes requer um olhar ainda mais sensível às suas vicissitudes, pois estamos diante de alunos que, em prol da própria subsistência, tiveram que escolher o trabalho em vez da escola; de alunos que passaram por privação de liberdade e,

consequentemente, pelo hiato nos estudos que esta condição implica; de alunas que se tornaram mães, esposas, mães solo que de maneira compulsória, ou não, tiveram sua trajetória escolar interrompida; de estudantes LGBTQIA+ que saíram ou foram expulsos de casa não conseguindo permanecer na escola; de alunos trabalhadores do campo, cuja jornada e intensidade de trabalho tem suas particularidades, dentre outros tantos casos.

Observar tantas peculiaridades e o caráter de segunda chance que a modalidade de Educação para Jovens e Adultos adquire por parte do olhar dos alunos nos motiva a partir do ponto de vista micro para o macro fazendo surgir a preocupação também com os professores desta modalidade, visto que eles representam e atuam como os mediadores desta relação de ensino-aprendizagem, visto também que as práticas de ensino sofreram uma abrupta transformação a partir do momento que houve o fechamento das escolas em março de 2020. O professor ficou responsável por ministrar aulas remotas, por ensinar sem estar presente, por ter que utilizar ferramentas e aparatos tecnológicos que o público destinado não domina ou, devido às condições financeiras, nem possui. Portanto, é na figura do profissional docente e em suas novas práticas de ensino, bem como o seu processo pedagógico que esta pesquisa se concentra, não menosprezando a figura docente, visto que entendemos a Educação como um processo interativo e bilateral.

Este estudo está dividido em quatro seções interconectadas, todavia cada uma lidando com um aspecto que compreendemos ser objeto de análise e reflexão com maior profundidade para que se entenda que a pandemia de COVID-19 tem servido como a tão aguardada oportunidade para que a elite dominante mais uma vez cooptasse as classes trabalhadoras vendendo soluções rápidas, porém longe do alcance de quem realmente necessita.

Na primeira seção foi construído um panorama geral acerca dos assuntos a serem abordados neste estudo. É lá que se encontram sem muitas delongas os principais motivos e inquietações para a realização desta pesquisa além de alguns dos seus objetivos, que entendemos terem sido cumpridos uma vez que o árduo, porém frutífero trabalho de pesquisa se deu de maneira muito cautelosa, ética, sensibilizada, porém não tendenciosa em nome do comprometimento com todos os pesquisadores que por motivos diversos acessarem este texto para fins acadêmicos.

A segunda seção versou sobre a transformação repentina do que se denominava normal na vida das pessoas, que a partir do surgimento do corona vírus puderam presenciar e vivenciar na prática os piores efeitos que uma pandemia pode acarretar. Efeitos estes que têm

se alastrado a todos os setores da vida pública e privada em todos os lugares do mundo, privilegiando quem acumula, explorando quem necessita. Nesta seção, que podemos classificar como introdutória, foram apresentadas as consequências da COVID-19 no Brasil e no mundo, bem como introduzidos os assuntos-chave que são a situação dos professores e da Educação no Brasil em tempos de pandemia para que a partir de então, eles pudessem ser adentrados com maior profundidade.

A terceira seção abordou a inserção das tecnologias digitais, supostamente como um dos efeitos acarretados pela pandemia de COVID-19 em nível de mundo e em nível de Educação. É neste segmento que foram abordados os progressivos e massivos usos das mídias sociais como possíveis soluções para solucionar, ou pelo menos amenizar os efeitos danosos que estavam acontecendo devido ao fechamento das escolas por um longo período de tempo e a prorrogação deste fechamento como medida de afastamento social para tentar conter a propagação do corona vírus e conseqüentemente da COVID-19. Lá, foi chamada a atenção para a situação dos profissionais docentes que sem serem consultados ou convidados ao debate, tiveram que migrar sem nenhum tipo de suporte ou treinamento para enfrentar o inimigo invisível.

A quarta e última seção dá voz a estes profissionais docentes para que os mesmos demonstrem como está de fato a situação dos professores que pertencem à rede municipal de ensino na modalidade EJA na cidade de Caldas Novas - GO. Buscamos explorar, a título de comparação, a realidade da rede municipal e estadual de ensino o que deixou evidente uma considerável discrepância no que diz respeito à amenização dos efeitos da pandemia na vida dos professores e alunos de ambas as redes.

2 TRANSFORMAÇÃO DA NORMALIDADE: A CRISE PANDÊMICA DO CORONA VÍRUS

O ponto inicial da até então, tida como, crise sanitária se deu a partir do final do ano de 2019, mais precisamente no mês de dezembro, quando surgiram notícias e relatos de uma gravíssima infecção respiratória que acometera pacientes em Wuhan, na China. O diagnóstico clínico para pacientes com este quadro havia sido, até então, de uma pneumonia aguda. A velocidade extremamente rápida com a qual a doença se espalhou, foi um dos fatores que intensificou as investigações em amostras de pacientes, possibilitando, assim, a identificação de um vírus do tipo corona, nomeado a partir de então como SARS-CoV-2, popularmente chamado de corona vírus que é o agente transmissor da doença Corona Virus Disease 2019, leia-se COVID-19.

Com a pandemia já anunciada, os números de contágio e mortes dispararam de maneira rápida e intensa, medidas sanitárias de enfrentamento como o *lockdown*, a quarentena e o distanciamento social começaram a ser postas em prática em caráter emergencial. Sendo reconhecidas como espaços de aglomeração de pessoas, o que facilita o contágio e propagação do vírus, as escolas foram fechadas e as novas tecnologias passaram a ser a ferramenta principal de disponibilização de aulas e conteúdos aos estudantes, independentemente de ser levado em consideração que os mesmos, somados aos professores, poderiam não ter acesso à internet e a tais recursos tecnológicos para o acompanhamento das aulas, a partir daquele momento.

Como medida de intervenção no novo universo tecnológico-digital em contexto pandêmico de COVID-19 foi aplicado o conceito educacional remoto que, embora parecesse novo para muitos, já tem bases sólidas no Brasil. Este conceito é encarado por vezes como desafiador no que diz respeito ao novo normal das práticas docentes, e devido ao seu caráter técnico e oneroso acaba por deixar de atender uma considerável parcela de alunos, em especial os que não dispõem de recursos ou domínio suficiente das novas tecnologias emergenciais.

Se for tomada como comparativo, a realidade que antecede o vigente período pandêmico aponta consideráveis avanços no sentido de trazer, manter e formar os alunos da modalidade EJA de forma presencial, doravante todos os esforços neste sentido parecem

sofrer um retrocesso de cunho excludente em virtude de novas ferramentas que não são acessíveis para todos.

Conforme supramencionado, a vasta pluralidade e necessidades dos alunos EJA automaticamente faz com que se estabeleça certa flexibilização, que tem início na dinâmica dos conteúdos ensinados ao longo do período letivo semestral, estendendo-se ao longo de todo o processo pedagógico tendo como alicerce o trabalho do docente, sobre o qual o tempo e a evolução dos discentes se encarregam de investigar, identificar as especificidades e então transformá-las de continuamente, para que todas as práticas de ensino utilizadas convirjam sempre para o favorecimento de que os estudantes se mantenham compartilhando e aprimorando conhecimentos de maneira efetiva e participativa.

É por compreender tais ações como sendo imprescindíveis no trato com a EJA, que se torna evidente o fato de que a maneira pela qual as ações efetivas ao longo da pandemia serviram para afastar e excluir ainda mais os estudantes, devido ao seu aspecto unilateral e compulsório, no qual através de recursos ou dispositivos digitais, os professores transmitem em tempo real (síncrono) ou a gravação previamente realizada (assíncrono) as suas videoaulas produzidas, não alcançando a totalidade dos alunos, que se tornam meros pontos receptivos de algo novo ou simplesmente sucumbem diante dos meios digitais e tecnológicos.

Por isso, se dá nosso entendimento de que educação só se faz de maneira participativa e acessível; por isso a concordância com Freire (1996), quando enfatiza que o docente não deve perder a oportunidade de tornar o aluno senhor do seu conhecimento, responsável pela construção e transformação dos seus saberes, podendo, também, produzir conhecimentos e não apenas ser um mero receptor de informações, pois, a partir do momento em que ocorre uma prática de ensino, é necessário que o sujeito que está aprendendo também tome para si a autoria do conhecimento do objeto.

Diante dos desafios e percalços desta nova realidade docente, é possível entender que de maneira incontestável e até arbitrária, este novo padrão de normalidade educacional foi estabelecido e normatizado fazendo com os docentes se adaptassem a ele de maneira compulsória e assim seguissem, sob uma alegação fantasiosa, de que este é o caminho melhor e mais viável para a solução do problema gerado pelo fechamento das escolas em virtude da pandemia. Logo, os professores têm se visto e se sentido pressionados a se colocarem na posição de meros repassadores de conteúdo, pois supostamente não resta outra opção face ao momento de crise.

Por isso, mesmo que de maneira arbitrária, há que se preocupar com o fato de que o professor que se utiliza de posturas egocêntricas e autossuficientes no processo de ensino e aprendizagem, nega a beleza da participação do aluno como sujeito ativo do conhecimento. Por isso, ensinar deve ser um conjunto de abordagens interativas e práticas de ensino mútuas e recíprocas (FREIRE, 1996) e unilaterais. Nesse sentido, reiteramos que por mais que seja desafiadora a nova realidade atribuída à educação, os valores que embasam a figura do docente permanecem os mesmos de outrora, afinal, sempre existirão conteúdos para ensinar e sempre haverá um aluno aprendiz que, mesmo diante de todo o impacto que esta aprendizagem cause inicialmente, estará disposto a resistir para aprender. É na expectativa e na projeção de dias melhores que a docência deve se aconchegar e permanecer lutando.

Nesta Seção ocupamo-nos em apresentar e discutir a concepção do novo normal, sobretudo, no que tange à seara da educação brasileira e seu atual processo de transição para um modelo de ensino não presencial, que tem se demonstrado pleno de incertezas e ausente de um planejamento coerente que priorize todas as nuances da pluralidade que constitui este país. Afinal, imaginar e querer que apenas a esperança modifique por si só todo o mundo, nada mais é do que uma maneira ideal de abraçar uma postura passiva e apática fadada ao pessimismo e ao fatalismo. Por isso, o ideal “é que ela (a esperança), enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE, 2016, p. 15).

2.1 A Pandemia de COVID-19 no Mundo

Tendo em vista a célere proliferação da doença, bem como o seu altíssimo grau de letalidade quando, segundo Zhang et al. (2020) já se contabilizavam mais de 2.800 óbitos até 27 de fevereiro de 2020. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara uma pandemia mundial de COVID-19 que passou, a partir de então, a ocasionar repentinas e significativas mudanças de cunho sanitário, econômico, social, político e educacional em todo o mundo.

Desde a declaração de pandemia proferida pela OMS, incontáveis eventos vêm surpreendendo e desafiando os mais avançados estudos no campo da saúde coletiva, fazendo com que os governos do mundo todo construam, em caráter emergencial, uma série de medidas e protocolos de biossegurança que incluem desde a higienização das mãos com água e sabão, que se revela como uma medida de custo módico, até a desinfecção das mãos com

álcool em gel, uso de máscaras de proteção, distanciamento e isolamento social, tudo isso como forma de prevenção do contágio e de contenção do novo coronavírus.

No entanto, o contexto ultraneoliberal no qual estamos inseridos demonstra uma miscelânea de fatores que pouco contribuem para o enfrentamento do vírus. A nova realidade das sociedades tem se demonstrado repleta de vícios, vícios estes que acabam por se sobressair no atual cenário de crise pandêmica, cujos dados revelam números e proporções demasiadamente alarmantes a ponto de atribuir a esta crise o lugar de protagonista de uma sequência de eventos históricos e sanitários, capazes de desnudar mazelas sociais e estruturais veladas ou ignoradas devido a um sentimento de naturalização e indiferença coletiva.

Tem se tornado cada vez mais bem elaboradas as tentativas de se implantar no imaginário coletivo um universo social no qual as novas tecnologias reduziriam as distâncias, onde a possibilidade de ascensão social e econômica de todos os cidadãos seria uma realidade palpável e de fácil acesso; onde saúde, educação e segurança caminhariam de mãos dadas copiosamente em direção ao êxito nas realizações pessoais e profissionais. Constata-se, portanto, uma evidente manipulação social que se dá devido a uma relação de poder que se efetiva pelo domínio consciente e inconsciente dos sujeitos cooptados por uma elite que prima por superlucros.

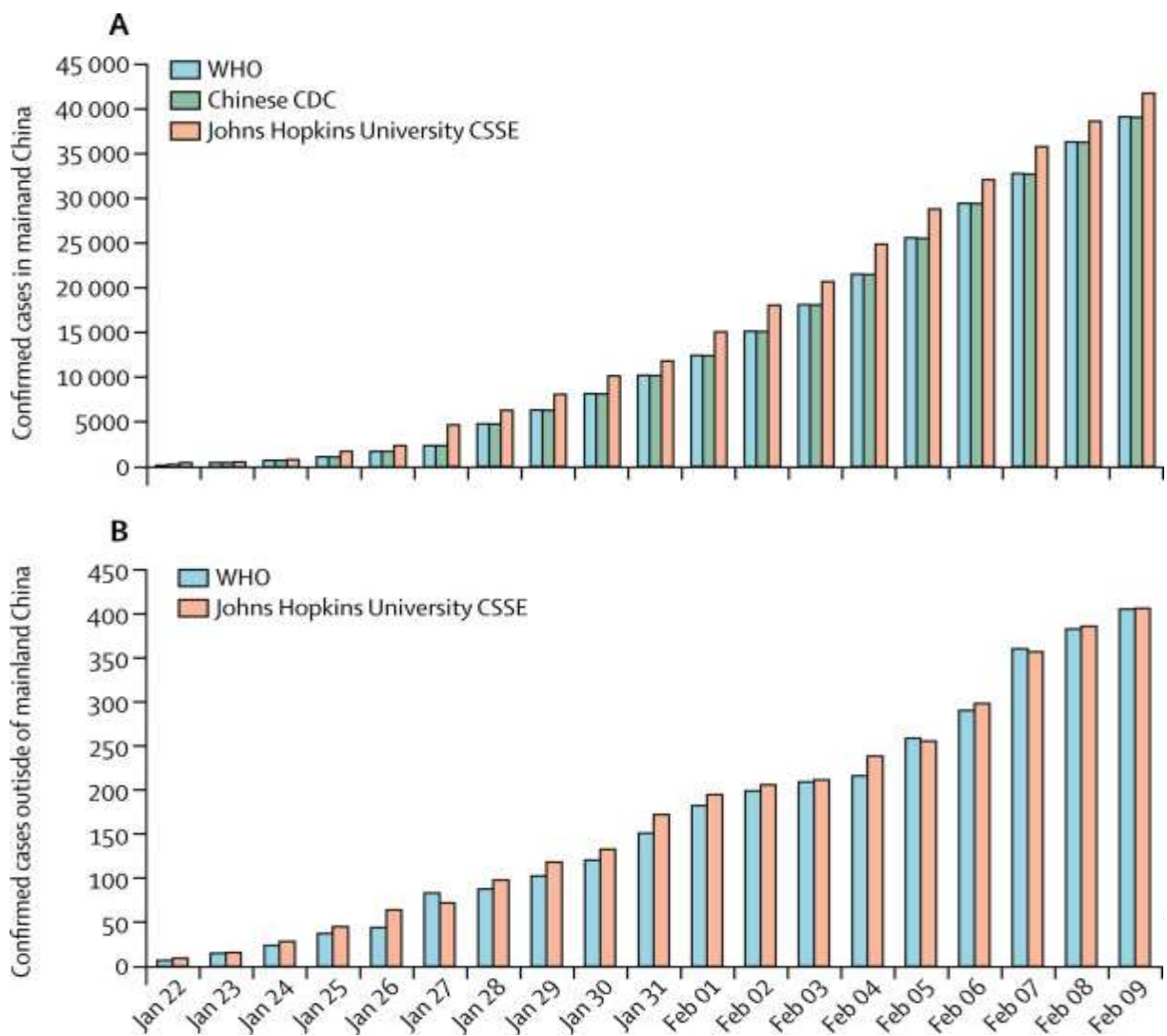
Todavia, na camada pobre da sociedade, em virtude da mesma pandemia de caráter global, este “mundo ideal” tem sido constantemente colocado em xeque ao passo que, neste mesmo mundo falaciosamente perfeito, a precariedade dos serviços, a inexistência ou a falta de tratamento de água e esgoto e a falta de materiais básicos de higiene como água e sabão, ainda são uma realidade em muitos lares e em espaços de uso público e coletivo. Cabe ressaltar ainda, que é também neste mesmo mundo que existem as pessoas, os estudantes e os trabalhadores cuja sobrevivência depende da aglomeração matinal nos transportes públicos, por exemplo, e do contato presencial em inúmeras atividades laborais e do trânsito urbano diário.

Ao final de março de 2020, aproximadamente cinco meses após o primeiro caso ter sido registrado, começou a ser cogitada a produção de uma vacina contra a doença em questão o que fez emergir e intensificar diversas questões e polêmicas de variados cunhos, sobretudo, político quando, por exemplo, foi manifestado o pensamento de que a China, de maneira proposital, teria criado em laboratório e difundido o corona vírus objetivando ser o primeiro país a vencer a corrida das vacinas e imunizar sua população, conseqüentemente oferecendo a esperança de imunização a todos os demais países.

Tudo isto novamente trouxe à tona do imaginário coletivo a possibilidade para uns, ou a certeza para outros, de que todos os acontecimentos nada seriam a não ser uma disputa por poder promovida pelo país asiático, mesmo apresentando uma devastadora alta nos seus índices de casos (Figura 1). Nesse contexto, especialistas como Sigman (2020, n.p.) acreditavam que “um período razoável para uma vacina contra o corona vírus poderia demorar de 6 meses a um ano e meio, no mínimo e no máximo³”, dependendo inclusive da flexibilidade dos órgãos regulatórios internacionais, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no Brasil.

Enquanto isto, seguem aumentando exponencialmente os índices de novos casos e mortes ao longo dos dias em escala mundial, o que tem apavorado a sociedade e acarretado ainda mais sofrimento àquelas pessoas que representam a parcela pobre destas sociedades, a parcela que não possui recursos financeiros para se manter ao longo de uma crise sanitária de proporções tão gigantescas, a parcela de pessoas que não tem alimento em sua mesa todos os dias, a parcela excluída e marginalizada.

Figura 1 – Comparações de Notificações de Casos de COVID-19 de Diferentes Fontes



Fonte: *The Lancet Journal* (2020)⁴

Para que seja viável uma projeção da severidade da pandemia de corona vírus, é de extrema pertinência e suma importância recorrer à História enquanto Ciência, a fim de investigar e comparar as maiores pandemias que a humanidade atravessou ao longo do seu percurso. Nos deparamos, desta forma, com as seguintes estatísticas: 2.000 mortes diariamente na Roma Antiga, no ano de 166 d. C. como decorrência do surto de varíola denominado de Peste Antonina; com o número estimado de 50 milhões de vítimas da “Peste Negra”, ou “Peste Bubônica” de origem asiática, que se espalhou pela Europa e África entre 1347 e 1353 e os mais de 50 milhões de mortos no mundo, dos quais foram 20 milhões somente na Índia, devido à pandemia de Gripe Espanhola ao longo da I Guerra Mundial (HAYS, 2005).

Em todo o mundo a alta nos índices de casos e de mortes causadas pelo coronavírus segue em ascensão descontrolada. Para que se tenha ideia, no dia 19 de junho de 2021, apenas no Brasil:

[...] a média móvel de mortes nos últimos 7 dias alcançou a marca de 2.073 vítimas, o que comparado à média de 14 dias atrás, apresenta variação de 27% a mais indicando, portanto, uma tendência de alta nos óbitos motivados pelas complicações causadas pela COVID-19 que em seu total, desde a primeira morte, já conta com o dilacerável número de 500.868 óbitos em solo brasileiro (CONSÓRCIO NACIONAL DE IMPRENSA, 2021).

Por todo o mundo, o cenário tem sido de medo e terror onde os índices demonstram que “as pessoas buscam também refúgio e proteção no Estado, que depois da pandemia pode voltar com força em detrimento do mercado. Em geral, quanto mais traumático é o medo coletivo, mais ele alimenta o desejo de Estado, de autoridade, de orientação⁵” (RAMONET, 2020, p. 02, tradução nossa). Por este motivo, a população mundial, de maneira mais enérgica, passou a exigir uma cura e soluções para as consequências que já começavam a se manifestar ao passo que as medidas de proteção estabelecidas pela OMS como distanciamento, isolamento social e *lockdown* começaram a gerar desconforto nos indivíduos e a estremecer as bases econômicas de países economicamente vulneráveis, ou seja, trabalho/mercado em detrimento da vida.

⁴ Número de casos acumulados diariamente (começando em 22 de janeiro de 2020) reportados pelo Centro de Sistemas Sociais e Engenharia da Universidade Johns Hopkins (CSSE), Boletins de situacionais WHO e pelo Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças (Chinese CDC) para dentro (A) e fora (B) da China continental. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S1473-3099%2820%2930120-1>.

⁵ Tradução: *La gente busca también refugio y protección en el Estado que, tras la pandemia, podría regresar con fuerza en detrimento del Mercado. En general, el miedo colectivo cuanto más traumático más aviva el deseo de Estado, de Autoridad, de Orientación.*

Fato é que a pandemia de COVID-19 parece ultrapassar todos os limites conceituais e práticos, por assim dizer, do que se poderia classificar como crise sanitária de uma maneira global, na qual toda a população mundial, sobretudo a mais pobre, vivencia consequências catastróficas de cunho sanitário, social, moral, político e econômico, o que parece estar acarretando significativas mudanças na mentalidade das sociedades, uma vez que tem se tornado cada vez mais sólido e incontestável o fato de que:

O mundo tem enfrentado desafios sem precedentes devido à pandemia. Ela tem causado um grande impacto sobre a saúde e riqueza das nações e destacado o forte impacto das consequências da desigualdade. Tem forçado o mundo a repensar formas estabelecidas de viver e trabalhar⁶ (WEBSTER; NEAL, 2021, p. 1-2, tradução nossa).

Nessa fase iniciou-se, portanto, um processo que desde então, tem se ocupado de revelar a realidade das classes econômicas. De um lado, as elites abastadas que detêm as condições e os meios de produção, viram-se e viram ameaçadas suas fontes de ganho pela paralisação e fechamento temporário do comércio não-essencial; do outro lado, uma considerável parcela de pequenos empresários manipulados, alienados e iludidos por um sistema econômico que os fazia acreditar que também faziam parte da elite, sucumbiram e fecharam seus negócios.

Os trabalhadores sem reservas econômicas, temerosos quanto ao seu sustento e ao de sua família, foram atiçados pelos discursos dos patrões que pregavam e disseminavam a falácia do fechamento permanente de suas empresas e, conseqüentemente, de uma devastadora onda de desemprego e miséria. Assim, abriram mão da preocupação com a própria saúde e da saúde de suas famílias ao passo que se viram sem opções e, conseqüentemente, se posicionaram a favor do retorno às suas atividades laborais voltando a contribuir, assim, com o acúmulo do capital e de poder da classe dominante e detentora dos meios de produção. Ganhou fomento, portanto, a pressão aos órgãos de vigilância sanitária do Estado no sentido de que as supramencionadas medidas de proteção estabelecidas pela OMS e gerenciadas pelo Estado em concurso com os governos, fossem abrandadas e flexibilizadas, mesmo diante do crescente índice de mortes e de contágio da doença.

Além do pânico e da preocupação que se instalaram abruptamente na humanidade, o uso das tecnologias da informação e da internet incluindo mídias sociais, canais de entretenimento, busca por notícias em tempo real, conversão do trabalho presencial em

⁶ Tradução: *The world has faced unprecedented challenges due to the pandemic. It has caused a major impact on the health and wealth of nations and highlighted the stark impact of the consequences of inequality. It has forced the world to re-think established ways of living and working.*

teletrabalho, acabaram por se estabelecer como ferramentas essenciais para que, supostamente, o mundo não parasse de vez, o que de forma analítica entendemos ser a mais explícita manifestação do pensamento capitalista quando este mundo que não pode parar se revela como a representação de toda a produção e seus meios.

No entanto, diante da repentina utilização em massa destes meios digitais e midiáticos e em face da ideia plantada de democratização da informação bem como a de uma suposta inclusão digital, um emaranhado de informações desconstruídas acabaram por ganhar força e se propagar de maneira extremamente veloz, o que tem gerado inconstâncias, incertezas, polarizações e radicalismos políticos e ideológicos diante do seu conteúdo e de suas fontes, muitas vezes falsas (*Fake News*), sem filtro e ao alcance de toda uma população que se encontra emocional e socialmente marginalizada, fragilizada e adoecida.

Diante do atual contexto de pandemia no qual a humanidade tem sido inserida para que se repense as prioridades e os valores, um importante ensinamento tem sido deixado de forma enfática: a percepção de que todas as nações dependem uma das outras em determinados aspectos, estabelecendo, assim, uma interconexão em que todos os agentes devem estabelecer estratégias harmônicas de equilíbrio, que vão desde os princípios mais básicos de respeito até os mais complexos de relação.

Salientemos ainda, que segundo Marlot, Allen, Goldblatt et al. (2020), a realidade pandêmica pode, inclusive, representar um momento extremamente oportuno para o que se pode chamar de uma grande virada para que os governos passem a desenvolver suas funções, vislumbrando uma sociedade mais justa e igualitária, caso contrário a humanidade estará sentenciada a conviver exponencialmente com mais injustiças e mais desigualdades em escalas cada vez mais progressivas.

2.2 A Pandemia de COVID-19 no Brasil

Junto à infecção causada pelo COVID-19, mesmo estando diante do desconhecido e do improvável, medidas sanitárias começaram a ser desenvolvidas no Brasil a fim de que a doença em uma possibilidade utópica, fosse contida ou pelo menos não vitimasse tantas pessoas como já vinha sendo noticiado pelos países com maior incidência e número de óbitos. Assim, em relação ao contexto brasileiro, Lana et al. (2020) demonstram que:

[...] mediante a situação posta pelo novo SARS-CoV-2, em 31 de janeiro de 2020, o Ministério da Saúde do Brasil instaurou o Grupo de Trabalho Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional para

acompanhamento da situação e definição de protocolos de ação, para a vigilância do SARS-CoV-2 no país (LANA et al., 2020, p. 2).

Seguindo a historiografia, em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, o país teve o seu primeiro caso de infecção pelo COVID-19 notificado e confirmado pelo Ministério da Saúde, momento em que foram endossadas as primeiras medidas de prevenção, primariamente, foi recomendada a higienização adequada das mãos e etiqueta respiratória (VALENTE, 2020). Nesse sentido, começava a disseminação do vírus no Brasil. A partir de então, os sentimentos coletivos de preocupação, pânico e insegurança passariam a ser uma constante na vida dos milhares de brasileiros, em especial os brasileiros pobres e trabalhadores informais que dependem da saída diária de suas casas para garantirem sua subsistência; subsistência esta que passou a ser ameaçada de todas as maneiras, de uma lado pela propagação de uma doença avassaladora, cuja evolução acontece em escala consideravelmente progressiva, de outro lado pelo impedimento, dadas as circunstâncias, de correr atrás do seu sustento diariamente fora de casa.

A incidência de novos casos reportados ao Ministério da Saúde se elevou drasticamente e de maneira acelerada, pois no dia 04 de abril de 2020 já se registrava o número de 1.222 novos casos, estabelecendo uma projeção de 10.000 novos casos para os 14 dias seguintes (Figura 2). Cabe ainda destacar que em 3 de fevereiro de 2020, o governo federal reconheceu a necessidade e a urgência da causa, decretando Emergência de Saúde Pública e Importância Nacional, que veio a ocasionar três dias depois, o sancionamento da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, popularmente conhecida como Lei da Quarentena, que “dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020).

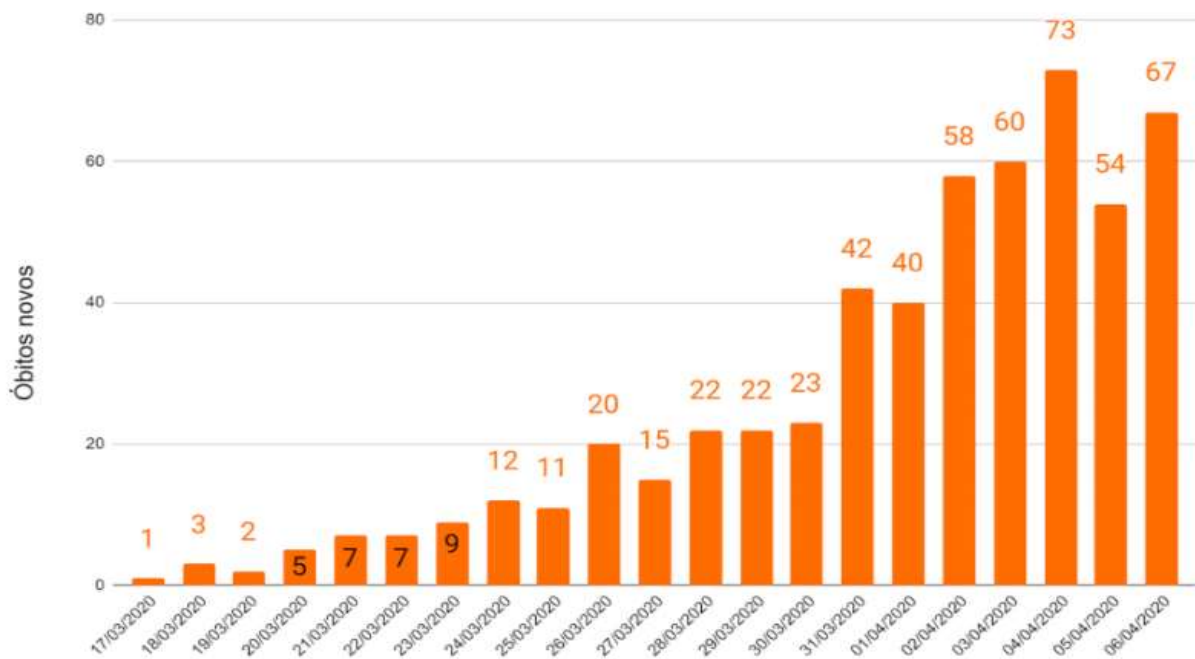
Figura 2 – Novos Casos de COVID-19 Notificados em Território Brasileiro



Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde: Boletim Epidemiológico (2020).

Estudiosos como Domingues, Cardoso e Magalhães (2020), defenderam a existência de duas alternativas possíveis para que a incidência de novos casos de COVID-19 não chegasse ao ponto de ficar fora de controle, sendo a primeira aumentar a infraestrutura do sistema de saúde, com a oferta de mais leitos, material humano e mais insumos, agindo de acordo com o ritmo de evolução da doença e do surgimento de novos casos. No entanto, são medidas inviáveis devido exatamente à intensa e acelerada velocidade de propagação do vírus e da doença. A segunda maneira, até então mais eficiente e atingível ao alcance da população ainda era o isolamento social, uma vez que sua adesão ocasiona considerável redução da taxa diária de transmissão bem como o achatamento da curva de contaminação. Desta forma, o quantitativo de pacientes com COVID-19 que precisam de leitos nos hospitais sofreria uma queda proporcionando assim o atendimento a mais doentes (DOMINGUES; CARDOSO; MAGALHÃES, 2020).

Figura 3 – Óbitos Diários Causados por COVID-19 no Brasil



Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde: Boletim Epidemiológico (2020)

A compreensão do risco e perigo iminente partia da análise e acompanhamento dos dados referentes ao número de novos casos e de óbitos decorrentes das complicações de COVID-19. No entanto, no dia 17 de março de 2020, veio a óbito o primeiro paciente brasileiro – salientando que no mês de junho de 2020 foi descoberto que a primeira morte por COVID-19 acontecera antes, no dia 12 dia de março de 2020, na cidade de São Paulo, tratando-se de uma mulher de cinquenta e sete anos de idade, internada na véspera de sua morte (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A partir desse momento, foram instauradas como medidas de enfrentamento da propagação viral, o isolamento social pelo período de quinze dias, com a possibilidade de prorrogação por mais quinze dias a depender dos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde em seu portal na internet. Todos os cidadãos deveriam permanecer em suas casas e apenas o comércio essencial abriria suas portas, foi instituída a obrigatoriedade da máscara de proteção em todos os lugares, além do uso do álcool em gel em todos os referidos estabelecimentos comerciais.

Doravante, o país parou por esses quinze dias, mesmo tendo sido noticiado o fato de que indivíduos isolados desrespeitavam tais medidas. Todos os setores foram paralisados, com exceção da saúde e da segurança. Contudo, a alta no número de óbitos continuou se

elevando exponencialmente (Figura 3). Começava uma nova crise (política) concomitante à crise (pandêmica) vigente naquele momento. Para amparar a população brasileira, algumas medidas socioeconômicas foram tomadas, a saber: a criação e distribuição do benefício emergencial mensal, no valor de R\$ 600,00 para trabalhadores autônomos ou sem renda e R\$1.200 para mulheres que eram arrimo de família, além de redução na jornada e de salário de trabalhadores no período pós-isolamento social, que receberiam a complementação salarial por parte do governo federal, como medida de amparo aos comerciantes e empresários a fim de evitar o fechamento definitivo de pequenas e médias empresas, o que supostamente ocasionaria um dano irreparável à economia do país.

No campo do trabalho, muitos segmentos e atividades laborais passaram a ser realizados em formato de teletrabalho e *home office* (escritório em casa ou trabalho em casa), na perspectiva de sua desburocratização, desregulamentação e flexibilização, fazendo com que gestores públicos e privados aderissem a estas modalidades empregatícias. No setor terciário, este modelo vem sendo, desde então, aprimorado pelas ferramentas tecnológicas, travestidas de comodidade e pragmatismo por aplicativos, tais como *Uber*, *Eats*, *Rappi* e *James*.

A consequência da intensificação desta modalidade empregatícia é a construção de uma não tão nova, mas recente classe trabalhadora – o infoproletariado ou proletário de serviços – que é direcionado à compreensão de que ele é, ao mesmo tempo, dono do seu sucesso e responsável por seu fracasso (ANTUNES, 2018). Como exemplo, a plataforma/aplicativo *Uber* consegue fazer com que o motorista trabalhe por mais horas e por mais tempo, acreditando ser ele mesmo um trabalhador autônomo e dono do seu emprego, porém mesmo que o fracasso oriundo das incansáveis horas de trabalho o vencer, a responsabilidade passa a ser única e inteiramente dele.

Na área da Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), que remete à sua proposição originária à Constituição Federal de 1988, busca assegurar a gratuidade dos serviços de saúde a todos os cidadãos, no entanto, no cenário pandêmico, passou a conviver com mais uma crise, a falta de insumos, equipamentos de proteção e até de uma estrutura adequada para atendimento e salvamento de vidas. Além disto, a falta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e de ventiladores mecânicos ou respiradores, protocolos aplicados mundialmente em pacientes que tinham comprometidos os seus pulmões em virtude do COVID-19, acabou por ocasionar a perda de inúmeros brasileiros, conforme transcorria o tempo.

Por ser uma pandemia fulminante em nível mundial e a ventilação mecânica ter sido, no ano de 2020, o único recurso capaz de salvar o paciente extremamente comprometido, o ritmo de fabricação destes aparelhos no mundo foi golpeado, os prazos para a entrega dada à intensificação de sua procura, passaram a ser muito longos para aquela situação de extrema urgência. O resultado não poderia outro a não ser o colapso do Sistema Único de Saúde e da saúde em geral, a ponto de hospitais da rede privada solicitarem leitos de UTI à rede de hospitais do SUS já colapsado, bem como o constante aumento do número de mortes.

Diante desta situação de perdas, dores e incertezas, a mais grave de todas as condutas pôde ser vivenciada pela sociedade brasileira no que diz respeito aos escândalos de corrupção na compra dos ventiladores mecânicos por parte de alguns governadores, como ocorrido em Santa Catarina, onde foi efetuada a compra de 200 respiradores sem licitação no valor de R\$ 33.000.000,00, 65%, ou seja, mais caros que aqueles comprados pela União e pagos antecipadamente ao fabricante chinês, quando o habitual era que fossem pagos no ato da entrega dos aparelhos, tradição esta que ocorreu em remessas de 50 unidades, tendo a primeira delas sofrido um atraso superior a um mês (GAZETA DO POVO, 2020). Tudo isso motivado pela desindustrialização do país com incentivo a importação de produtos industrializados e desvalorização da empresa nacional. Além do papel que o Brasil desempenha na divisão internacional do trabalho no que diz respeito a produção de conhecimento, de ciência e tecnologia⁷.

Ao longo da pandemia de COVID-19, o povo brasileiro tem presenciado e convivido com atitudes de omissão por parte do presidente da república, Jair Bolsonaro (sem partido) cuja conduta e postura diante da crise jamais poderiam ser imaginadas partindo de um chefe de estado, além de declarações negacionistas e de senso comum que mitigavam as consequências do COVID-19. Tanto que, no dia 24 de março de 2020, durante um pronunciamento feito em rede nacional, o mesmo afirmou:

Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. [...] No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria quando muito acometido de uma gripezinha ou resfriadinho (BRASIL, 2020).

⁷ Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

Como consequência desta e de inúmeras outras declarações desse tipo, percebeu-se que a serventia delas foi unicamente para contribuir e alimentar os ânimos de um crescente negacionismo científico e uma desenfreada polaridade política e ideológica que atravessa o Brasil. O Ministério da Saúde, responsável naquele momento por gerenciar os efeitos da crise e frear a contaminação massiva da população entrou em colapso ao passo que o então ministro da pasta, o médico ortopedista Luiz Henrique Mandetta passou a discordar das intervenções e declarações do presidente Jair Bolsonaro, resultando na sua exoneração do cargo de ministro da Saúde, em 16 de abril de 2020, sendo substituído pelo médico e empresário Nelson Teich.

O novo ministro da Saúde, Nelson Teich, passou a ser pressionado pelo presidente da república para apoiar ideias e comportamentos atípicos como a administração sem comprovação científica do medicamento Cloroquina – hoje com ineficácia comprovada – no tratamento de pacientes com COVID-19. Não estando em concordância com tais proposições e comportamentos, o então ministro tornou público seu pedido demissão em 15 de maio de 2020, menos de um mês no cargo. Assume, então, interinamente o secretário-executivo da pasta, o general de divisão do exército brasileiro Eduardo Pazuello, que alinhado a Jair Bolsonaro anuiu o uso da Cloroquina e Hidroxicloroquina para pacientes com COVID-19. O que se demonstra, portanto, é que conforme afirmam Sacramento e Paiva (2020, p. 82): “circulam informações e práticas discursivas, que concorrem com as oficiais ao se autoproclamarem como portadoras da verdadeira verdade”.

A permanência de Pazuello no cargo teve fim no dia 15 de março de 2021, quando foi anunciado o médico cardiologista Marcelo Queiroga como Ministro da Saúde, que permanece à frente da pasta até o presente momento, 23 de setembro de 2021. Eis um cenário caótico no qual, mais uma vez, a população se viu à mercê de um (des)governo, que não tem demonstrado competência ou aptidão para gerenciar crises, um governo que anda em círculos sem a destreza e coerência necessária para conduzir tal situação.

Como se não bastasse todo o caos sanitário, político, institucional e humano que se instituiu no País neste período de pandemia, é indispensável que se traga à tona as polêmicas acerca das informações que circulavam em todos os veículos de comunicação a respeito da perpetuação da doença e da esperança depositada na Ciência no que tange à uma forma de imunização rápida e eficaz.

Em se tratando deste universo da comunicação, ao longo das últimas décadas foi possível perceber que a tendência tem sido a de que as informações fiquem cada vez mais fáceis e rápidas de serem obtidas ou acessadas, proporcionando assim que a humanidade

experimente e vivencie a era da informação em tempo real e acessível a todos devido ao avanço tecnológico logrado até aqui. Ocorre que pareado aos os benefícios e comodidades que o acesso à informação tem proporcionado, existe também o processo de criação e divulgação de notícias falsas e inverídicas, cunhadas de *Fake News* (SOUZA JUNIOR; PETROLL; ROCHA, 2019) com a mesma velocidade e intensidade com a qual o mundo acessa as notícias verdadeiras, sobretudo, nos canais de mídias sociais, que em virtude do isolamento e distanciamento social sofreram um *boom* de acessos e horas diárias de navegação quer seja por entretenimento, quer seja por informação ou diversos outros motivos.

Ocorre que antes de compartilhadas, as notícias falsas são elaboradas de tal forma que vislumbram alcançar o maior número possível de usuários da internet com a constante concentração em transmitir uma aparência de verdade para que possam ser acessadas, acreditadas, e por fim, compartilhadas. É o que o mundo tem enfrentado ao longo desta era da comunicação digital, tendo sido agravada nestes tempos de pandemia. Sua rápida disseminação se dá devido ao fato de que boa parte da sociedade não tem o hábito de checar as fontes que divulgaram as informações e acolhe para si aquele conteúdo como verdade.

Mister se faz a compreensão de que neste cenário pandêmico as *Fake News* podem ocasionar prejuízos e perdas, bem como mais problemas a quem de fato trabalha no enfrentamento do vírus, cuja luta maior para controlá-lo tem se concentrado nas tentativas e esforços de conter e evitar a proliferação também das notícias falsas. Tudo se dá diante do desconhecido, pessoas comuns lançam informações imprecisas acerca da prevenção, da profilaxia, do tratamento do COVID-19 mesmo não tendo sido descoberto até agora, 15 de outubro de 2021, um medicamento que seja de fato a cura definitiva para esta doença.

Assim sendo, em muitos casos pode haver pioras no quadro clínico de pacientes e até mesmo a exposição desnecessária ao vírus quando, por exemplo, algum veículo de informação espalha a notícia de que a aglomeração de pessoas não favorece ou ocasiona a contaminação e transmissão viral, ou ainda, quando se espalha que máscaras e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são ineficazes na luta contra o COVID-19.

Retomadas as implicações sociais destes período histórico de pandemia, ressalta-se que no Rio de Janeiro os primeiros diagnósticos de COVID-19 em pessoas com vulnerabilidade social foram verificados em mulheres – empregadas domésticas – contaminadas pelos seus patrões que retornavam das férias na Europa (BRASIL, 2020), o que vem a confirmar a luta de uma classe que em plena pandemia se vê subjugada e forçada a optar pelo trabalho em detrimento da vida em nome da própria subsistência. São populações

que constituem, dependem ou pelo menos fazem uso, dos serviços essenciais, como todas as demais. São estas pessoas que representam, em grande parte, os profissionais de saúde, do supermercado, da farmácia, da limpeza urbana e da segurança e que necessitam ou dependem do transporte público lotado para chegar ao trabalho e cumprir sua jornada.

É partindo deste ponto que se faz necessária uma aprofundada reflexão acerca de como seria uma quarentena nestas condições, de onde se abrigariam ou se isolariam estas pessoas, hajam vista as precárias condições de moradia e saneamento. Tais reflexões são capazes de demonstrar a urgência com a qual as autoridades sanitárias e políticas devem desenvolver estratégias de contenção da COVID-19 nesses grupos, caso contrário presenciaremos uma carnificina sem precedentes⁸, sobretudo se partirmos para uma análise comparativa/reflexiva acerca das condições e chances de sobrevivência e recuperação quando os doentes acometidos pela COVID-19 pertencem à classe dos patrões e empresários, constituindo aquilo que se autodenominam de elite.

Para que se tenha noção dos efeitos da pandemia no Brasil, em 14 de junho de 2021 o Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas) lançou uma pesquisa sobre o Bem-estar trabalhista e a felicidade trabalhista dos brasileiros ao longo da pandemia de COVID-19. A pesquisa expressou índices de fato muito expressivos que revelaram também mais outras preocupações e questões que aqui compreendemos ser uma das manifestações mais significativas das consequências sociais e emocionais concernentes a este período pandêmico.

De acordo com a supracitada pesquisa, houve um avançado aumento no que diz respeito à desigualdade, um total de 0,674 que representa uma subida de 3 centésimos de acordo com o índice Gini trabalhista. Em outras palavras, o maior nível de desigualdade já verificado. Já no que diz respeito à prosperidade, um fato incomum. De acordo com a FGV, de janeiro a março de 2020 foi atingida a margem média de R\$ 1.112,00 na renda dos brasileiros, todavia a partir de então até a divulgação dos resultados, este número caiu para R\$ 995,00, ou seja, 11,3%, o que representa também a maior baixa já registrada pela Fundação.

Quanto ao bem-estar trabalhista, após o início da pandemia pôde ser percebida maior queda de acordo com o índice Gini trabalhista, de 19,4% em relação ao início do ano de 2020

⁸ MARTINS, Pedro. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>. Acesso em 26 dez. 2021.

esclarecendo que a população pobre, inevitavelmente, perdeu mais, uma diminuição total de 20,81% nas suas rendas individuais de trabalho.

No que diz respeito à felicidade houve uma baixa que acontece nos 40% mais pobres (-0,8%) e no grupo do meio (-0,2) situados entre 40% a 60% da renda. Já os grupos mais ricos mantiveram a satisfação com a vida. A diferença de satisfação com a vida entre os extremos de renda que era de 7,9% em 2019 registra aumento para 25,5%. A sensação de raiva sobe de 19% em 2019 para 24% em 2020 dos brasileiros, uma mudança de 5 pontos de porcentagem. No mundo este avanço foi de 0,8% pontos percentuais. Ou seja, a raiva aumenta 4,2 pontos percentuais a mais no Brasil durante a pandemia que no resto do mundo. Similarmente, a preocupação, o *stress* e a tristeza sobem, respectivamente 3,6; 2,9 e 2,2 pontos percentuais a mais no Brasil do que no resto do mundo. Todos indicadores subjetivos de bem estar considerados pioraram no Brasil na pandemia que a média dos 40 demais países⁹.

A partir deste raciocínio, torna-se ainda mais explícito o fato de que a pandemia, por si só, acaba por demonstrar com profundidade quais são de fato as mazelas que há tempos têm acometido a população brasileira, a mazela da desigualdade social, a mazela da acentuada luta de classes na qual os trabalhadores e a população pobre e subalternizada parecem sempre estar ocupando o espaço de maior vulnerabilidade da sociedade silenciada e negligenciada, o espaço que transmite a sensação de que sempre terá seus pilares alicerçados na má distribuição de renda, no abandono e na marginalização social.

2.3 A Educação em Tempos de Covid-19 no Brasil

Em decorrência da pandemia mundial de COVID-19 causada pelo corona vírus, uma das áreas que também necessitou ser reinventada às pressas para continuar atendendo a quem é de direito e continuar mantendo sua significância social foi a Educação, que passou a buscar meios para ressignificar as formas de como ensinar e aprender no interior de tal contexto. Em 23 de março de 2020, apenas na América Latina e Caribe, já se contabilizava o alarmante índice de 154.000.000 de alunos de todas as etapas do ensino que permaneciam sem aulas, de acordo com dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no que se refere à situação dos demais estudantes mundo a fora. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontam que o número era

⁹Fonte: <https://cps.fgv.br/FelicidadeNaPandemia>. Acesso em: 21 dez. 2021

de 1.500.000.000 de estudantes de todas as faixas etárias e etapas de ensino tiveram cerceado o seu direito à educação devido à pandemia de COVID-19, tornando a questão mais preocupante, dadas as condições de vida e de recursos destes alunos (UNESCO, 2020).

Emerge assim, uma oportuna reflexão e nova perspectiva acerca das condições de ensino e aprendizagem e, por conseguinte, a temática direcionada ao trabalho da classe docente em tempos de pandemia, utilizando como recursos para o processo de ensino e aprendizagem as aulas remotas análogas à modalidade de Educação a Distância (EaD) e a utilização em massa das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Com a pandemia de COVID-19 temos a concepção do “novo normal” aplicado à nova realidade de adaptação a este complexo contexto para a educação. Tais mudanças atingiram globalmente o modo de vida e de trabalho docente sendo este último considerado, a partir de então, obsoleto e ultrapassado.

Dentre as medidas formuladas diante da suspensão das atividades presenciais em decorrência da acelerada propagação da doença e do desenfreado aumento nos índices de mortes por COVID-19, destaca-se a adoção de ferramentas digitais com o intuito de instrumentalizar o ensino remoto nas escolas da Educação Básica públicas e privadas, onde professores passaram a utilizar tais ferramentas na tentativa de continuar a oferecer continuidade e conservar o vínculo dos estudantes com a escola, ou seja, enfrentando inúmeros desafios em busca de amenizar também as dificuldades dos alunos atingidos pelos efeitos da pandemia e continuar o processo escolar por meio do ensino remoto e práticas educacionais em plataformas digitais (MARINHO, 2020), o que nos parece ainda mais desafiador, tendo em vista que até então não foi pensado o traçada uma maneira de respaldar ou solucionar o problemas dos alunos que ainda não têm acesso à nenhum tipo de tecnologia digital no município de Caldas Novas - GO.

As repercussões da crise pandêmica de COVID-19 concernentes à Educação passaram a ser observadas em todas as etapas e níveis de ensino, com o escopo de se implantar o ensino remoto, pois dentre 195 países do mundo, 128 deles permaneciam inertes, sem nenhum plano que contemplates a volta às aulas presencialmente (UNESCO, 2020). Dessa forma, endossados por um governo com bases firmadas no neoliberalismo, estes novos modelos e formatos de ensino acabaram por agravar a difícil realidade há tempos já experimentada devido à precarização das condições de trabalho docente, caracterizada pela ausência de políticas educacionais que, além de igualitárias, sejam também socialmente e efetivamente inclusivas.

Outro aspecto que merece reflexão diz respeito ao trabalho docente temporário, eventual, por tempo, por hora, por semana, que tem deixado uma considerável quantidade de educadores sem qualquer direito trabalhista e/ou estabilidade, ou seja, a precarização e a proletarização da atividade docente foram acentuadas em virtude da pandemia. Acrescenta-se a este cenário, os discursos de desqualificação sistemática praticados pelo atual governo federal brasileiro quanto ao trabalho docente no setor público. Discursos que tem encontrado cada vez mais guarida em diversos veículos de informação e comunicação de nosso país.

Além do exposto, alguns questionamentos merecem e devem ser reiterados quando a problemática se concentra na Educação enquanto Ciência e enquanto serviço em tempos de COVID-19, a saber: a questão dos direitos trabalhistas, a falta de equipamentos ergonômicos para os professores, bem como a falta de condições adequadas para execução de suas funções docentes. Ora, à mesa de uma cozinha não seria o local mais apropriado para se passar horas a fio em frente a tela de computador, frustrando-se com as atividades e tentativas de ensino para desenvolver a aprendizagem dos estudantes que deveriam estar do outro lado da tela, não estão. No entanto, muitas vezes por falta de recursos tecnológicos (computador, *tablet*, *notebook*, celular, rede de *internet* etc.) não está. Se a cadeira deste professor quebrar durante o momento de trabalho, por exemplo, estaríamos diante de um acidente doméstico ou de um acidente de trabalho?

Em se tratando deste universo ultraneoliberal, o Brasil tem se visto diante de incessantes medidas de desmonte dos direitos trabalhistas já anunciadas e implementadas (ou em vias de implementação) que, no setor privado, adquirem legitimidade social para que a flexibilização se dilate ao setor público, com previsão da imposição de redução de salário, de jornada e a partir do precedente aberto pela crise econômica, agravada pelo COVID-19 e pela massificação do teletrabalho (ZAIDAN; GALVÃO, 2020, p. 266). Como não poderia deixar de ser, novamente os respingos atingem em cheio a educação, sobretudo, a categoria docente ocasionando desestímulo, sobrecarga laboral, além de desgastes físicos e emocionais.

Em 17 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou uma consulta pública acerca do texto do decreto que versava sobre a reorganização do calendário escolar diante da crise e em seguida, precisamente em 28 de abril de 2020, foram regulamentadas as atividades não presenciais em todas as etapas e níveis de ensino, partindo da Educação Infantil e desaguando no Ensino Superior pelo período em que perdure a pandemia no Brasil (ABRAFI, 2020; BRASIL/CNE, 2020).

Assim sendo, as medidas educacionais colocadas em prática associadas às medidas de prevenção e enfrentamento ao coronavírus, a saber: o distanciamento social e/ou *lockdown*, impostos pela situação de calamidade engendrada pela pandemia de COVID-19 ampliaram e trouxeram novos diálogos e reflexões a pesquisadores e profissionais que atuam na Educação, sobretudo, em função da ausência de uma postura dialógica, expressa nas propostas apresentadas como uma forma de cumprir o calendário escolar previsto para 2020 (MARINHO, 2020). Questionamentos e debates emergiram de uma maneira com a qual tem feito a sociedade brasileira desacreditar, por vezes, em uma retomada pós-COVID-19 de caráter positivo que contemple o amparo e acolhimento da classe de professores que parece estar perecendo diante dos novos desafios do novo normal.

Salientemos que a crítica estabelecida por este estudo não são direcionadas às ferramentas tecnológicas, afinal, a modalidade de Ensino a Distância (EaD), a depender da idoneidade e do desempenho da função social de sua instituição é digno de respeito por sua trajetória histórica no Brasil. No entanto, o ensino remoto espelhado na modalidade EaD atrelado ao desenvolvimento e ao uso de novas tecnologias no trabalho do novo professor, ou seja, a transformação da força produtiva que age na formação de um novo profissional e na produção do conhecimento sobre a docência, reverberam as contradições do modo de produção capitalista deste século (SILVA; LIMA, 2020, p. 188).

Para que tenhamos uma nítida ideia de quais e de como têm sido os desafios impostos à categoria docente, a título de contextualização está o Estado de Goiás, onde a rede estadual de ensino que, além do ensino presencial no período que antecede a pandemia, já contava com uma plataforma virtual de apoio e suporte pedagógico, que diante da emergência e do caos da pandemia, passou a ser efetivamente utilizada neste contexto para que professores e alunos pudessem dar prosseguimento às atividades escolares; lembrando que em determinado momento esta plataforma não suportou o volume de acesso o que, por conseguinte, acabou acarretando o desenvolvimento de novas ferramentas que passaram a ser experimentadas para tal.

Já nas redes municipais de ensino, no ano de 2020, mais precisamente na cidade de Caldas Novas, a educação não dispunha de nenhuma plataforma neste sentido e cada professor precisou criar em seu telefone celular pessoal um grupo de *WhatsApp* para cada uma de suas turmas, administrá-lo postando diariamente as atividades em formato PDF ou JPEG, permanecendo à disposição dos alunos para tirarem dúvidas pelo aplicativo e aguardar as devolutivas das atividades que quase sempre eram enviadas em horários inoportunos.

No Estado de Minas Gerais as Secretarias Municipais de Educação (SMEs), tomemos como referência a da cidade de Uberlândia, adotaram e começaram a desenvolver aulas remotas no dia 1 de junho de 2020, sendo que desde antes, mais precisamente abril do mesmo ano, as postagens das atividades eram realizadas no portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia, denominado Programa Escolar em Casa, resumindo-se apenas à realização de atividades sem uma aula prévia que as explanassem (UBERLÂNDIA, 2020).

A SME estabeleceu parceria com o canal da TV Universitária na programação local para atender com videoaulas parte do currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Quando a SME de Uberlândia, seguindo as orientações da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), retomou as atividades de forma remota, não foi diferente de todo o restante do país, onde a decisão por atividades remotas foi imposta. Os equipamentos ergonômicos, maior velocidade e melhor qualidade de conexão, o suporte técnico e aquisição de material se deram também sob a responsabilidade e custeio dos professores.

O que percebemos então é que as condições de trabalho remoto impuseram aos professores que utilizassem seus próprios computadores e seu *smartphones* de uso íntimo e pessoal (os que possuem estes recursos ou condições financeiras para tal). A conexão de internet tem sido custeada pelos próprios docentes que tiveram, inclusive, que arcar com a exacerbada e dispendiosa diferença para mais no valor das tarifas de energia elétrica além de terem expostas a privacidade e intimidade individuais de seus lares, uma vez que as gravações de videoaulas passaram a ser realizadas em casa.

Outro agravante reside no fato de que alguns professores mal dominam o sistema de diário eletrônico. Por isso, o surgimento de mais uma questão para reflexão que reside em como fazer com que professores, com pouco domínio de tecnologias digitais, consigam dominá-las em tão pouco tempo e, ao mesmo tempo, atender às demandas das atividades remotas por meio destas mesmas tecnologias para as quais não foram adequadamente instruídos. Tecnologias estas que, aos olhos de muitos, em vez de tornarem-se aliadas, passaram a ser vistas como a mais temida vilã; afinal, com o constrangimento das questões pertinentes à falta de domínio dessas ferramentas, muitos docentes passaram a conviver com crises de autoestima, sentimento de frustração e, em alguns casos, sendo taxados de negligentes e desinteressados de sua própria formação continuada.

O que se tem observado é que o ofício docente ganha, com o novo normal, a roupagem de um trabalho que fere a saúde física e mental, que faz com que profissionais da

Educação trabalhem no seu limite, sabendo que os desafios são inúmeros frente ao ensino remoto na Educação Básica. Assim, a sombra de incertezas passou a permear o imaginário dos professores, bem como a indagação a respeito de como será a qualidade e o resultado deste novo modelo de ensino-aprendizagem nesta nova realidade.

O cenário pandêmico nos faz ainda enveredar rumo ao questionamento da vigente conjuntura capitalista, que apresenta a geração de lucro como mola propulsora dos efeitos da crise no ofício docente, afinal, é desnudado um Estado que se revela desigual supostamente com condições de arcar apenas com os salários congelados ou reduzidos dos trabalhadores face à pandemia, visto que durante o tempo equivalente à primeira onda de COVID-19, não houve gastos com insumos e manutenção dos prédios escolares, por exemplo. É revelado um Estado que em vez de investir em capacitação e formação de qualidade para seus professores, reserva para si a mitigação da Educação.

Isso mostra que reduzir os salários dos professores, ainda tendo eles cumprido com o atendimento aos estudantes para fazer valer o cumprimento do currículo ministrando aulas, avaliações e respeitando a carga horária da instituição de ensino e o valor da mensalidade pago pelos pais nas redes particulares de ensino, que não sofreu descontos ou abatimentos, evidencia o paradigma de desrespeito, desmoralização e proletarização do trabalho docente. Mais uma vez, o lucro é direcionado para os cofres das instituições/patrões. É a precarização do trabalho, conforme preconizam Silva e Lima (2020) ao tratar da formação de professores e das condições do trabalho docente:

[...] enquanto constituição de uma força produtiva precarizada da/na educação alienada e fetichizada pela digitalização do trabalho, pela produtividade e relativização do conhecimento, pelo cumprimento de metas, pela competitividade, pela individualidade, pela meritocracia e pela responsabilização pelo fracasso ou sucesso da qualidade, em nível básico ou superior, do ensino (SILVA; LIMA, 2020, p. 189).

Reforçando o caráter emergencial do ensino remoto neste contexto pandêmico, a solução imposta e de caráter paliativo mais viável foi a criação de grupos por intermédio do aplicativo de conversas e compartilhamento de mensagens *WhatsApp* para que fossem diariamente enviadas as atividades daquele momento, conforme apontado anteriormente, além de realizados plantões de dúvidas, planejamentos e elaboração de atividades adaptados às realidades e condições dos alunos (o que não aconteceu) e, por fim, o desdobramento do trabalho docente em muito mais horas do que o convencional, horas estas que não foram e nem serão remuneradas. Nesse sentido, Narmanha (2020, n.p.) declara que:

[...] ao adotarem de forma arbitrária o regime de trabalho domiciliar para professores e as atividades de ensino à distância, as instituições de ensino partem do pressuposto que alunos e professores tem acesso aos equipamentos e ferramentas necessários para a condução das atividades, que todos os envolvidos dispõem de acesso à internet de boa qualidade, e que as famílias dos alunos estão aptas a acompanharem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos de modo a garantir a eficiência do ensino (NARMANHA, 2020, n/p).

A realidade pandêmica e política que faz com que muitos profissionais da educação trabalhem custeando seu acesso internet para fins laborais, a partir do seu próprio aparelho celular pessoal é a mesma que permeia os lares dos alunos, quando se está diante do fato de que em muitas casas há apenas um aparelho telefônico para vários filhos, que geralmente pertence ao pai ou à mãe, que muitas vezes só retornam do trabalho para casa no fim da tarde, conforme apontaram professores indagados ao longo desta pesquisa, o que acaba por inviabilizar ou dificultar o pleno aprendizado do estudante que já não tinha o apoio presencial do professor naquele momento. Como consequência, as dúvidas e devolutivas das atividades não tinham hora para chegar, ou seja, chegavam pela manhã, tarde, noite e madrugada afora.

Diante dessas peculiaridades e particularidades, deixar o alunado sem assistência por impor uma metodologia, que ainda é dissonante da realidade vivenciada por professores e alunos, prejudicaria ainda mais o aprendizado, sobretudo por se tratar de um modelo de ensino que mal foi implantado e já conta com tantos entraves. Considerando a realidade do trabalho docente diante do contexto da pandemia, as relações do espaço de trabalho, as ferramentas e as garantias de direitos são constantemente negligenciadas em um momento histórico tão preocupante e atípico como este de pandemia, sobretudo por abruptamente o domicílio dos professores ter se tornado local de trabalho, seus objetos pessoais de telefonia e informática converteram-se em aparatos e condições laborais *sine qua non*.

Destarte, concretiza-se, então, uma situação na qual não se devem esgotar as reflexões, e a pressão ao Estado, afinal, “o ativismo tem uma lógica dupla e interconectada – pressionando por mudanças nas políticas, mas também ajudando a alcançar mudanças culturais”¹⁰ (BERRIDGE, 2001, s/p) até mesmo porque compreende-se que os experimentos realizados com a nova organização da educação e do trabalho docente pelos sistemas de ensino no contexto capitalista, “dificilmente retomará as condições anteriores à pandemia, uma vez que os padrões experimentaram a redução nas despesas que foram absorvidas pelos trabalhadores” (ZAIDAN; GALVÃO, 2020, p. 266). Portanto, há muito que se desvendar e

¹⁰ Tradução: *activism has a dual and interconnected rationale - pushing for policy change but also helping to achieve cultural change.*

descobrir para quem o discurso da pandemia e do distanciamento social, até certo ponto, tem servido de fato para salvar vidas e para quem é mais lucrativo e rentável.

A pandemia de COVID-19 tem inserido toda a humanidade em um novo contexto de reinvenção em tempos nos quais a incerteza impera em todas as esferas e camadas sociais, todas as áreas foram prejudicadas, inclusive a Educação que, por seu caráter intelectual e abstrato, depende de material humano para moldá-la e adaptá-la à nova proposta de ensino-aprendizagem. Esta é uma das evidências mais contundentes de que a educação só é construída com mãos que realmente sejam habilitadas para tal e que não há profissional mais recomendável e capacitado para tal além do professor, que é capacitado para analisar, criticar, se posicionar e conseguir fazer funcionar as engrenagens desta Ciência. Espera-se que dotados de plena resiliência, todos os docentes sejam capazes de enfrentar mais esta crise e se adaptar à nova era digital da tecnologia, desde que seja uma era igualitária que respeite e promova condições de acesso à informação a todos os seus sujeitos de direito.

3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO FOMETADO PELA NOVA CRISE SANITÁRIA MUNDIAL

Uma vez inserida mundialmente no contexto de um planeta que vivencia a catastrófica pandemia de COVID-19, a humanidade foi abrupta e compulsoriamente conduzida a sofrer um enorme avanço tecnológico que, em tempos ordinários já era previsto e esperado, uma vez que no transcorrer das últimas três décadas, muito tem se discutido acerca do assunto. No entanto, entende-se que esse avanço deveria ter sido alcançado de maneira gradativa, alinhada e, sobretudo, adaptado às diferenças e realidades de cada bloco social. A pandemia tem demonstrado que o universo tecnológico, o uso de suas ferramentas, bem como sua necessidade de expansão é, de fato, uma realidade para a qual não se pode fechar os olhos. Todavia, acompanhando o seu acelerado crescimento surgem diversos outros fatores que devem ser (re)pensados para que haja o pleno e efetivo alcance da massa populacional, além do respeito e da garantia de inclusão social e da dignidade à pessoa humana.

É cada vez mais evidente, que a sociedade brasileira não tem refletido sobre o seu pátrio *slogan* de ordem e progresso. Há tempos que a ineficiência ou, em alguns casos, a inexistência de políticas públicas que assegurem à população o acesso aos serviços essenciais e o gozo de seus direitos fundamentais sofrem desvios de finalidades, acabando por ocasionar o descumprimento de suas obrigações, pois como apontam Naiff et al. (2007) em seu estudo ao longo da pandemia, “os principais fatores de fragilização das famílias apontados nos resultados foram relacionados à ausência ou ineficiência de políticas públicas na área da educação, saúde e trabalho”.

Desta forma, há que se compreender que este evento corrobora ainda mais para a proliferação da desigualdade social e a distinção socioeconômica entre as classes cada vez mais acentuada. Este cenário pandêmico tem efetivamente desnudado e evidenciado com maior nitidez esta distinção, que outrora era abstraída e velada pela elite dominante.

Analisar e debater sobre as tecnologias requer sutileza e cautela para que o deslumbramento com as diversas possibilidades não cegue os agentes educacionais com ferramentas e funcionalidades inimagináveis no passado recente. Toda manifestação tecnológica necessita de seus aparatos e constantes suportes, o que demanda custos e gastos. Logo, surgem outros aspectos a serem analisados: na prática, em se tratando de Educação, aos professores e alunos serão oferecidos recursos, equipamentos e fácil acesso por todos os agentes envolvidos no novo processo educacional? Quais as consequências para aqueles que

não dispõem de condições financeiras ou salariais capazes de custear o novo modelo educacional?

Estas e outras questões têm servido para problematizar e questionar este deslumbrante e falacioso mundo digital e tecnológico. Dessa forma, esta seção busca discutir acerca deste campo de inquietações que tem atravessado a Educação brasileira com maior densidade, tendo em vista a realidade pandêmica que, desde o final do ano de 2019, tem assolado a humanidade em todos os aspectos, inclusive patológicos.

3.1 A Expansão dos Principais Recursos: *WhatsApp*, *Youtube*, Plataformas de Ensino, Aulas Gravadas, Aulas Síncronas e Afins

Ao longo deste período pandêmico, a classe docente necessitou se reinventar no sentido de como conduzir dentro do possível, a atual realidade refletida nas suas práticas de ensino, que agora se converteram em aulas remotas e *home office*, e como fazer com que estas cheguem até os estudantes. O surgimento de novas plataformas virtuais acabou por revelá-las como sendo uma das mais efetivas ferramentas no que diz respeito à produção, transmissão e armazenamento de videoaula, além de encontros em tempo real, denominados de aulas síncronas.

Dada a situação de emergência, a Educação precisou se reinventar em um curto espaço de tempo. De início, as escolas da rede municipal de ensino da cidade de Caldas Novas/GO fecharam suas portas em 16 de março de 2020, aderindo ao Regime Especial de aulas não presencial (REANP), de acordo com o Decreto Municipal nº 616 e 678/2021, Resolução CEE/GO nº 018/2020-CEE/GO e Resoluções CME/CN nº 01, 02 e 03/2021. Permaneceram assim, por determinação da Secretaria Municipal e em caráter emergencial por duas semanas letivas, contando apenas com o envio de atividades aos alunos por meio de grupos de *WhatsApp* criados pelos próprios professores. No entanto, a situação pandêmica se agravou, os índices de contaminação e morte subiram de maneira desenfreada a cada dia, refletindo-se e estendendo-se por todo o ano letivo de 2020.

Diante da crise sanitária e do caos que se instaurou, a única solução viável para as escolas da rede foi permanecer exatamente como estavam desde o dia 16 de março de 2020, apenas com o envio de atividades por meio dos grupos de *WhatsApp*, ou seja, o ensino remoto passou a ganhar forma e seu caráter de emergência e ausência de precedentes ocasionaram algumas situações preocupantes em ambos os lados – discentes e docentes – no que diz

respeito à qualidade, ao acesso e a elaboração das atividades. Novos desafios surgiram e este período apenas começava, afinal o que foi pensado e projetado para 6 meses, somente agora vem sendo repensado e readaptado, um ano e cinco meses depois.

É importante salientar que o escopo deste debate não é tecer críticas às TDICs em si; afinal, como esclarece Oliveira (2016, p. 3), “pode-se classificar como tecnologia qualquer procedimento ou ferramenta criada para atender a uma demanda da sociedade”. Nesse sentido, a discussão é centralizada na problematização e debate acerca do modo procedimental como elas têm sido externadas e materializadas no ambiente escolar, sobretudo no sentido de agregar e acolher pedagogicamente a comunidade escolar no geral.

Após esta breve contextualização, é possível perceber hoje a Educação como um todo, ao manifestar de maneira mais acentuada a sua distinção entre o mundo digital e a escola, o que nos remete às temáticas e discussões tão efervescentes dos últimos 30 anos. Este momento de pandemia e crise sanitária tem feito a escola compreender que, de fato, precisa acompanhar a evolução das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). E, assim tem sido, por mais que, como demonstram Berger et al. (2002, p. 771), ainda haja certa resistência no “uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) na educação [o que] não tem assegurado mudanças efetivas nas práticas educacionais”.

Diante disso, “sem aulas presenciais, as propostas de ensino remoto ganharam força, primeiro entre as instituições particulares e depois entre as públicas”, segundo Stevanim (2020, p. 12). Na tentativa de adequar-se e levar em consideração também a realidade dos alunos, podemos dizer que esta proposta surge adaptando as práticas de ensino empregadas no ensino presencial para o mundo virtual utilizando-se das TDICs como ferramentas essenciais, como acontece na Educação a Distância (JUSTIN, et al., 2020). A ideia é que a escola experimente e sucumba aos domínios digitais como facilitadores do aprendizado, principalmente em tempos de distanciamento social, devido aos protocolos de biossegurança deliberados pelos órgãos competentes.

O processo transmite o utópico e por que não falacioso pensamento reducionista e simplista acerca da aplicabilidade deste novo modelo de ensino, quando o mundo todo está diante de um cenário de distanciamento social, de quarentenas e de uma guerra contra um inimigo invisível, um vírus que além de ceifar vidas humanas, atinge, macula e adoece o funcionamento de todas as engrenagens das sociedades.

Neste cenário, as TDICs passam não apenas a se manifestar e reafirmar como nova tendência de ensino, mas, também a tomar o seu lugar por meio dos dispositivos eletrônicos mais acessíveis à maioria das pessoas, a saber: os *smartphones* e os *Apps* (aplicativos), que representam hoje o meio mais popular de comunicação a distância tendo se consolidado no mercado como a mais evidente inovação no setor de telefonia, rompendo limites, se renovando e atualizando cada vez em intervalos de tempo menores, inseridos em um mundo digital e tecnológico no qual tempo e velocidade representam dinheiro, lucro.

Destacamos, que uma vez cumprida a quarentena ou as medidas de distanciamento ou isolamento social, o indivíduo mesmo assim está conectado com o mundo externo utilizando-se da *internet*, e conseqüentemente das mídias ou redes sociais, sendo as mais populares o Instagram, o *Facebook*, o *Telegram* e o aplicativo de mensagens em tempo real *WhatsApp*, que conforme conceitua Rodrigues (2015, p. 4) “é um aplicativo multiplataforma que permite trocar mensagens por dispositivos móveis sem custos. Por ele, os usuários podem criar grupos de até 50 pessoas, enviar mensagens ilimitadas com textos, imagens, vídeos, áudio, localização, entre outros recursos”.

A determinação do aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp* como ferramenta educacional decorre de sua gratuidade assegurada pela empresa, de sua popularidade e por este oferecer recursos como chamada de áudio e vídeo, bem como gravação, envio e troca de mensagens de áudio. Alencar et al. (2015, p. 789) afirmam que “o *WhatsApp* é uma ferramenta rápida e eficaz para comunicação entre todas as partes do cenário educacional”, pois acaba por viabilizar o contato entre todos os agentes em tempo real, ou seja, no momento exato de determinada aula. Todo este arcabouço multifacetado e multifuncional passou a ter o seu uso direcionado à educação, tornando-se aliado na transmissão de conhecimento, por assim dizer, uma vez que a maioria dos alunos supostamente dispõe e faz uso deste aplicativo de mensagens.

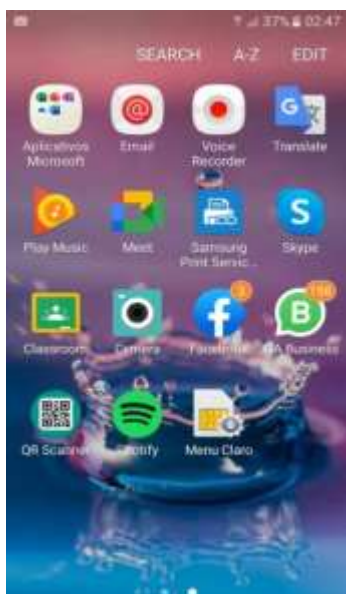
Uma possível justificativa para os desafios que têm acompanhado esta transição reside justamente aí, pois como asseveram Azevedo e Elia (2011, p. 465), “os alunos, nativos digitais, usam cada vez mais essas tecnologias e a escola está longe de acompanhar essa evolução, seja por falta de conhecimento técnico dos professores ou de recursos tecnológicos”, o que por endossa ainda mais o novo perfil destes alunos, no caso os que já nascem na era digital. Mais uma vez a situação nos coloca diante de uma nova reflexão acerca dos estudantes que não são nativos digitais, estudantes e professores que não têm domínio das

novas tecnologias, estudantes como os que procuram a EJA para darem início ou seguimento aos seus estudos interrompidos no passado.

Se for tomado como ponto de partida para esta discussão o início da experiência escolar na primeira fase (ou segmento) do Ensino Fundamental, é possível que mais questões de extrema pertinência sejam levantadas como é o caso, por exemplo, do processo de alfabetização por meio remoto. Na EJA da rede municipal de ensino de Caldas Novas foi notória a percepção de inúmeros desafios neste sentido e a consequente evasão escolar devido à falta de estímulo, de equipamento e domínio tecnológico e, finalmente, pela ausência de ações em potencial que viessem a sanar este problema. Novamente, o professor/mediador neste processo de ensino-aprendizagem se viu sem condições de intervir, haja vista que não havia como fazer nenhum tipo de intervenção de maneira remota.

Disponibilizamos capturas da tela do *smartphone* de um dos professores participantes deste estudo para demonstrar como tem se desenvolvido este modelo de ensino remoto, utilizando-se dos recursos e canais disponíveis de mais fácil acesso aos estudantes e professores, com o escopo de fazer com que se efetive o processo de ensino e aprendizagem. A Figura 4 apresenta tela do menu do dispositivo *smartphone* em que é possível observar que além do aplicativo de *WhatsApp* com 156 mensagens para serem lidas e outros aplicativos como o *Meet* e o *Classroom* do Google, que passaram a ser adotados a partir de janeiro do ano letivo de 2021.

Figura 4 – tela mostrando o aplicativo *Whatsapp*



Fonte: Acervo do Autor (2021)

Figura 5 – tela do *Whatsapp*



Fonte: Acervo do Autor (2021)

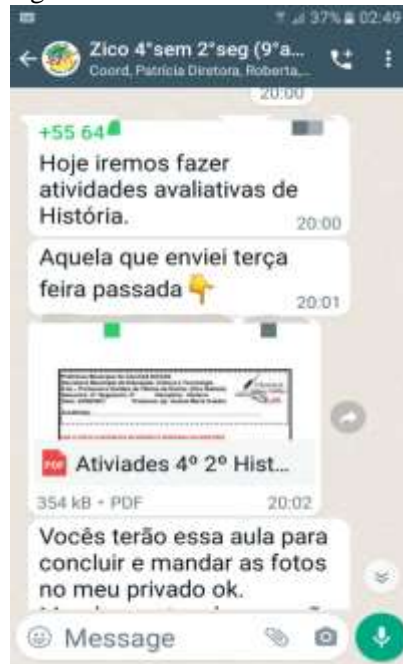
As Figuras 5 e 6 constituem a interface do aplicativo *WhatsApp* acessado, no qual podemos observar a considerável quantidade de grupos de salas de aula em que as atividades são postadas diariamente e que deveriam ser acompanhadas e administradas exclusivamente pelo professor. A Figura 7 apresenta em um dos grupos a disponibilização de texto e a indicação da atividade avaliativa da disciplina de História a ser realizada pelos alunos.

Figura 6



Fonte: Acervo do Autor (2021)

Figura 7



Fonte: Acervo do Autor (2021)

Aclaramos que no ano de 2020, durante todo o período de isolamento social, a rede municipal de educação de Caldas Novas não dispôs de aulas síncronas sob a alegação da impossibilidade de acesso dos estudantes. Nesse sentido, a explanação dos conteúdos era realizada por meio de gravações de áudio em formato de *podcasts* ou de aulas gravadas em *home office* postadas na plataforma *YouTube*. Segundo Farias e Giordano (2020, p. 68) os professores “podem lançar mão de recursos do *Microsoft Teams*, *Google Classroom* ou organizar *lives* por meio *Zoom* ou mesmo pelo *YouTube*” para aprimorar conhecimentos e otimizar a qualidade das aulas. Nessa direção, o relatório Digital de 2021¹¹ e a Revista Maiores e Melhores (2021) apontam que o *YouTube* é a plataforma de compartilhamento de vídeos preferida e, conseqüentemente, mais popular entre os brasileiros sendo utilizada por 96,4% dos participantes da pesquisa.

¹¹ Fonte: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>. Acesso em 30 dez. 2021.

Cada videoaula gravada e postada no *Youtube* gera um *link* que o professor pode restringir para uma turma determinada de alunos ou deixá-lo com livre acesso ao público em geral, ou seja, disponível para quem desejar pesquisar e encontrá-lo no site. A partir daí, estes *links* gerados para as videoaulas do professor eram disponibilizados no grupo de *WhatsApp* de cada turma, uma vez que o aplicativo não suportava a disponibilização do vídeo da aula diretamente no aparelho *smartphone* dado o tamanho do arquivo.

Além das aulas postadas e disponibilizadas, vídeos educativos de cunho didático têm sido selecionados, analisados e recomendados aos alunos como materiais complementares e dinamizadores da aula, possibilitando a visualização de diversos conteúdos que, posteriormente, servem de base, por exemplo, para produção de textos, artigos de opinião ou outras formas de produção autônoma com o propósito de que o aluno possa externar o que absorveu do vídeo e desenvolver a sua autonomia e capacidade de filtrar informações, pois conforme elucidam Sá e Narciso (2020):

O conteúdo disponibilizado em cada canal pode ser considerado um sinalizador das limitações que advêm do uso da plataforma enquanto um recurso educacional. Sendo assim, a quantidade de conteúdos postados nos canais não é necessariamente indicador de qualidade, cabendo ao estudante ter senso crítico para fazer a filtragem, em termos qualitativos do que lhe é apresentado (SÁ; NARCISO, 2020, p. 03-04).

O recurso/ferramenta é relevante e inegavelmente pertinente no sentido de transmissão e dinamização de aulas remotas, contudo, a inquietação aumenta quando adentramos às discussões sociais, humanas, políticas e econômicas do Brasil, considerando os impactos causados pela economia do coronavírus nestes segmentos, que produziram o aumento dos índices de desemprego e, sobretudo, a precarização da situação financeira dos brasileiros pobres. Tal realidade nos remete ao seguinte questionamento: todos os professores e alunos têm condições de arcar com os custos e despesas de uma conexão de internet que suporte o volume de informações, plataformas e transmissões, e se é fácil ou será facilitada a aquisição de dispositivos para este fim, tais como computadores e *smartphones*?

O perfil predominante dos alunos da rede municipal de ensino de Caldas Novas é caracterizado por famílias de baixa renda, assistidas por programas sociais, geralmente que têm mais de dois filhos e, quando muito, dispõem de apenas um aparelho de telefone celular, do pai ou da mãe, compartilhado por toda a família. Esta realidade expressa a necessidade de se repensar e melhor planejar as ações concernentes ao uso das tecnologias nas escolas.

Dessa forma, entendemos que para que se logre êxito na utilização das tecnologias digitais e informacionais, às quais tanto professores quanto alunos foram submetidos de forma

inesperada e arbitrária, se faz necessário o acesso efetivo de todos os agentes a este novo conceito digital, que tenham internet de qualidade, *smartphones* e computadores com processadores e memória capazes de suportar o volume de dados e informações que chegarão. No entanto, é de conhecimento geral que tal possibilidade se restringe apenas ao campo das ideias, devido às condições sociais e econômicas enfrentadas, conforme elucida Rosa (2020) ao ressaltar que:

Além dos colégios estarem sendo equipados com computadores e acesso a internet para utilização dos professores e alunos, os mesmos, no atual momento, precisam necessariamente ter computadores e acesso a internet em suas casas. Entretanto, essa condição é excludente na atualidade para a maioria dos estudantes, devido à questão socioeconômica de grande parte da população brasileira, que gera desigualdades significativas (ROSA, 2020, p. 2).

Tais argumentos nos permitem compreender que a “inovação é um processo e um fenômeno que exige e requer a mudança de atitudes das pessoas, entender a complexidade das instituições de ensino [...], tanto no campo econômico, quanto na sua organização e tecnologia” (CHURKIN, 2020, p. 3194). Portanto, constitui exercício de reflexão e desconstrução acerca dos medos e mitos que permeiam o tradicionalismo da educação brasileira e as oportunidades de acesso ao conhecimento e à Educação.

Novamente voltamos a esclarecer que a expansão tecnológica é de grande valia para a educação e aprimoramento das práticas de ensino, no entanto, deve haver investigação, discussões e planejamento para que em vez de incluir pedagogicamente, não acabe por excluir a parcela de pessoas que exercem e lutam para exercer o seu direito à Educação. O que se espera é que a emergência da aplicação e massificação das TDICs, ocorrida devido à pandemia de COVID-19, proporcione a investigação em profundidade tanto acerca do seu potencial de alcance e de acolhimento científico-pedagógico quanto na criação de meios para a sua ampla disponibilização e acesso.

3.2 A Necessidade de Adaptação Imediata da Classe Docente Diante à Utilização dos Recursos Digitais Frente à Limitação Tecnológica das Escolas

Se fosse possível associar aos professores uma única palavra que definisse o imprevisível e atípico momento de pandemia e de crise sanitária, ética, política, social, econômica, cultural e moral, esta seria desafio. Diante da Portaria nº 188/2020, na qual o Ministério da Saúde declarou emergência em saúde pública de importância nacional, fazendo com que estados e municípios formassem dispositivos jurídico-normativos a fim de

controlar a pandemia de COVID-19, ocorreu como resultado o fechamento das escolas em uma tentativa de frear a propagação da contaminação.

O Parecer nº 5/2020, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou uma série de medidas, protocolos e ações com intuito de minimizar os efeitos do isolamento social na Educação durante a vigência da fase mais crítica da pandemia. Ficou estabelecido um remanejamento dos calendários escolares, além da aplicação de atividades pedagógicas remotas, considerando a necessidade de minimizar a reposição de dias letivos a fim de viabilizar minimamente a execução do calendário escolar deste ano e ao mesmo tempo permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de emergência.

Diante da realidade pandêmica, a busca por soluções imediatas se fez urgente em todos os segmentos da sociedade, especialmente, na educação, com vistas a amenizar os danos que, incontestavelmente, sofreriam os estudantes. Stevanim (2020, p. 10) esclarece que a “pandemia não dificulta o ensino apenas pelos problemas de acesso à tecnologia digital por uma parcela dos estudantes, também o papel da escola como espaço de interação e desenvolvimento é afetado”.

Neste cenário, houve uma espécie de *boom* tecnológico na educação sem a preocupação de saber se toda a classe docente tinha acesso às tecnologias para que pudessem se adequar à nova realidade. Conforme já abordado, a contribuição das TDICs passou a ser essencial, pois de acordo com Kenski (2003), as TDICs desempenham papel fundamental dada a sua capacidade de atingir os sujeitos provocando mudanças na maneira de agir, pensar, sentir em inúmeras segmentos e aspectos da sociedade podendo alterar políticas públicas.

A categoria de professores repentinamente se viu diante de inúmeras barreiras no que tange à tecnologia atrelada ao fazer docente. Foi exatamente naquele momento que a falta de preparo e de habilidades com as inúmeras novidades impostas compulsoriamente, mesmo com toda a precariedade de recursos das escolas públicas brasileiras, que travestidas de *home office* invadiram os lares de docentes e discentes na tentativa de amenizar as consequências da pandemia no que diz respeito à educação e às práticas pedagógicas. Kenski (2003, p. 80) infere que ficou “evidente também que, pela complexidade do meio tecnológico, as atividades de treinamento e aproximação entre docentes e tecnologias [deveriam] ser realizadas o quanto antes. O início desse processo [deveria] ocorrer nas licenciaturas e nos cursos de pedagogia”.

O que remete ao fato de que, embora já houvesse preocupação e discussões em torno da temática em questão, os diálogos e ações parecem não terem sido suficientes para que os docentes tomassem as rédeas das tecnologias e assumissem seu lugar de protagonistas. Um dos obstáculos apontados é justamente a limitação das escolas no sentido da aquisição tecnológica e treinamento pessoal, que somente agora tem sido feita com maior velocidade, mas dadas as circunstâncias, colocam em xeque a qualidade de tais ações.

Kenski (2003, p. 18) ainda define como tecnologia todo o “conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade”. A partir de então, é possível confrontar a maneira que foi aplicada a política de transição de ensino presencial para ensino remoto, simplesmente pelo fato de não ter tido inicialmente, um planejamento que contemplasse também os alunos sem condições de acesso e os professores que não detinham o domínio das tecnologias digitais propostas para o momento.

Diante dos eventos advindos em decorrência destes tempos pandêmicos, outro fator desperta ainda mais curiosidade, a saber: o fato de que a pandemia de COVID-19 tem sido capaz de desencadear não somente uma crise sanitária, mas uma crise econômica, moral e política – conforme já apontado – que parece avançar incessantemente enquanto as instâncias de poder parecem estar andando em círculos. Diante de todas as consequências negativas, não deixa de ser fomentada a ideia de que o cenário de mudanças do ensino presencial para o Ensino Remoto Emergencial assim imposto, não tem sido o ideal (HODGES et al., 2020; ARRUDA, 2020), pois não prioriza a qualidade, o estudo detalhado e os estudantes, mas sim os números e índices que servirão para compor uma justificativa plausível ao Ministério da Educação.

Cabe destacar que dentre as competências gerais da Educação Básica dispostas no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a quinta delas alude às tecnologias e ao seu uso, concentrando-se em:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 09).

Considerando o cotidiano escolar e relatos de professores (que serão analisados adiante) o advento da nova BNCC, os debates a respeito da aplicabilidade e do uso das novas tecnologias de comunicação em sala de aula não tinham sido capazes de evitar que a escola se

mostrasse arraigada à tríade TV, vídeos e *Power Point*. Uma realidade que acabou por contribuir com a situação caótica que se apresentou à educação e à comunidade escolar em termos gerais.

O ano de 2020 fez com que, além de ter que lidar com a inabilidade do uso de novas ferramentas digitais, a categoria docente tivesse ainda que fazer tudo isto em formato de *home office*, ou seja, trabalhar em casa. Nesses termos, o cotidiano dos professores experimentou uma abrupta mudança não recebendo por parte dos gestores municipais e da Secretaria de Educação nenhuma formação ou capacitação em Caldas Novas. Nesse sentido, Habermas (1991) afirma que a:

Formação docente supõe uma junção criativa de teoria e prática. Enquanto indivíduo, o educador, é um ser particular. Enquanto pessoa é um ser de relação da vida cotidiana. Neste acontecer histórico, o docente tece alternativas da cotidianidade e vai acumulando uma vivência que o marca, profundamente como sujeito social. É precisamente a trajetória do ser relacional que recomenda uma formação contextualizada pela prática de ensino, como espaço de ressonância das tematizações e das argumentações (HABERMAS, 1991, p. 14).

Apontamos que até o presente momento, 01 de dezembro de 2021, nenhum tipo de suporte, equipamento, subsídio ou auxílio para melhorar a qualidade da conexão de internet de suas residências foi disponibilizado para os professores da rede municipal de ensino da cidade de Caldas Novas. Os aparelhos celulares dos professores passaram a agregar mais informações e mais grupos do que suportam, seus computadores passaram a permanecer ligados mais tempo que habitualmente, o que ocasionou um aumento considerável em suas contas de energia elétrica.

Além das despesas que tem aumentado significativamente para a realização do trabalho docente, a recomendação da Secretaria Municipal de Educação de Caldas Novas foi a de que os professores ficassem à disposição dos alunos durante todo o período de aula. No entanto, a logística disponível não obteve bom funcionamento, uma vez que a segmentação estabelecida por horários ou períodos que se dão ao longo do dia no ensino presencial, quando o professor de disciplinas específicas ministra suas aulas por determinado período de tempo, não foi frutífera nos grupos de *WhatsApp*, pois os estudantes não compreenderam assim. O professor estava desenvolvendo a sua atividade e auxiliando a turma do segundo horário e de repente começavam a chegar notificações de alunos do primeiro horário. Destarte, as mensagens eram recebidas ao longo de todo o dia, inclusive em horários inoportunos e não convencionais, como noite e madrugada.

O elevado consumo de internet, de energia elétrica, redução do tempo de vida útil de aparelhos como *smartphones* e *notebooks* foram custeados exclusivamente pelos professores enquanto as escolas permaneciam fechadas, ou seja, houve uma redução das despesas da máquina administrativa municipal, cujos dividendos poderiam ter sido destinados à aquisição de aparatos tecnológicos para uso dos professores em suas aulas, por exemplo. Situações assim, demonstram a falta de estudo e planejamento frente a um momento extremamente delicado como o atual. Portanto, a análise, implantação, aplicação e execução de novidades tecnológicas implicam e refletem-se na necessidade de novos olhares, posturas e atitudes, pois como assevera Miskulin (1999):

Ambientes automatizados exigem uma nova formação do cidadão, um novo perfil do trabalhador, com qualificação, conhecimento crítico, criativo e mais amplo, resultando em condições que lhe permitam integrar-se plena e conscientemente nas tarefas que possivelmente desempenhará em sua profissão e em sua vida (MISKULIN, 1999, p. 41).

Portanto, para que a apropriação das novas tecnologias pela escola e pelos agentes que a compõem se efetive e prospere, é necessário que novas dinâmicas de comportamentos e posturas antecedam sua implantação propriamente dita; o que remete ao fato de que não é um processo rápido, aliás, as Tecnologias de Comunicação e da Educação devido ao seu caráter científico, não podem admitir a possibilidade de pular ou avançar etapas, caso contrário, isto poderia ocasionar sérios problemas e contratempos em futuros bem próximos, afinal, segundo Leite e Ribeiro (2012, p. 175):

A inserção das TICs na educação pode ser uma importante ferramenta para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Essas tecnologias podem gerar resultados positivos ou negativos, dependendo de como elas sejam utilizadas. Entretanto, toda a técnica nova só é utilizada com desenvoltura e naturalidade no fim de um longo processo de apropriação (LEITE; RIBEIRO, 2012, p. 175).

Tem se tornado cada vez mais evidente a necessidade da plena junção e mútua colaboração entre tecnologia e pedagogia, como forma de evolução científica, no entanto devendo se estabelecer de forma igualitária e inclusiva, afinal o mundo digital é uma realidade indissociável da Educação enquanto Ciência e enquanto prática pedagógica, ou seja, é a junção de diversos eventos que propiciam ao professor, de acordo com Leite e Ribeiro (2012, p. 175), o domínio:

[...] sobre as tecnologias existentes e sua utilização na prática, e isso passa, necessariamente, por uma boa formação acadêmica; que a escola seja dotada de boa estrutura física e material, que possibilite a utilização dessas tecnologias durante as aulas; que os governos invistam em capacitação, para que o professor possa atualizar-se frente às mudanças e aos avanços tecnológicos; que os currículos escolares possam integrar a utilização das novas tecnologias aos blocos de conteúdos das diversas disciplinas; dentre outros (LEITE; RIBEIRO, 2012, p. 175).

Retomando aos desafios advindos das aulas remotas ministradas nas residências dos docentes, evidencia-se uma realidade que compreende uma sobrecarga laboral posto que estando todos em casa o tempo todo, além do serviço doméstico há também a necessidade de conciliá-lo com as atividades docentes, como a elaboração de planos de aula, estudo de conteúdos, preparação de atividades, gravação de áudios e vídeos, interação pelas plataformas digitais e aulas síncronas. A situação se agrava quando os professores são pais e mães de crianças de colo ou crianças pequenas, que precisam de atenção e cuidados constantes, ou seja, mais uma tarefa para conciliar com as aulas.

São situações que podem e têm contribuído com o cansaço, estafa e esgotamento físico de professores. Na concepção de Barbosa, Viegas e Batista (2020, p. 258) “estes profissionais estão atravessando, em meio a essa pandemia, uma abrupta mudança no seu modelo adaptável de ensino e vida”. Além de professores, estes profissionais são pessoas, cidadãos como todos os demais e, portanto, necessitam de ter assegurados os seus direitos, privacidade e suas jornadas laborais respeitadas, além de condições dignas de trabalho e todo o suporte necessário para tanto.

Seguindo este raciocínio, tem sido cada vez mais comum ouvir dizer que a Educação está doente e, portanto, torna-se também conveniente dizer que a classe docente está doente frente às mudanças impostas de forma impositiva sem qualquer tipo de apoio, subsídio ou suporte. Em algumas situações são metaforicamente comparados a super-heróis, alcunha refutada por alguns que reconhecem que não são super-heróis, mas sim seres humanos de carne e osso, trabalhadores, profissionais, pessoas pagadoras de impostos e que como todas as demais têm as suas limitações, sobretudo quando ao consideramos o fato de que, segundo Zaidan e Gavão (2020, p. 264):

Professoras e professores experimentaram uma mudança brusca em suas rotinas, que se caracteriza pela penetração insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano, não importando que seus empregadores (o governo ou os donos de escola) não lhes tenham garantido estrutura para o teletrabalho (ZAIDAN; GALVÃO, 2020, p. 264).

Estas condições têm submetido a classe docente, desde o início da pandemia, tanto à cobrança quanto ao ataque da sociedade com práticas e discursos de ódio proferidos cada vez com mais frequência e sendo direcionados aos professores, indicações como: “estes sindicalistas não representam os verdadeiros professores. E os que fazem parte deste sindicato são doutrinados”; “Não vi nenhum professor brigando para tomar vacina, agora para não dar aula...”; ou ainda: “Só podia ser ação de sindicato... Cambada de vagabundos que não querem

trabalhar”¹². Todo este ataque acaba por gerar uma pressão sobre os professores, colocando-os como se fossem eles os verdadeiros culpados pelo fechamento das unidades escolares. Todo este desgaste físico e psicológico acaba por contribuir significativamente com o que Tostes (2018) já apontava anteriormente como “mal-estar docente” (TOSTES et al., 2018, p. 90).

As incertezas advindas da pandemia no que concerne ao exercício da profissão docente têm servido como um alerta para que professores e profissionais da educação recebam a preocupação necessária, no que diz respeito a políticas públicas para a capacitação e formação contínuas e que estejam alinhadas às novas tecnologias, levando em consideração as dificuldades do exercício da profissão no atual contexto pandêmico. Rosa (2020, p. 2), afirma que na “montagem estrutural das aulas remotas, nesse momento pandêmico, professores em regime de urgência tiveram que dominar ferramentas do *Google Meet*, *Moodle*, *BigBlueButton*”, entre outros, para exercer o ofício docente sem, efetivamente, contar com o apoio e financiamento das instâncias de poder, além de se absterem da preocupação com as condições de acesso por parte dos alunos, que representam o outro polo do processo de ensino-aprendizagem.

A inexistência de diretrizes, falta de suporte, formação de qualidade, destinação de recursos para a reestruturação da escola com vistas ao atendimento real, efetivo e adequado, a implantação de novas metodologias de ensino se converteram em percalços e distanciamentos dos estudantes da/pela escola, sobretudo, para as categorias de classes sociais pobres. Os estudantes da periferia exprimem a desigualdade presente não só na Educação, mas em todos os segmentos da sociedade brasileira, que amarga o índice de 4,8 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos, que não têm acesso à internet em casa (STEVANIM, 2020).

3.3 A Mercadoria Educação Legitimada pelos Ideais Neoliberais e Intensificada pelo Cenário Pandêmico de COVID-19

Este estudo busca abordar o neoliberalismo utilizando uma linguagem sucinta e objetiva a fim de que exprima seu conceito de maneira compreensível ao maior número de pesquisadores possível, ou seja, uma adaptação às formulações de Hayek (1946) de Friedman (1962) aprofundados com os processos de mundialização do capital e globalização da

¹² Fragmentos de fala retirados da internet, disponíveis em: <http://reporterpopular.com.br/professores-sao-atacados-volta-aulas/>. Acesso em: 30 mai. de 2021.

economia, fundamentações estas que têm sido apropriadas, distorcidas e utilizadas pela emergência de uma política de direita neoconservadora de fundamentação nazifascista (SANTOS, 2015). No entendimento de Ball (1998, p. 126), o neoliberalismo “é aquilo que se poderia chamar de ideologia de mercado”, que se concentra na mínima intervenção do estado na sociedade como um todo, inclusive na economia, o que resguarda o estado e onera a nação.

Para que se compreenda o neoliberalismo, é importante remeter ao pensamento hayekiano acerca do liberalismo clássico, que linearmente demonstra que a democracia deve ser um meio e não um fim, afinal o fato de uma sociedade se denominar democrática escolhendo um só líder/governante para representá-la, nada mais configuraria a não ser o autoritarismo, enquanto que o liberalismo, diferente da democracia, seria o oposto do totalitarismo. Tendo isto em mente, no final da década de 1980 ressurgem pensamentos oriundos do capitalismo *Laissez-Faire*¹³ que, retomado do liberalismo clássico, passou por uma distorção de sentidos ao passo que, por exemplo, defendem o corte de despesas governamentais para que se fortaleça o setor econômico privado. Logo, lucro se torna a palavra de ordem e as camadas pobres da sociedade passariam a ter que pagar pelos serviços mais essenciais e fundamentais que deveriam ser assegurados pelo governo.

O prefixo *ultra* tem sido contemporaneamente utilizado para anteceder o termo neoliberalismo exatamente por ser entendido como um intensificador. Neste sentido, como consequência, Cislachi (2020, p. s/p) ainda assevera que o ultraneoliberalismo, uma versão potencializada do neoliberalismo é “reacionária, racista, misógina, que retoma sua experiência inicial da ditadura chilena da década de 1980, inclusive ressuscitando personagens do período como Paulo Guedes, ministro da economia brasileiro desde 2019”. Anderson (1996) argumenta que:

[...] o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista de Bem-Estar. Seu texto de origem é “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria (ANDERSON, 1996, p. 9).

¹³ Segundo o dicionário financeiro, é um termo em francês que significa deixe fazer, utilizado em referência ao pensamento do liberalismo econômico que defende a economia livre de intervenções governamentais. Fonte: <https://www.dicionariofinanceiro.com/laissez-faire/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Nesse sentido, podemos dizer que a pandemia de COVID-19, que perdura há mais de um ano e meio em todo mundo acabou por fomentar o pensamento neoliberal e manter-se ativa em todos os países, devendo ser entendida como uma doença com alto índice de letalidade de cunho globalizado que manifestou também na educação os seus efeitos acentuando ainda mais o seu viés de exclusão. Podemos inferir que este cenário consolida, de certa forma, toda a incapacidade e insustentabilidade do capitalismo, posto que a propagação do vírus e, conseqüentemente, da pandemia se efetivaram por meio de mecanismos que restringiram ou dificultaram para as categorias da classe trabalhadora o acesso aos direitos fundamentais.

Por conseguinte, entendemos que a humanidade foi prejudicada e assiste ao mundo sendo devastado por um vírus e pela completa falta de controle de sua pandemia, que se torna ainda mais acentuada devido aos seus reflexos negativos na economia, saúde, mobilidade urbana, sociedade em geral e, sobretudo, na educação. Os altos índices já apresentados neste estudo, as notícias divulgadas pela mídia e os eventos danosos causados pela pandemia só reafirmam e revelam a letalidade da ausência do Estado de suas responsabilidades ao atendimento público, vilipendiando a dignidade da pessoa humana e cerceando direitos e garantias fundamentais.

Partindo deste pressuposto, fica evidente a constatação de que tal problemática se condensa em políticas neoliberais já existentes, por vezes veladas, mas que ganham importância em decorrência de COVID-19 com destaque para a estratégia do Estado neoliberal na conversão dos serviços e garantias sociais em meras mercadorias. Entendemos que a educação é um direito – conforme disposto na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996 –, mas que tem se tornado um mercado no sentido de que se o indivíduo deseja ter acesso a uma educação supostamente de qualidade, ele terá que pagar por este serviço, logo, as classes subalternizadas desprovidas de recursos financeiros não teriam acesso à Educação em sua plenitude.

No entendimento de Shiroma et al. (2004, p. 116), o Estado “por meio de entidades públicas não governamentais, convoca a iniciativa privada a compartilhar das responsabilidades pela educação, reafirmando a velha tese da socialdemocracia de que se a educação é uma questão pública não é necessariamente estatal”, eximindo-se de suas obrigações e responsabilidades com a educação, propiciando à iniciativa privada plena liberdade de ação para a sua venda.

Nesse sentido, analisando a implementação do novo modelo de ensino remoto compreendemos que este requer um olhar mais dedicado e atento, haja vista que foi imposto verticalmente durante um período de crise sanitária global, não tendo sido devidamente planejado por parte dos governantes em conjunto com professores e profissionais da Educação, tampouco foi organizado de modo a assegurar a oferta, o acesso e a sua qualidade para todos. A mercantilização da Educação, impõe a ideologia burguesa ao supervalorizar o ensino privado, sobretudo, na Educação Básica, aprofundando o abismo existente para com o ensino público sistematicamente precarizado.

O ultraneoliberalismo encontra espaço fecundo para difundir a defesa dos seus interesses sob o pressuposto de que a qualidade do ensino ofertado pelas instituições particulares é substancialmente melhor do que aquele ofertado pelas instituições públicas, restringindo o acesso àqueles que podem pagar pela mercadoria educação. A liberdade de atuação, a determinação de valores, a concorrência e a competição promovem a desumanização de algumas práticas de ensino quando, por exemplo, mitiga a abordagem social da Educação sobrecarregando seus profissionais com atividades e tarefas para além de suas atribuições e responsabilidades.

Todo este conjunto de elementos que compõe esta nova roupagem do trabalho docente, muitas vezes desvalorizado pela própria sociedade, contribui para a expansão de práticas mercadológicas, intensificação da exploração da força de trabalho, precarização e proletarização da profissão, demasiadamente intensificados em tempos pandêmicos de COVID-19. Segundo Ribeiro (2018, p. 24), “o povo, a gente comum, os trabalhadores são tidos como uma mera força de trabalho, destinada a ser desgastada na produção [...] massa energética desgastável, um carvão humano que se queima na produção” podendo ser a qualquer momento substituído.

As medidas de biossegurança e os protocolos de prevenção e combate à pandemia, provocaram grande desconforto tanto para os professores quanto para os alunos, à medida em que foram obrigados a permanecerem no interior de suas casas enquanto as escolas permaneciam fechadas. Nesse contexto, inúmeras tem sido as discussões acerca de uma nova configuração do trabalho e da função docente, bem como a preocupação de que o ensino remoto pode ter propiciado a desresponsabilização dos alunos para com as atividades de aprendizagem, na medida em que, supostamente, os pais estariam se encarregando da realização das mesmas.

Tal preocupação, fortaleceu a defesa do retorno às aulas presenciais, mas somente após a finalização do processo de vacinação sob à competência, responsabilidade e responsabilização do Estado para a prevenção da contaminação pelo COVID-19 e manutenção da vida. Desta forma, a realidade que se estabeleceu no Brasil foi a de negação, negligência e descaso por parte do atual governo federal, que buscou justificar a necessidade de manter a economia em funcionamento em detrimento da preservação das vidas humanas. Portanto, torna-se inevitável a discussão sobre política e educação, uma vez que ambas são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma sociedade. Na concepção de Saviani (1986, p. 89):

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos (SAVIANI, 1986, p. 89).

Aproximando-nos de tais argumentos temos observado que, no Brasil, a direção que as políticas públicas têm tomado são direções contrárias ao esperado, ou seja, a orientação toma por base as fundamentações ultraneoliberais de não interveniência do Estado na economia, assegurando ao capital a sua total liberdade de ação. Assim sendo, a função do Estado deve se restringir a contemplar as imposições do mercado, permitindo a venda e a maximização da lucratividade com a mercadoria educação às instituições privadas.

O aprofundamento da privatização do ensino, encara os pais de alunos como clientes e compradores da educação; clientes que gozarão da prerrogativa de matricular seus filhos numa instituição de sua escolha que, em tese, oferece um ensino de qualidade diferenciada, obviamente assegurada por uma relação contratual firmada com base na regularidade plena dos pagamentos mensais. Mais uma vez, a comercialização da educação a coloca diante de características antes verificadas apenas no ramo do comércio, como a concorrência que se efetiva entre escolas/empresas e os consumidores da prestação do respectivo serviço.

Por mais que as discussões acerca deste assunto estejam presentes em nossa realidade, cabe destacar que a incidência da fundamentação neoliberal sobre educação existe há anos, conforme podemos observar no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1996) ao apontar que:

Muitos serviços definem-se, sobretudo, em função da relação interpessoal a que dão origem. Podem encontrar-se exemplos disso tanto no setor mercantil que prolifera, alimentando-se da complexidade crescente das economias (especialidades muito variadas, serviços de acompanhamento e de aconselhamento tecnológico, serviços

financeiros, contabilísticos ou de gestão), como no setor não comercial mais tradicional (serviços sociais, ensino, saúde etc.). Em ambos os casos, as atividades de informação e comunicação são primordiais; dá-se prioridade à coleta e tratamento personalizado de informações específicas para determinado projeto. Neste tipo de serviços, a qualidade da relação entre prestador e usuário depende, também muito, deste último. [...] A relação com a matéria e a técnica deve ser completada com a aptidão para as relações interpessoais. O desenvolvimento dos serviços exige, pois, cultivar qualidades humanas que as formações tradicionais não transmitem, necessariamente, e que correspondem à capacidade de estabelecer relações estáveis e eficazes entre as pessoas (UNESCO, 1996, p. 94-95).

Eis o conjunto de proposições para a educação de orientação neoliberal que assume um caráter completamente instrumental, capaz de sufocar a escola com tantas informações e atribuições concomitantemente à possibilidade de esvaziar a bagagem escolar, representada por relações de mercado e formação exclusivamente técnica, que mecanizam o processo de escolarização e alienam os alunos por meio de conteúdo determinados, restringindo o conhecimento apenas àqueles que têm as habilidades necessárias para a sua execução, conforme especifica outro fragmento do referido Relatório ao defender que:

[...] uma bagagem escolar cada vez mais pesada já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança. Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser (UNESCO, 1996, p. 89-90).

Ressaltamos que estamos falando da formação básica, de uma projeção para o século atual, que não contempla a situação precária da educação pública brasileira, que não considera as condições físicas, materiais e humanas das unidades escolares em todo o território nacional – “o pacote” é para toda a periferia do capital – portanto, não considera as condições que caracterizam as diferentes realidades, necessidades e adversidades locais, contribuindo para o aumento das desigualdades escolares, sociais e econômicas entre as classes.

Diante dos fatos, é possível afirmar que a realidade que permeia a educação brasileira no tempo e no espaço da pandemia de COVID-19 expõe de maneira preocupante todos os sujeitos que compõem o campo da educação. A categoria docente está exaurida, doente, mentalmente esgotada e passou a manifestar sintomas de ansiedade devido à pressão que vem de cima por meio de ordens concernentes ao novo modelo de trabalho (OLIVEIRA, 2020). Esclarecemos, que temos plena consciência de que a presente discussão é insuficiente para esgotar as investigações e problematizações sobre a temática pesquisada, pois são inúmeras as questões que precisam ser analisadas de forma mais aprofundada.

4 PROFESSORES? PRESENTE!

O escopo da presente seção é o de dar voz a quem tem vivenciado o atual contexto de pandemia considerando os seus reflexos e a busca pelo novo normal por meio da construção de um arcabouço de testes e experimentos diante de um evento inesperado e catastrófico em nível mundial, com o massivo poder de atingir todos os agentes que constroem e compartilham saberes diariamente em sala de aula.

Antes de adentrarmos com mais profundidade neste assunto, é necessário que salientemos que a educação já experimentava um polêmico e controverso diálogo que diz respeito à aplicabilidade de novas tecnologias como forma de ruptura com os padrões, modelos e técnicas tradicionais referentes ao processo de ensino-aprendizagem de maneira mais acentuada nas séries que compreendem a educação básica no Brasil. Doravante, a discussão passou a ganhar mais fomento a partir da repentina e obrigatória transposição do ensino presencial para o ensino remoto, dada a circunstância da crise sanitária mundial provocada pela pandemia de COVID-19.

Para a concretização e materialização da etapa empírica deste estudo, professores efetivos de História da rede municipal de ensino de Caldas Novas, modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram consultados por meio da aplicação de questionários *online*, dadas as circunstâncias e os protocolos de biossegurança implantados e aprovados pela Secretaria Municipal de Educação e Lazer (SEMEL) de Caldas Novas em parceria com o Núcleo de Vigilância e Epidemiologia e Conselho Municipal de Educação. A escolha pelos professores que ministram a disciplina de História tem como motivação o olhar científico e fático sobre os eventos que esta Ciência proporciona, sobretudo nas relações humanas e políticas ao longo do tempo.

Na qualidade de professores é irrefutável a percepção de que o perfil do alunado da EJA possui suas específicas nuances e particularidades, a saber: as inferências e o conhecimento de mundo mais consistente em relação ao alunado da modalidade regular de ensino, os hiatos no que compreende sua evasão e retorno à escola; o fato de se matricularem já extemporaneamente, sendo analfabetos ou semianalfabetos; o fato de que mesmo diante das adversidades, da jornada dupla e com inúmeros desafios nesta caminhada, os alunos trazem consigo considerável experiência, pois vivenciaram mais episódios históricos do que o alunado do ensino regular, dada a sua faixa etária.

Quanto à escolha da rede pública municipal de ensino, esta se deu justamente para caminhar em sentido contrário aos ideais ultraneoliberais que defendem uma intervenção mínima do Estado no acesso aos direitos e garantias fundamentais. Tudo isso é capaz de ocasionar, por exemplo, a privatização dos serviços ofertados à população por parte e por responsabilidade do sistema, que leva a compreender tal prática como sendo uma suposta estratégia de fortalecimento econômico. Compreendemos, ainda, que é nas escolas públicas que estão concentradas inúmeras histórias de lutas e resistência, visto que além os alunos são também trabalhadores, além do fato de que educação pública e de qualidade é um direito fundamental de natureza social e, portanto, “direito de todos e dever do Estado e da família”, conforme expressa o artigo 6º da Constituição Federal de 1988¹⁴.

Tais características conduzem os seus professores, que sinestesticamente têm experimentado e sentido os reflexos desse novo normal, ao longo da crise sanitária vigente no Brasil e no mundo. Quanto à escolha por professores da disciplina de História, esclarecemos que levamos em consideração o olhar social e histórico que esta disciplina possui e o fato de sua capacidade de observação e criticidade serem atemporais e que, sobretudo neste momento, transformam-se na convicção de que o mundo experimenta um drástico período, que conseqüentemente representa uma construção histórica que se utiliza da Ciência História para analisar determinado período da humanidade, possuindo ainda plena capacidade de projeção do futuro, dado o seu caráter analítico e científico.

Conforme já destacado, o trabalho docente na EJA age em resposta a uma pluralidade e diversidade que muito se difere do ensino regular. Os motivos que levam uma pessoa adulta a escolher a EJA para iniciar ou completar seus estudos é extremamente diferente das motivações de estudantes que ainda são crianças e adolescentes com idade e série congruentes, regularmente matriculados. É devido a isto que se percebe a necessidade de uma postura e trabalho docente diferenciados, um rol de procedimentos que envolvem análise, planejamento, didática e ações que respeitem e considerem o conhecimento prévio e vivências externas de cada estudante, bem como seus anseios e expectativas transcendendo as propostas educacionais corriqueiras e engessadas ao longo dos anos.

A Educação para Jovens e Adultos, dada a sua natureza pluralizada e por lidar diretamente com tantas nuances pedagógicas, compreende uma modalidade que acaba por promover a cidadania ao se efetivar como um novo caminho escolar com a capacidade de

¹⁴ Texto completo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jan. 2020

proporcionar aos seus sujeitos de direito novas oportunidades ao passo que promove qualificação escolar/profissional, debates e formações culturais, sociais, políticos e históricos fragmentando e desconstruindo sujeitos que, em muitos casos, representam a parcela marginalizada da sociedade; sujeitos estes que receberão a opção/oportunidade de enxergar as realidades a partir de novos pontos de vista e reflexões com uma postura dinâmica, ativa e com consciência de seus papéis na sociedade. Assim compreendemos a EJA não só no município de Caldas Novas, mas em uma perspectiva geral.

Muitas são as razões que motivam e que trazem de volta às cadeiras de uma sala de aula uma pessoa de mais idade. Tais possibilidades vão desde o simples prazer de aprender a ler e escrever até a vontade de buscar e aumentar o seu nível de conhecimento, de conquistar uma profissão que considerem mais digna para a construção de um futuro melhor, é o que foi percebido ao longo desta pesquisa. Portanto, estudar a modalidade EJA e suas nuances pedagógicas é sempre ir além do que oficialmente está expresso; é compreender que assim como se manifesta de maneira tão veemente esta diversidade, é necessário compreender que o trabalho dos professores da EJA é de igual forma adaptado às tantas necessidades e propósitos, todavia reforçando o mesmo ideal de sempre: formar cidadãos críticos, reflexivos e atuantes nas sociedades.

Fazendo jus às considerações supracitadas, os professores que atuam na referida modalidade de ensino desempenham suas funções, sempre atentos às necessidades de cada aluno para que se estabeleça a maneira mais profícua pela qual as práticas de ensino deverão trilhar ao longo do semestre letivo. Assim sendo, há por si só o desdobramento dos professores para que todo este processo culmine e chegue aos alunos em forma de aula para que, a partir de então, a construção do conhecimento sistematizado dialogue com as inferências de cada estudante e adquira um sentido individual ao qual será dado o nome de conhecimento.

É em nome e respeito aos professores e a todo este processo, que se constitui a necessidade de discutir acerca do assunto dando voz a esta categoria institucionalizada responsável pelo trabalho docente, que se apresenta como parte indispensável do processo como um todo, sobretudo em um momento de tanta preocupação e insegurança como este de pandemia quando, segundo Lima et al. (2020):

Percebe-se significativo número de atividades atribuídas aos/às docentes, tarefas que pressupõem um tempo extra para a preparação e o desenvolvimento das atividades, além da realização de aulas online ministradas em tempo real, semanalmente com a obrigatoriedade de um número mínimo de estudantes e um tempo mínimo de aula, a legislação em nenhum momento leva em consideração as condições sociais e econômicas dos/as docentes, tendo em vista que o Sistema de Ensino não

disponibiliza ferramentas tecnológicas para a realização de trabalho remoto, bem como se ignora que eles/as podem encontrar dificuldades em lidar com a tecnologia (LIMA et al., 2020, p. 119).

A preocupação maior reside precisamente na compreensão, por parte dos professores, de que nem todos os alunos têm acesso ou conhecimentos de todas as mídias digitais utilizadas pelos professores no período aulas remotas e híbridas e mesmo assim, se veem obrigados a seguir adiante com o novo normal. São por motivos como este que Ireland (2020) esclarece que o *status quo* do Brasil necessita de maneira urgente de uma ruptura de paradigmas, haja vista que a pandemia de COVID-19 revelou e acentuou alarmantes diferenças sociais, diferenças estas que fazem com que pessoas adultas com baixo nível de escolaridade sejam progressivamente marginalizadas.

E ainda devido ao emprego do termo desigualdade, seus reflexos na Educação ao longo da vigente pandemia de COVID-19 não deixaram de ser percebidos e vivenciados por todos os agentes e variáveis que compõem o processo de ensino-aprendizagem. Tanto, que segundo Ribeiro (2020):

Diante desse cenário, as tecnologias digitais passaram a ser vistas, por alguns/mas, como ‘salvação’, na medida em que poderiam dar continuidade, ainda que improvisada e até inadequadamente, ao ano letivo, obviamente à custa do sacrifício extremo de professores/as e gestores/as, pressionados por todos os lados. Por outros, as mesmas tecnologias passaram a ser vistas como ‘vilãs’, em específico, porque ampliariam as desigualdades entre estudantes conectados e desconectados, escolas menos e mais equipadas, professores/as menos e mais preparados/as, evidenciando assim o fosso entre camadas sociais e escolas menos e mais equipadas e qualificadas (RIBEIRO, 2020, p. 3).

Em razão do entendimento de que os desafios docentes concernentes à Educação de Jovens e Adultos foram substancialmente agravados pela pandemia de COVID-19 e associado ao repentino, arbitrário e não planejado emprego das tecnologias digitais para gerir o ensino remoto é que nasce este estudo, sobretudo para que a voz silenciada da categoria docente há tempos subjugada e politicamente massacrada ressoe cada vez mais alto rompendo paradigmas de outrora, se reinventando de maneira igualitária e digna para todos os envolvidos.

4.1 O Corona Vírus e a Educação no Estado de Goiás

Diante dos reflexos da pandemia de COVID-19 aqui abordados e analisados, sobretudo, no campo da educação, é possível inferir que o momento e a situação têm exigido estratégias diversas para enfrentar o coronavírus, além de tentar frear ou atenuar seus impactos e consequências. O relatório elaborado pela Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que “as necessárias medidas de isolamento social causarão uma disrupção na educação escolar por vários meses, na maioria dos países do mundo” (REIMERS; SCHLEICHER, 2020, p. 48), mas são extremamente necessários.

Estima-se, de acordo com o Banco Mundial, que a implantação das medidas emergenciais, teve início no primeiro semestre do ano de 2020, e o exorbitante quantitativo de alunos que se mantiveram fora do espaço escolar em mais de 160 países girou em torno de 1,5 bilhão. São alarmantes índices que exigiram em caráter de urgência que a normalidade tradicional vivenciada na educação fosse remodelada a partir de novas ferramentas e que uma nova modalidade de ensino fosse empregada com vistas a reduzir este número e amenizar a situação.

Adotando e seguindo esta dinâmica de atenuação dos impactos da pandemia na educação, o Ministério da Educação (MEC) foi incumbido de elaborar estratégias alternativas e novas diretrizes que atendessem a necessidade real e emergente. Dessa forma, com a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi autorizada a reformulação do calendário letivo, validando as atividades remotas e não presenciais, passando assim a serem computadas no quantitativo da carga horária anual. Foram ainda flexibilizados os 200 dias letivos obrigatórios na Educação Básica desde que cumpridas as 800 horas de atividades letivas, que não sofreram alteração ou algum tipo de flexibilização.

A partir da homologação das diretrizes de caráter emergencial estabelecidas pelos órgãos competentes, teve início uma nova fase em que foram colocadas em prática por meio do ensino remoto e que se mostrou como alternativa mais viável e acessível aos alunos neste momento de crise. Segundo Moreira, Henriques e Barros (2020, p. 352) a pandemia gerou a “obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade *online*, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem”.

Assim, a figura do professor ganhou mais destaque, uma vez que passou a ser o mediador direto e efetivo entre os estudantes e o arcabouço tecnológico que se fez necessário. Ainda nesse sentido, o Ministério da Educação emitiu inicialmente orientações a serem seguidas em cada etapa de ensino, a saber:

Quadro 1 – Diretrizes de Caráter Emergencial

Educação Infantil	Creche e pré-escola: aproximação do professor com a família (virtual); estreitar os vínculos; atividades lúdicas visando o desenvolvimento. Grande desafio.
--------------------------	---

Ensino Fundamental e Médio	Anos Iniciais: atividades práticas e estruturadas, e não devem exigir que os responsáveis dos alunos substituam o trabalho do professor; Anos Finais e Ensino Médio: explorar a autonomia dos estudantes, atividades e vídeos educativos.
Educação Especial	Incluir os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, com parcerias entre profissionais especializados e professores, além de apoio aos responsáveis.
Educação Indígena, do Campo e Quilombola	As escolas poderão ofertar parte das atividades escolares em horário de aulas normais e parte em forma de estudos dirigidos e atividades nas comunidades
Ensino Superior e EJA	Ensino Superior: disponibilizar atividades não presenciais; EJA: as atividades remotas devem considerar as condições de vida do estudante, harmonia entre rotina de trabalho e estudos.

Fonte: Cardoso (2020) – Adaptação do Autor (2021)

Em março de 2020 o Governo do Estado de Goiás foi um dos primeiros a adotar as medidas de segurança como fechamento do comércio, fechamento das escolas e a proibição de qualquer evento que causasse aglomeração de pessoas. Em 15 de março a Secretaria de Saúde (SES/GO) expediu a primeira nota técnica que, de uma maneira genérica, apresentava sutis diretrizes concernentes à educação, como por exemplo, a orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE) que autorizava as escolas a utilizarem a reposição de aulas no ano letivo subsequente, caso fosse necessário.

Entre março e setembro de 2020, ocorreu a publicação de mais de 30 decretos que versavam sobre a pandemia de COVID-19, além de diversas notas técnicas e portarias¹⁵. No entanto, o que mais chama a atenção e desperta a reflexão é que de todos estes documentos oficiais/emergenciais cujo escopo é o de resguardar, proteger e garantir à população os seus direitos fundamentais, apenas dois foram direcionados exclusivamente à educação: o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020 (revogado pelo Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020), especificando que “as aulas escolares, nos estabelecimentos públicos e privados, poderão ser suspensas conforme critérios epidemiológicos e assistenciais determinados pela autoridade sanitária” (artigo XI, § 2º, Decreto 9.653/2020) e o Decreto nº 9.643, de 25 de março de 2020 que “regulamentou o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino durante o período de suspensão das aulas para enfrentamento ao COVID-19 e dava outras providências”.

¹⁵ Informações disponíveis na página oficial da Casa Civil do Governo de Goiás. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

Diante das normativas, passou a ser adotado o Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP), os professores passaram a ministrar as suas aulas via plataforma *Google Meet* seguindo as orientações e determinações da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC/GO) sobre como desenvolver de maneira profícua e satisfatória este novo modelo remoto de aulas. Ressaltamos que mesmo estando em um cenário pandêmico, a já extensa quantidade de responsabilidades atribuídas ao profissional docente foi acrescida de mais uma e de maneira impositiva: a de fazer acontecer o novo normal. Segundo o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO), por meio do REANP definiu para o Sistema de Ensino do Estado:

[...] a possibilidade de manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de alunos e professores nas dependências das unidades escolares. O regime de aulas não presenciais engloba todas as escolas e todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. O regime especial tem caráter de excepcionalidade e vem permitir, neste período em que estão suspensas as aulas nas escolas públicas e particulares em decorrência do coronavírus, a produção de material e de atividades pedagógicas e complementares, sua oferta aos estudantes e o atendimento escolar que será contado como dia letivo (GOIÁS, 2020).

No período que compreende 13 de março de 2020 a 01 de agosto de 2021, as escolas estaduais permaneceram fechadas, passando a receber os alunos em regime de aulas híbrido-presenciais, trata-se do retorno máximo de 50% dos estudantes em consonância com as deliberações dos órgãos responsáveis pelos protocolos de biossegurança e Saúde Pública de Goiás. Em 18 de outubro de 2021, as escolas abriram as portas para 100% dos alunos, salvo aqueles portadores de comorbidades, aqueles que ainda não haviam sido vacinados e alunas gestantes.

Na tentativa de amenizar os impactos causados pelo dispêndio por parte da aquisição de dispositivos tecnológicos para melhoramento da qualidade das aulas remotas pelos professores, em dezembro de 2020 o Governo do Estado de Goiás ofereceu aos professores um bônus de R\$ 2.591,00 e posteriormente, no dia 14 de maio de 2021 foi publicada no diário oficial uma medida para que os professores e agentes pedagógicos da rede estadual de educação de Goiás fossem beneficiados com um bônus de R\$100,00 em seus salários para auxiliar o custeio das despesas com internet, a notícia foi dada nos veículos de imprensa por meio da secretária Estadual de Educação Fátima Gavioli,¹⁶ que assegurou que o pagamento deste último bônus deverá permanecer até o fim da pandemia.

¹⁶ Fonte: <https://www.abc.go.gov.br/noticias/b%C3%B4nus-de-100-reais-a-professores-para-ajudar-na-internet-ser%C3%A1-pago-este-m%C3%AAs.html> Acesso em: 12 dez. 2021.

No que diz respeito aos alunos, o Governo do Estado de Goiás implantou em abril de 2020 o auxílio de alimentação escolar no valor de R\$ 75,00 pagos quinzenalmente para alunos cujos nomes constassem inscritos em algum programa social do governo. Em maio de 2021 foi anunciado o cartão alimentação que durante o período de 3 meses receberia um crédito no valor de R\$ 30,00 para a compra de alimentos nos estabelecimentos de comércio local. Já no período que compreende agosto e dezembro de 2021, foram distribuídos mensalmente para cada aluno da rede estadual, em sua respectiva unidade escolar, kits alimentação que continham alimentos não perecíveis e produtos da agricultura familiar¹⁷.

Logo no início do mês de agosto de 2021, para os alunos do 3º ano do Ensino Médio foram distribuídos 60 mil computadores do tipo *Chromebooks* para que os alunos pudessem se conectar de onde estivessem e assim, dar seguimento rumo ao final do ciclo de Educação Básica priorizando os estudos e o eventual ingresso na vida acadêmica universitária.¹⁸

Enquanto isso, no município de Caldas Novas, a única ação verificada no sentido de amenizar os danos provocados pelo momento pandêmico na vivência dos estudantes da rede pública municipal concentrou-se na distribuição dos chamados kits-merenda, em quantidades proporcionais ao que cada aluno se alimentaria durante o mês se estivesse frequentando a escola no regime presencial de outrora. Tais kits, que deveriam ter sido distribuídos mensalmente, foram entregues na unidade escolar de cada aluno, todavia em atraso sob a justificativa da Secretaria Municipal de Educação, de que o processo licitatório das empresas de gêneros alimentícios estava ainda tramitando, devido à transição da gestão.

Apesar do aspecto assertivo de medidas do tipo, por parte do Governo Estadual, vale ressaltar que para os professores da rede municipal de ensino não houve iniciativas como estas nem por parte da antiga gestão, nem por parte da nova, mesmo diante do apelo em nome da classe, manifestado neste sentido pelas forças sindicais de cunho municipal na pessoa jurídica do Sindicaldas. Ao final, os professores seguem arcando com os custos com conexão, suporte e aquisição de aparatos ergonômicos. Neste sentido, há que se compreender que mais uma vez fica evidenciada a exorbitante desigualdade de condições que a mesma categoria de profissionais é submetida, mesmo estando situadas geograficamente no mesmo estado, configurando, portanto, duas realidades distintas.

¹⁷ Fonte: <https://www.podergoias.com.br/materia/5474/durante-pandemia-governo-de-goias-garante-alimentacao-escolar-para-530-mil-alunos-da-rede-publica>. Acesso em: 12 dez. 2021

¹⁸ Fonte: <https://www.abc.go.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2021.

É compreensível o fato de que a acentuada, e agora mais explícita, desigualdade social se manifeste em todos os setores da vida pública, todavia a situação na Educação capta os olhares de preocupação principalmente por ser ela a responsável pela integração, sociabilização, inserção e formação de gerações de profissionais que futuramente prestarão serviços à sociedade, além do incontestável fato de que é a escola a responsável pela formação intelectual desta geração. Este estudo se propõe na análise temporal de um período em que a pandemia se encontra em plena vigência, entretanto compreendemos historicamente que, com base nos atuais eventos e suas formas de serem geridos, é possível projetar um dano incalculável na vivência escolar de todos os agentes responsáveis, caso nenhum tipo efetivo de ação seja pensado, dialogado e posto em prática ou caso alguma ação equivocada e ineficaz seja executada.

Em se tratando do aspecto técnico que este novo normal tem acarretado, o município de Caldas Novas, dentro de suas atribuições, parece não ter entendido que medidas educacionais tão radicais como estas exigem diálogo, planejamento e um detalhado estudo de realidades para que sejam executados de maneira equiparada e igualitária para todas as partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, afinal, de acordo com Moreira, Henriques e Barros (2020, p. 352) os atuais tempos de pandemia de COVID-19 fizeram com que houvesse a “obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem”.

Partindo deste pressuposto, enxergamos as ações de retomada da educação em formato remoto como sendo no mínimo incoerentes, haja vista que inicialmente não foram ponderadas as condições laborais e ergonômicas que este novo normal implicaria aos professores, não foi realizado previamente um levantamento que elencasse, pelo menos quantitativamente, o número de estudantes que não possuíam recursos, conhecimento e domínio das tecnologias digitais, sequer foi feito um levantamento da quantidade de alunos que ainda não tinham acesso a internet. Foram tomadas as decisões e, simplesmente repassadas para que fossem executadas pela categoria docente de maneira inflexível e não ponderada, conforme se percebe analiticamente ao longo deste estudo.

A discrepância entre a Educação na rede estadual de ensino e na rede municipal de ensino de Caldas Novas revela-se como sendo uma realidade veemente, cuja hipótese explicativa inevitavelmente recai sobre números, lucros e receitas. É sobre este aspecto que reside talvez a maior das preocupações e das situações de perigo, o condicionamento integral

da educação à economia, o que aos olhos da sociedade pode transmitir a ideia de que educação é gasto e não investimento.

Inevitavelmente incorremos novamente ao modelo ultraneoliberal, resultante de uma distorção de sentidos, para sustentar a tese de que apoiado na situação de crise pandêmica mundial este modelo encontrou solo fecundo para se estabelecer de vez nos setores públicos, especialmente na Educação, exatamente pelo fato de sobrepor números e índices às pessoas humanas, além de tornar ainda mais precária a educação pública estimulando a educação privada, o que inevitavelmente implicará no equivocado pensamento de que o privado tem mais qualidade do que o público, o que julgamos ser proposital dadas as características neoliberais aqui discutidas e que acabam, desta forma, por atrelar à Educação o *status* de mercadoria.

A partir daí, surge a compreensão de que o a modalidade de ensino remoto nada mais foi do que uma medida dotada de total pragmatismo, um pragmatismo que exclui em vez de incluir e, finalmente, um pragmatismo equivocado por julgar possível a conversão de todo o trabalho docente presencial/real em remoto/virtual. Ao empregar o termo equivocado a esta transposição, temos em mente as consequências negativas e excludentes que inevitavelmente tem atingido a educação básica e todas as práticas de ensino elaboradas e desempenhadas ao longo do tempo. Equivocada pois flexibiliza por completo todo um conjunto de práticas, metodologias, pesquisas e avaliações que vinham sendo utilizadas na educação e repentinamente sofreram tamanha modificação, mesmo que em caráter de emergência, além de impactar significativamente o trabalho docente e a formação sócio-intelectual dos estudantes na pandemia.

Espelhados neste cenário de crise sanitária e educacional é que compreendemos o momento histórico da pandemia de COVID-19 como sendo o momento de maior estranhamento na educação pública brasileira, sobretudo pelo seu caráter excludente pelo qual os estudantes com maior vulnerabilidade social passam a ser ainda mais marginalizados e esquecidos e os professores, bem como o seu trabalho docente, passam a assumir uma postura mecanizada ao longo do processo, que de maneira compulsória faz com que sejam desconsiderados todos os valores de humanização e acolhimento, característicos de uma educação inclusiva que já haviam sido arduamente conquistados ao longo da História.

4.2 A Pandemia e as Atividades Educativas em Caldas Novas/GO

Iniciamos trazendo uma síntese do panorama educacional da Cidade de Caldas Novas, e para tal, entendemos ser indispensável que este momento se dê pela revisitação do PNE (Plano Nacional de Educação) para que cheguemos à construção conjunta do PME (Plano Municipal de Educação) e que assim se torne possível e mais clara a compreensão.

O PNE refere-se à Lei nº 13005/2014 que é responsável por definir os rumos da Educação no Brasil sendo constituído por um arcabouço de diretrizes, estratégias e metas, tópicos estes desenhados e definidos para o recorte temporal válido para próximos 10 anos, com início na data de 25 de junho de 2014, quando a lei passou a vigorar. Ressalta-se ainda que todo este conjunto de diretrizes, estratégias e metas são de responsabilidade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em consonância com o PNE, após estudos e conferências, os municípios devem alinhar-se ao PNE e também de forma conjunta com representantes de todos os agentes envolvidos na Educação realizando um estudo acerca da realidade do município em questão e, a partir daí, desenvolver seu Plano Municipal de Educação (PME), em harmonia e consonância com o PNE.

Desta forma, tomemos como ponto de partida a Lei nº 2.272/2015 que institui o Plano Municipal de Educação para o período de 2015 a 2025, alinhado à Lei Federal nº 13.005/2014, isto é, as diretrizes do PME, que em seu art. 2º (CALDAS NOVAS, 2015) traz expressamente as seguintes metas:

- I – Erradicação do trabalho analfabetismo;
- II – Universalização do atendimento escolar;
- III – Superação das desigualdades educacionais;
- IV – Melhoria da qualidade do ensino;
- V – Formação para o trabalho;
- VI – Promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII – Promoção humanística, científica e tecnológica do país;
- VIII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos como proporção do PIB;
- IX – Valorização dos profissionais de educação;
- X – Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e da gestão democrática da educação (CALDAS NOVAS, 2015).

A partir deste prisma, se comparada à pandemia e suas consequências discutidas ao longo deste estudo, a realidade se revela ainda mais delicada e desafiadora, sobretudo quando se tem em mente que todo este trabalho será executado pela linha de frente da Educação, que são os professores, logo, a atribuição de mais responsabilidades ao trabalho do docente, que tem se sentido abalado e pressionado pelo vigente contexto de crise sanitária e educacional.

O município de Caldas Novas possuía em 2018 aproximadamente 600 estudantes com idades entre 18 e 29 anos¹⁹, entretanto a oferta de aulas da EJA antes da pandemia de COVID - 19 acontecia unicamente no período noturno e na zona urbana da cidade em 5 unidades de ensino, a saber: Escola Municipal Mather Isabel; Escola Municipal Edith Ala, Escola Municipal Santa Efigênia, Escola Municipal Professor Zico Batista e Comunidade Cigana. Logo, neste período do dia o transporte escolar que trabalhava nos períodos matutinos e vespertinos atendendo inclusive alunos da zona rural, já não estava mais em funcionamento, portanto, a EJA não conseguia alcançar os estudantes desta região. Desta forma, são observadas mais uma necessidade e mais um desafio da Educação de Jovens e Adultos.

Ao longo da pandemia de COVID-19, a rede municipal de ensino da cidade de Caldas Novas - GO, que abarca também a EJA, pode ser dividida em dois momentos de cunho político: o último ano da gestão anterior e a transição para a nova gestão devido às campanhas eleitorais para prefeito e vereadores de 2020. A gestão anterior era comandada pelo Prefeito Evandro Magal do Partido Progressista (PP), cujos ideais partidários incluem a “construção de sociedade livre, democrática, justa, pluralista, solidária e participativa, em que ressalte o absoluto respeito à dignidade da pessoa humana.”²⁰.

Foi ao longo desta gestão que a EJA do município implantou também o Ensino Médio em suas cinco unidades, além de se estender também à comunidade cigana. Os eventos pandêmicos tiveram início no último ano desta gestão e durante este período o Regime de Aulas Não Presenciais (REANP) adotado pela Secretaria Municipal de Educação e Lazer de Caldas Novas, em consonância com as medidas adotadas pelo Estado, ou pelo menos, na tentativa dela, as escolas fizeram uso do aplicativo de mensagens *WhatsApp* como ferramenta de estudos.

Para que isso ocorresse, foi necessário que cada professor criasse no aplicativo um grupo para cada turma para ministrar aulas, adicionando como membros os alunos e seus pais/responsáveis. A partir de então, os professores deveriam enviar as atividades nos grupos, gravar videoaulas e postar na plataforma de vídeos *Youtube*, bem como produzir *podcasts*, aguardar a devolutiva das atividades e fazer a busca ativa de todos os alunos que não conseguissem cumprir ou acompanhar o novo modelo de ensino.

¹⁹ Dados extraídos do Portal Observatório do PNE, disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 28 dez. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://progressistas.org.br/manifesto/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

A atual gestão é comandada pelo Prefeito Kleber Marra do partido Republicanos, que alinhado aos ideais de seu partido, defende “um movimento político conservador, fundamentado nos valores cristãos, tendo a família como alicerce da sociedade, preservando a soberania nacional, a livre iniciativa e a liberdade econômica, encorajando o progresso tecnológico como caminho inevitável para o desenvolvimento humano”²¹.

Isto posto, os novos gestores assumiram seus respectivos cargos e a partir daquele momento a proposta foi seguir o modelo utilizado pela rede estadual de educação e implantar o sistema híbrido de ensino, mesmo as escolas não sendo/estando tecnologicamente preparadas para tal. Seria necessário, por exemplo, que todas as unidades dispusessem de um computador por sala de aula, além de câmera e microfone e uma conexão de internet que fosse potente o suficiente para transmitir em tempo real as aulas a serem ministradas pelos docentes, a partir de sua respectiva unidade escolar. Todavia, devido à inviabilidade da adaptação estrutural, os professores permaneceram trabalhando em suas casas, desta vez com transmissão de suas aulas em tempo real.

O segundo momento, iniciado com a posse da nova gestão na prefeitura municipal, em janeiro de 2021, fez emergir a urgente necessidade de análise, estudo, planejamento e desenvolvimento de novas estratégias de ação, haja vista que a tentativa a partir de então era um alinhamento total com as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/GO). Nesta fase, foi deliberado que a transmissão das aulas remotas em tempo real seria ministrada via plataforma *Google Meet*, combinada com a plataforma *Google Classroom* mais os antigos grupos de *Whatsapp* das salas de aula, além de plantões de dúvidas e reforço *online*.

Para atender os alunos que não tinham recursos ou equipamentos, foi definido o sistema *Drive Thru* de entrega de atividades na unidade escolar o que acabou trazendo outra questão para se pensar, pois os alunos atingidos pela entrega de atividades não conseguiriam realizá-las por não terem tido acesso à aula em tempo real dada a falta de condições. Como resultado, uma considerável parcela destes alunos sequer aparecia na unidade para retirar as atividades da semana, e este número foi aumentando cada vez mais.

Não foi observado que, enquanto os professores da rede estadual utilizavam uma plataforma de ensino própria, que já possuíam antes de pandemia para postagem e controle de atividades, além do aplicativo *Google Meet* para ministrarem suas aulas em tempo real, os professores da rede municipal de Caldas Novas ainda não trabalhavam com este modelo de

²¹ Disponível em: <https://republicanos10.org.br/sobre-o-republicanos/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

transmissão. Os planos de aula e atividades sofreram adaptações para que os conteúdos ministrados favorecessem se não todos, pelo menos a maioria dos alunos naquele momento. Assim permaneceu até o final do ano letivo de 2020, com a classificação de todos os alunos matriculados para a série seguinte, mesmo os que não participaram das aulas por motivos diversos. Ressaltemos que esta prática produziria no ano seguinte um retrocesso no ensino e na aprendizagem dos estudantes.

Devido ao fato de ter sido desconsiderada a realidade e o perfil dos alunos da rede municipal e estadual de ensino, este sistema não funcionou como esperado em Caldas Novas em decorrência da falta de recursos materiais, de equipamentos digitais e de conexão com a internet por parte dos alunos, uma vez que nesta fase, um considerável quantitativo de professores já estava física e emocionalmente esgotado e custeando seus equipamentos tecnológicos.

Para que se alcançassem os alunos sem acesso às mídias digitais, conforme mencionado previamente, a estratégia desenvolvida foi a entrega de atividades pelo método de *drive thru* aos alunos que não puderam ser contemplados com o Regime de Aulas Não Presenciais. Todavia, ocorreu que a aceitação e o medo de se dirigirem às unidades escolares para buscar as atividades foram bem expressivos e significativos, resultando no fracasso desta ação, que novamente não ponderou os riscos ao oferecer as atividades referentes às aulas ministradas virtualmente para os estudantes que não conseguem assisti-las justamente por não terem acesso a internet, por exemplo.

Em se tratando do trabalho docente frente às constantes e repentinas alterações no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, observamos um aumento significativo e preocupante nas funções e atribuições dos professores, pois além de adaptar, planejar e elaborar as suas aulas e atividades, deveriam postá-las na plataforma Google Sala de Aula, nos respectivos grupos de *WhatsApp* que não foram desativados, visto que supostamente ainda constituíam o meio mais eficaz de acesso que os estudantes possuíam, ministrar a aula em tempo real via *Google Meet*, permanecer à disposição dos alunos em plantão de dúvidas, que por vezes eram notificadas em horários absolutamente inoportunos, aguardar a devolutiva das atividades, corrigi-las e fazer a busca ativa dos alunos que não participavam das aulas *online* ou não faziam as atividades dadas.

O fator de maior preocupação dentro deste arcabouço de medidas precipitadas e arbitrárias ganha forma à medida que o não reconhecimento ou o ato de ignorar as condições emocionais, sociais, financeiras e orçamentais dos professores se faz presente no que diz

respeito a aquisição e suporte tecnológico exigindo, portanto, que os mesmos transponham de maneira repentina, toda a sua pedagogia associada às suas metodologias de origem e prática real e presencial para um universo virtual que, apesar de não ser novo, ainda não condiz com a realidade de muitos. De posse deste desafio, a categoria docente se vê mais uma vez subjugada, representando a parte subalternizada de uma ardilosa relação de poder com bases fincadas no pensamento ultraneoliberal que intimamente está associada à ideia de Estado Mínimo de Direito, de intervenção mínima nos serviços e do pensamento que o Estado é um mal necessário.

Do outro lado da tela há, ou supostamente deveria haver, diversas pessoas humanas, pessoas que representam inúmeros núcleos sociais exercendo naquele momento o papel de alunos, de sujeitos de direitos que aparentemente foram novamente excluídos social e digitalmente devido a avalanche de ações que por si só revelaram-se como sendo inviáveis e incoerentes. É neste sentido que Magalhães (2021, p.1265), de maneira precisa, assevera que:

[...] qualquer medida que vise estimular a EAD ou formas de ensino remoto no país deve considerar também a realidade daqueles estudantes que têm alguma responsabilidade doméstica, aqueles que precisam trabalhar em idade escolar e os que, embora tenham celular, não podem pagar por um pacote de dados suficiente para acessar plataformas e aplicativos educacionais. Cabe destacar também que muitos estudantes brasileiros tiveram, infelizmente, familiares doentes, que perderam o emprego ou que faleceram em virtude da pandemia de covid-19, e que um número considerável está enfrentando problemas graves de alimentação, pois, para muitos, a merenda escolar é a única refeição diária (MAGALHÃES, 2021, p. 1265).

Em junho de 2021, os professores da rede municipal de ensino receberam a primeira dose da vacinação e também os alunos maiores. Os pais e os responsáveis foram convocados a se dirigirem à sua unidade escolar para escolherem como preferiam que seus filhos estudassem a partir do segundo semestre deste mesmo ano assinando um termo de responsabilidade e assinalando a opção pelo retorno às aulas na modalidade presencial-híbrida ou permanência na modalidade remota.

Um novo documento passou a ser elaborado em complemento ao Projeto Político Pedagógico em contexto pandêmico de COVID-19, dispondo de um conjunto detalhado de estratégias para a adaptação das unidades escolares para receber os alunos no regime presencial, quando fosse estipulada uma data segura. Neste complemento, os protocolos de biossegurança estão expressos, assim como as orientações de como segui-los desde o distanciamento na fila de entrada, higienização das mãos, aferimento da temperatura corporal, fiscalização e sanitização dos banheiros ao longo do período letivo até o trato com a distribuição da merenda e distanciamento das carteiras em sala de aula.

Em agosto de 2021, por determinação do Ministério Público, as aulas retornaram no sistema híbrido-presencial àqueles estudantes que expressamente optaram por esta modalidade, que aconteceu por escalonamento, ou seja, a cada semana do mês de agosto o percentual de alunos foi aumentando até totalizar 50% da capacidade de alunos por sala. No entanto, foram canceladas as aulas via *Google Meet* aos demais estudantes que permaneceram em no regime remoto, pois as unidades escolares não receberam os equipamentos e suporte técnico necessários em cada uma das salas para a transmissão das mesmas. Outro agravante é que os professores ainda não tinham tomado a segunda dose da vacina. Desse modo, alguns retornaram e outros decidiram permanecer por conta própria na modalidade remota, por meio do *Whatsapp* até que estivessem totalmente imunizados com as duas doses²², o que aconteceu logo no final do mesmo mês de agosto.

Em outubro de 2021 foi determinado que 100% dos alunos do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) retornassem em regime presencial e, assim ocorreu, salvo para aqueles alunos com comorbidades e/ou aqueles cujos responsáveis manifestaram a preferência pelo ensino remoto. No entanto, a excessiva jornada de atividades docente prevalece, consequência da triplificação do trabalho presente na rotina diária, que envolve o planejamento e elaboração das aulas ministradas presencialmente e remotamente, postadas nos grupos do *WhatsApp* e na plataforma do Google Sala de Aula e no atendimento dos alunos da modalidade presencial e da modalidade remota.

É em meio a tantas medidas precipitadas, sem o devido estudo e adaptação e pela falta de responsabilidade em sentido estrito com a Educação por parte dos governantes, que tem se legitimado cada vez mais a comparação de qualidade e de recursos entre escola pública e escola privada, uma desigualdade tão sobressalente que a nosso ver nem deveria ser feita dadas as condições que elas se legitimam bem como o alunado de cada uma destas realidades. Compreendemos que a partir do momento que existe esta concorrência, por assim dizer, se estabelece uma relação de mercado e de consumo de um serviço que é direito de todos e dever do Estado.

A partir do momento em que a espera pública da educação passa a ser mitigada, sobretudo pela população pobre, a crise pode ser considerada como um dos reflexos de uma política ultraneoliberal que intervém o mínimo possível ocasionando a precarização do próprio serviço, para que direta ou indiretamente o mesmo serviço ofertado passe a ser mais valorizados monetariamente e, por conseguinte, pagos pela sociedade.

²² Ainda estava em avaliação a possibilidade de aplicação da terceira dose como dose de reforço.

4.3 Desafios e Perspectivas do Trabalho Docente na Concepção de Professores da Rede Municipal de Ensino de Caldas Novas/GO em Tempos de COVID-19

Conforme já descrito, optamos nos utilizar do estudo de caso com o emprego de uma abordagem quanti-qualitativa para empreender as nossas investigações e análises concentradas em cinco unidades escolares públicas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos no município de Caldas Novas/GO, a saber: Escola Municipal Mather Isabel; Escola Municipal Edith Ala; Escola Municipal Santa Efigênia; Escola Municipal Professor Zico Batista e Comunidade Cigana.

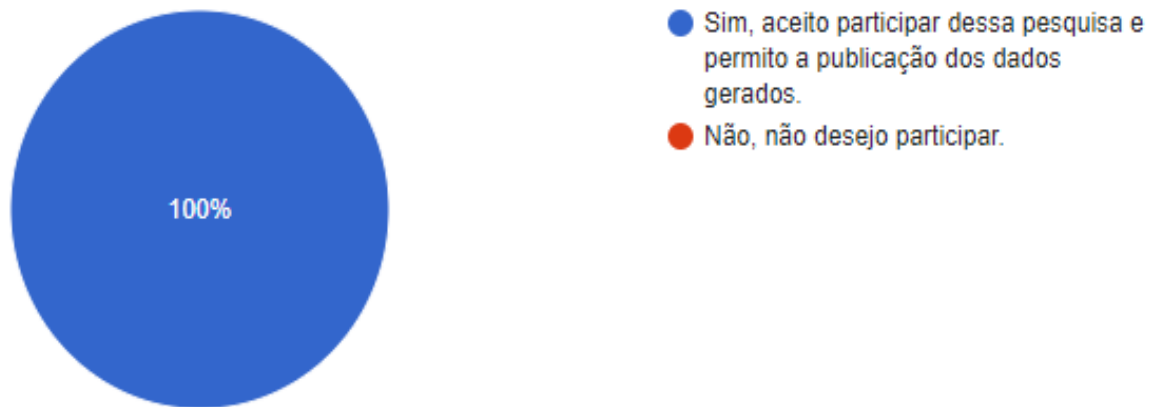
Os resultados aqui apresentados e discutidos resultam da aplicação de questionários composto por perguntas semiestruturadas destinadas aos respectivos professores da disciplina de História, por julgarmos o olhar desta disciplina mais atento não só ao aspecto patológico/clínico da pandemia de COVID-19, mas capaz de enxergar além, em uma dimensão que compreende tempo e espaço como agentes que constituem o pano de fundo de eventos que gerarão consequências sociais, filosóficas e históricas que, por conseguinte, favorecerão o estudo e diálogo para produção de conhecimentos posteriores.

Todos os procedimentos foram realizados de maneira virtual, dadas as circunstâncias e situações de riscos que o momento implica, tendo nos utilizado do aplicativo *Google Forms* para esta finalidade, obedecendo todas as medidas de distanciamento social impostas, bem como seguindo à risca todos os protocolos de biossegurança e enfrentamento da pandemia de COVID-19 adotados pela Prefeitura Municipal de Caldas Novas.

Assim sendo, a primeira questão diz respeito ao preenchimento do TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido – Apêndice 1), que após ter sido lido foi concordado por todos os cinco docentes, aqui elencados como docente A, docente B, docente C, docente D e docente E, a fim de terem suas identidades resguardadas.

A primeira pergunta foi: diante dessas explicações você concorda em responder o questionário de forma livre e espontânea e permite a publicação dos dados obtidos?

Figura 8 - Pergunta 1.



Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

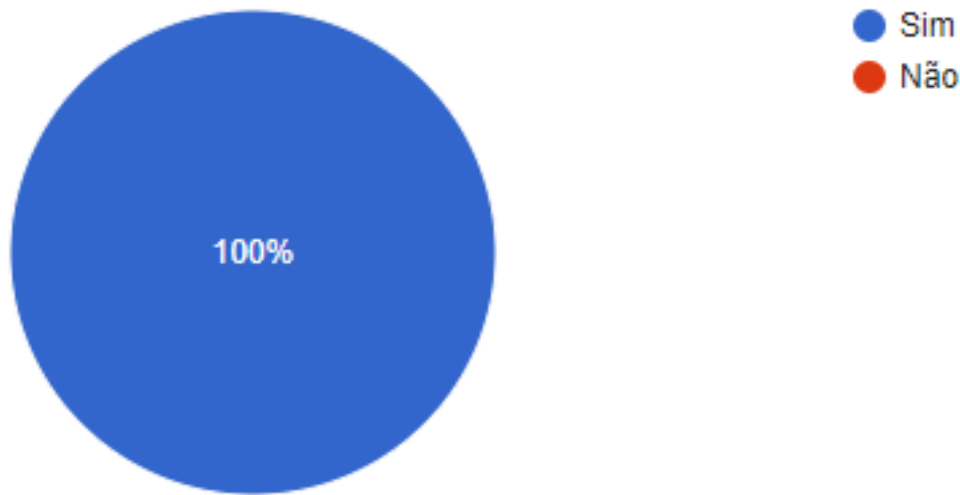
Pergunta 2: Você entende que as condições de ensino remoto são as mesmas para escolas particulares e escolas públicas?

Todos os docentes responderam, tendo sido 4 respostas negativas, ou seja, não acreditando ter havido igualdade de condições na implantação do ensino remoto, sendo que uma delas explicou que na rede pública não houve ensino híbrido (presencial e remoto) até a data da aplicação deste questionário. Um dos docentes respondeu afirmativamente com a seguinte justificativa: “Sim. Além do público das escolas particulares serem outro (possuem condições de acessar internet) as salas de aulas foram equipadas com todo material para a transmissão da aula online. Realidade totalmente diferente, quando comparada a muitas escolas públicas”.

Em contato posterior nos foi explicado pela docente que houve um equívoco ao digitar a resposta da presente questão, uma vez que a justificativa apresentada se contradisse à resposta afirmativa dada, sem possibilidade de alteração visto que o questionário foi programado para ser respondido uma única vez. Portanto a resposta, segundo a participante, é não, permanecendo inalterável a mesma justificativa. Logo, todos os participantes responderam que não acreditam que as condições de ensino remoto são as mesmas nas escolas particulares e nas escolas públicas.

A terceira pergunta foi a seguinte: em se tratando da EJA, ao longo da pandemia de COVID-19 houve diminuição no quantitativo de alunos matriculados e frequentes?

Figura 9 - Pergunta 3.



Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

Estamos aqui diante de uma informação que surge para reafirmar o fenômeno de evasão escolar ao longo da pandemia. Acreditamos que a queda no índice de alunos matriculados, conforme relataram os professores, tem estreita relação com a invasão do ensino remoto, bem como a falta de habilidades e até mesmo de recursos para a aquisição de aparelhos que propiciem melhor qualidade para a transmissão das aulas, falta de acesso à internet via *wi-fi* e por fim, falta de domínio e habilidades quanto ao uso das tecnologias digitais. Nosso entendimento é que tanto no caso da Educação para Jovens e Adultos, quanto no caso da modalidade regular de ensino, a evasão escolar é sinônimo de exclusão social sofrida cujos fatores não foram levados em consideração.

Pergunta 4: Em sua opinião, quais os motivos que o levaram à resposta da questão anterior?

O docente A respondeu que: “Nas aulas online, pelo google meet [sic] havia mais aluno que presencial de forma híbrida. Apenas as atividades pelo *whatsapp*”. Desta forma, o participante faz uma comparação entre as três metodologias/modelos impostos como possíveis estratégias de ensino para o novo normal, a saber: transmissão em tempo real via *Google Meet*, aplicação e envio de atividades pelo aplicativo de conversas *Whatsapp* e regime presencial híbrido decretado a partir de agosto de 2021. Neste caso, o participante acredita que pelo fato de os alunos que têm acesso às ferramentas digitais estarem no aconchego de seus lares, supostamente seguros do vírus, houve a certa insegurança por parte deles em

retornar às salas de aula quando foi anunciado o sistema híbrido de ensino, tudo isto associado à dificuldade no manuseio das ferramentas digitais e à falta de contato presencial. Neste caso, observa-se uma contradição: por um lado, o aluno tem acesso digital, mas não tem habilidade de manuseio e prefere o modo presencial, por outro, não retornam ao presencial por medo e acabam, portanto, evadindo.

O docente B respondeu que foram “falta de acessibilidade e Internet e os alunos acreditam que o EAD eles não conseguem aprender”. Afirmção esta que concorda com o posicionamento deste estudo em relação a acessibilidade virtual e inclusão digital destes alunos.

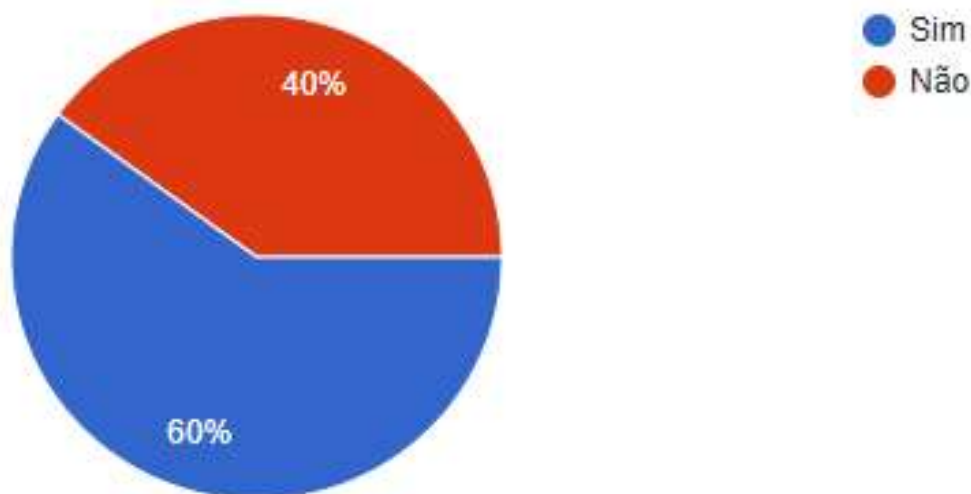
O docente C respondeu que: “Os alunos de EJA preferem o regime presencial, pois não conseguem acompanhar com o mesmo desempenho as aulas remotas”. Mais uma vez, estamos diante do fracasso desta repentina transposição de metodologias aplicadas e eficazes no ensino presencial para o ensino remoto sem assistência a nenhuma por parte da prefeitura ou secretaria de educação do município de Caldas Novas.

O docente D respondeu que: “Muitos não possuem acesso a internet (não tem *wi-fi* em casa, usam – quando tem - dados móveis”. Mais uma vez registra-se o que insistimos em enfatizar: Não foram pensadas as realidades, possibilidades e condições de acesso à internet dos estudantes.

O docente E respondeu que: “Muitos alunos justificaram a evasão por terem conseguido trabalho à noite, no mesmo horário das aulas remotas. Tiveram que escolher entre colocar alimento na mesa ou estudar e passar necessidades”. Esta resposta explicita o retrato do aumento da desigualdade social, todo este cenário expôs os alunos mais vulneráveis socialmente ao sacrifício de ter que escolher entre alimento para si e seus familiares e a continuação dos estudos. Mais uma vez, notória exclusão social.

A quinta pergunta foi: você concorda com o formato remoto adotado na pandemia, a saber: grupos de *Whatsapp*, plataforma Google sala de aula e Google Meet?

Figura 10 - Pergunta 5.

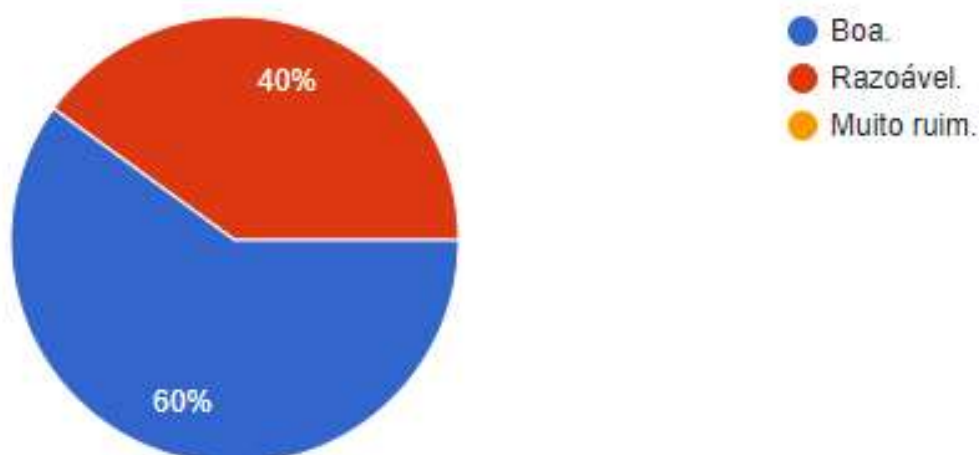


Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

Compreendemos que por acreditarem não ter outra solução para a manutenção das aulas e do vínculo dos alunos com a escola a não ser o uso das tecnologias digitais, 60% dos participantes concordaram com o formato remoto adotado na pandemia, enquanto 40% deles discordaram. É possível, também, a compreensão de que a diferença de 10% pode apontar para uma suposta incerteza dos participantes, visto que são percentuais bem próximos.

A pergunta de número seis foi: como você avalia sua conexão de internet para as aulas e atividades remotas?

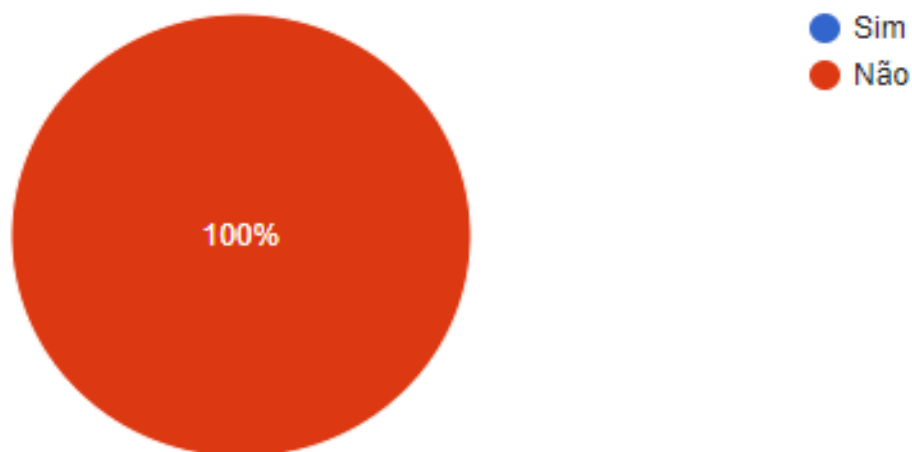
Figura 11 - Pergunta 6.



Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

A sétima pergunta foi: você recebeu algum tipo de bônus em sua remuneração destinado ao aumento na qualidade de sua conexão com a internet durante o período do fechamento das escolas?

Figura 12 - Pergunta 7.

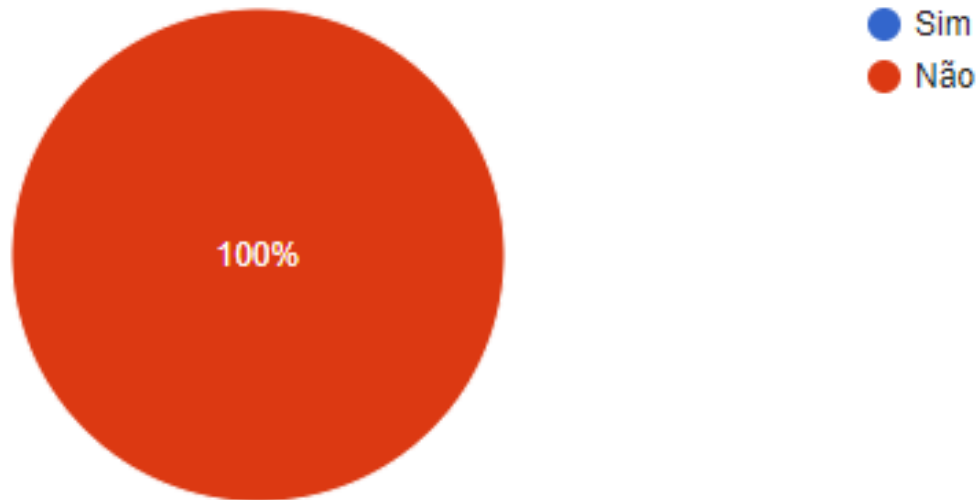


Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

Não houve nenhum tipo de subsídio por parte da Prefeitura municipal destinado à finalidade de potencializar a qualidade da conexão de internet dos professores, que até o início da pandemia supria as necessidades do seu uso cotidiano para fins domésticos, o que não é suportada quando utilizada para fins domésticos e laborais ao mesmo tempo e em escala progressivamente crescente.

A oitava pergunta foi: você recebeu algum aparelho ergonômico para auxiliar nas aulas remotas ministradas em seu domicílio, durante o período de fechamento das escolas?

Figura 13 - Pergunta 8.



Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

Mais uma vez, a evidência de que não houve, de fato, nenhuma contribuição ou atenção para o bem-estar e para a saúde física e segurança laboral dos professores.

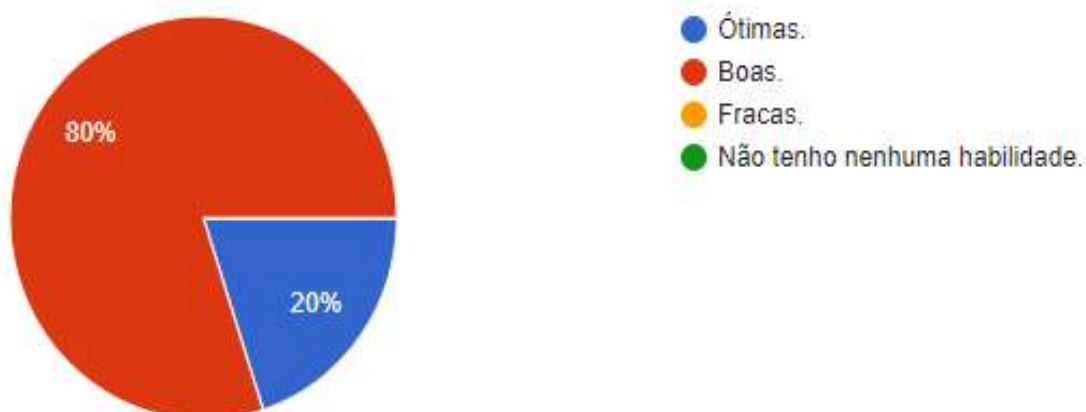
Pergunta 9: No período que compreende 16 de março de 2020, data do fechamento das escolas, até o presente momento, você apresentou algum problema de saúde de ordem física ou emocional? Se sim, quais?

O docente A optou por não responder e respeitamos isso. O docente B respondeu que: “Sim. Fui acometida pelo Covid-19 e me senti psicologicamente [sic] extremamente estressada, esgotada e com problemas de insônia”. O docente C respondeu: “Não”. O docente D respondeu que: “Algumas vezes tive ansiedade e medo do novo”. O docente E respondeu que: “Sim. Crises de ansiedade, medo, insônia problemas na coluna e problemas na visão”.

Considerando as respostas positivas, que representam a maioria, este é um dos fatores de maior preocupação e atenção. Fator este que parece ter sido negligenciado durante todo este período. Há professores doentes, professores que foram contaminados e professores emocionalmente abalados. Mais uma vez, a contundente prova de que uma vez dominada pelo sistema, a categoria passa a não receber os devidos cuidados, o que demonstra simplesmente que ela nunca foi prioridade dos patrões.

A décima pergunta feita foi: Como você avalia as suas habilidades de uso das novas tecnologias trazidas durante a pandemia para a educação?

Figura 14 - Pergunta 10

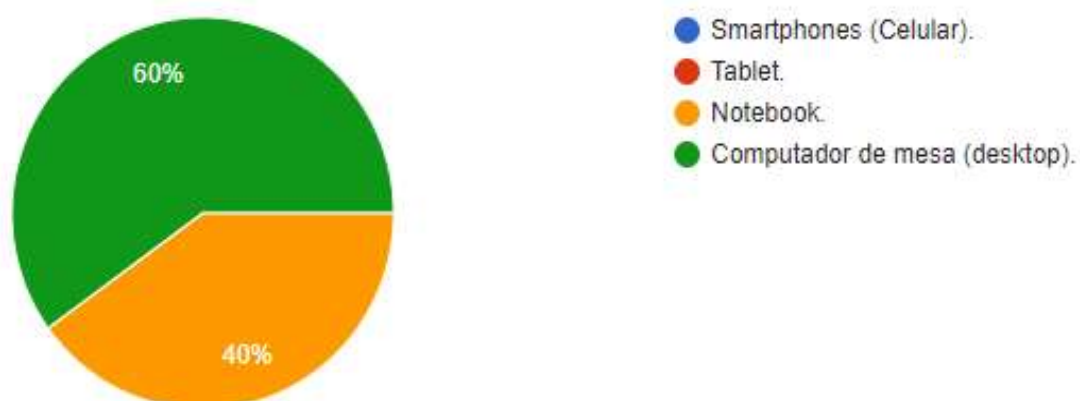


Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

A maioria dos participantes, que totaliza 80%, admite ter um bom relacionamento com as tecnologias digitais, isto representa para nós a habilidade de preparar o básico que é atribuído e necessário para a execução do seu trabalho docente, enquanto 20% acredita dominar com destreza o uso das tecnologias digitais em sala de aula, logo, bem ou mal, todos se consideram capazes de pelo menos fazer o básico.

A pergunta de número onze foi: quais dispositivos você possui para se conectar à internet?

Figura 15 - Pergunta 11.



Fonte: Gerado de maneira automática pelo aplicativo *Google Forms* após a finalização das respostas (2021).

A maioria dos professores participantes, um total de 60%, possui computador de mesa para trabalharem, enquanto 40% deles possui um computador do tipo *notebook*.

Acreditamos que isto ocorra devido ao preço de um notebook ser expressivamente mais alto do que um computador de mesa com funções básicas. As respostas da maioria dos docentes participantes dão margem à interpretação de certa falta de preocupação com o trabalho desta categoria no sentido de não possuir aparato tecnológico suficientemente otimizado, tampouco de receber do sistema, subsídio ou suporte que venha a contemplar tudo o que é necessário para a plena efetivação do novo normal. Através de diálogos e conversas foi constatado que os professores têm se sentido doentes, inseguros e coagidos desde o início da pandemia de COVID-19. O desdobramento multifacetário das práticas docentes parece estar ocasionando um desgaste de proporções extremamente preocupantes.

Quando utilizamos o termo desdobramento, referimo-nos à exacerbada carga laboral que foi atribuída aos docentes que passaram a desenvolver ainda mais atividades inerentes à modalidade de ensino remoto. Com a transição forçada, além de todo o trabalho e atividades cotidianas atinentes à função docente, os professores passaram a assumir mais responsabilidades como ser criadores de conteúdos virtuais e múltiplos canais e mídias digitais, além de dinamizadores e motivadores dos alunos que efetivamente participam das aulas remotas, um número extremamente baixo, diga-se de passagem; as devolutivas das atividades passaram a ser feitas individualmente através de mensagens privadas, além de realizar a famigerada busca-ativa aos alunos que não participam das aulas, tampouco realizam as atividades.

Existe o falacioso e cooptado pensamento de que o para lograr êxito no modelo de ensino remoto bastaria que tivéssemos mais acesso a informação, orientação e suporte pedagógico de maneira precisa, clara e concisa que, dentre outras diversas possibilidades, desenvolvesse material de apoio capaz de instruir alunos e responsáveis quanto ao desenvolvimento das atividades aplicadas ao longo das aulas (CARDOSO, 2021, p.36). Refutamos tal pensamento devido ao fato de entendermos que o real e iminente problema não reside unicamente em estratégias e recursos e sim na falta de recursos experimentada por professores e alunos, sobretudo em situação de vulnerabilidade social.

Acreditamos, portanto, que mesmo recebendo todo o suporte pedagógico e institucional no que diz respeito ao novo normal da Educação, a mazela social da desigualdade e da falta de recursos e oportunidades continuaria a ser o maior entrave em todo o processo educativo, e continuar a ignorar e negligenciar esta parcela da população só agravaria o quadro delicado no qual se encontra a educação em tempos de pandemia no Brasil.

Ficou evidente ao final deste estudo que a sujeição ao modelo neoliberal como corrente hegemônica do capital, manifesta suas consequências inclusive na educação revelando ser algo já desenhado e pensado arditosamente pelos agentes que constituem a elite dominante que compõem as sociedades tendo o próprio Estado ao seu serviço para manter a exploração elaborando, por exemplo, condições institucionais e até mesmo jurídicas que propiciem o estreitamento do vínculo com a iniciativa privada, o que inevitavelmente acarretará uma mudança na educação que, de um direito fundamental e constitucional de direito a todos, passa sutilmente a partir de então a adquirir o *status* de um serviço não mais estatal (MELIM; MORAES, 2021, p. 206).

É seguindo este raciocínio que nos deparamos com a política compulsória e orçamentária no que diz respeito a obrigatoriedade de seguir um modelo de ensino informatizado, remoto e completamente dependente a aquisição de serviços e dispositivos tecnológicos e digitais não acessível à população socialmente mais vulnerável e que torna possível a compreensão de que todas estas medidas na realidade constituem um conjunto estratégias que surge com a finalidade da supervalorização do capital em momentos de crise, sobretudo uma crise pandêmica em nível mundial. É neste sentido que a transposição do ensino presencial para o remoto passa a ser um dos diversos meios pelos quais a elite burguesa obtém lucros exorbitantes travestindo-se de uma política de inclusão que pratica exatamente a exclusão.

Entendemos que todo este viés ultraneoliberal que viola o direito à educação através de arditos meios é o que assegura e legitima a relação de mercado no campo educacional, quando este deveria ser gratuito e de qualidade dado o seu caráter de direito fundamental do indivíduo e responsabilidade do estado dando lugar à exclusão daqueles estudantes que não possuem condições e recursos para arcar com tais dispêndios para conseguirem ter acesso a um direito que sempre fora deles próprios. Este é o propósito da hegemonia do capital financeiro. Este é o mais temido dos vilões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter a oportunidade de explorar uma cadeia de eventos históricos atípicos e em tempo real não é privilégio de muitos pesquisadores. Embora lidando com dados tão alarmantes, trágicos e catastróficos foi necessário, e talvez a parte mais dolorosa de todo o processo, separar o sujeito pesquisador do sujeito humano e professor que a cada tratamento de dados e constatação de realidades diversas precisou de toda a imparcialidade possível em nome de um bem maior que é a História como Ciência e como documentação crítica e analítica, bem como ferramenta de pesquisa, projeção e intervenção para tempos futuros, entretanto com muito respeito e sensibilidade à memória das vítimas e à dor e sofrimento daqueles que perderam pessoas importantes.

O recorte temporal do ano de 2021 foi necessário e desafiador ao mesmo tempo, pois trata-se de uma pandemia que ainda não passou e assim sendo, cada dia são novos números, novos índices, novas perdas, novos projetos, novas estratégias e novas diretrizes em algum lugar do mundo. Por mais que a pandemia pareça estar intrinsecamente ligada à área da Saúde, seus efeitos foram capazes de atingir todas as esferas da vida pública e privada, no entanto com uma constatação de que o choque e as consequências têm sido sofridos principalmente pela camada pobre da sociedade.

A inquietação discursiva que move o pesquisador é imbuída de um altruísmo constantemente exercitado a tal ponto que o individual cede lugar ao coletivo, sempre na preocupação de deixar um legado acadêmico transformando-se em evidência científica e registro histórico de eventos, por vezes atemporais e atípicos, que servirão como panorama analítico e reflexivo capaz de projetar situações e comportamentos futuros, de justificar comportamentos passados sem juízos de valor, simplesmente à luz da História como a Ciência que ela representa. O atual momento de pandemia é desafiador, arriscado e incerto para toda a humanidade, entretanto é rompendo as amarras do comodismo e partindo para o estudo de causa e consequência é onde acreditamos residir a resiliência. Tanto, que segundo Freire (2020):

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de “emersão” do hoje, “molhados” do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva face das injustiças profundas que expressam, em níveis em que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética. Ou também alentados por testemunhos de gratuita amorosidade à vida, que fortalecem, em nós, a necessária, mas às vezes combatida esperança (FREIRE, 2020, p. 111).

É em consonância com o pensamento freiriano que a motivação da escolha pela categoria docente se deu precisamente pelo fato da compreensão de que a Educação de Jovens e Adultos configura um espaço intelectual de acolhimento, humanização, promoção da dignidade da pessoa humana e resiliência, sobretudo aos sujeitos já marginalizados e excluídos pela voracidade de um sistema capitalista que visa produção e altos índices em detrimento dos trabalhadores subservientes e subalternizados que o alimenta com sua própria força do seu trabalho. Salientemos, ainda, que a linha que separa o trabalho docente do trabalho discente é extremamente tênue, por vezes quase imperceptível.

No entanto, o trabalho docente não se constrói apenas quando uma aula é ministrada. O trabalho docente é um constante trabalho de pesquisa, análise, planejamento, estratégias e finalmente, a aula. Isto posto, mesmo as relações se mesclando em vários momentos devido ao seu caráter de troca, o trabalho de maior carga de responsabilidade ainda permanece centrado na figura dos professores e ser constantemente atravessado e interpelado por uma realidade que historicamente é sinônimo de luta e resistência contínuas nos coloca em uma posição diante da qual não deve se admitir indiferença.

Por compreendermos o trabalho docente da EJA como sendo completamente diferente do trabalho docente da modalidade regular de ensino dadas as circunstâncias e necessidades específicas e inerentes a cada história de vida do seu alunado é que esta pesquisa se alicerça nesta temática. Pelo reconhecimento de que existem diferenças sociais que foram ainda mais agravadas e acentuadas nas populações economicamente mais vulneráveis em virtude dos efeitos da pandemia de COVID – 19 é que julgamos não ser viável qualquer ação educacional de desconsiderar esse fenômeno, sobretudo implantando uma transposição de técnicas e metodologias efetivas para a modalidade presencial, mas não para a modalidade remota, hajam vistas as precariedades de vida ou o desconhecimento tecnológico de uma considerável parcela de professores e estudantes.

Muitas foram as percepções e conclusões às quais chegamos ao longo deste estudo. A principal delas é a de que, dentro de uma perspectiva neoliberal, ultraneoliberal até, as circunstâncias apenas serviram de pano de fundo para a legitimação de um modelo econômico e absolutamente lucrativo para empresários introduzirem seus produtos e serviços de maneira compulsória, vendendo a falsa ilusão de que o real problema seria solucionado por completo mediante sua aquisição, não restando outras possibilidades. É o pensamento que Cruz e Venturini (2020, p.1078) asseveram ao manifestar que:

Para além das situações de crise, a facilidade de adesão das instituições educativas a soluções tecnológicas privadas responde a uma série de fatores, inclusive à permeabilidade de empresas de tecnologia no setor educativo nas últimas décadas. Antes da abertura comercial da internet e do surgimento do capitalismo de vigilância enquanto modo de operação, as relações entre o mercado de tecnologias e a educação pública no Brasil já estavam articuladas (CRUZ e VENTURINI, 2020, p. 1078).

Não se pode ignorar o fato de que no Brasil a relação entre tecnologia e educação já existe há décadas, não se pode negar que as TICDs são sim capazes de intervir positivamente no processo de construção e compartilhamento de conhecimento sistematizado, no entanto desde que seu uso e a sua eficiência sejam pensados, adaptados às necessidades e realidade escolar, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos, que já vimos ser um universo desafiador e um trabalho enobrecedor que transcende os limites da sala de aula.

Todavia, sobretudo com as raízes capitalistas se fortalecendo ao longo mundo associadas agora ao advento da pandemia, do pânico e comoção social, não se pode também ignorar o fato de que o contexto foi extremamente profícuo para o reforço do privado sobre o público, da legitimação da conduta monetariamente capitalista de governos que trocam pessoas por números e, finalmente, da exploração dos nichos sociais subalternizados travestida de modernização, quando na verdade, se revela como mecanização humana, sobretudo quando pessoas transferem seus trabalhos para os seus lares.

Finalmente, cá estamos para que de maneira breve possamos expor nossas apontamentos e constatações não no sentido de estabelecer esta como a única verdade acadêmico-científica, mas com o honesto e empático intuito de que, partindo destas constatações, deixemos o caminho aberto a novas possibilidades acadêmicas, fazendo um convite a novas abordagens de ensino, a propostas de uma Educação que propiciem o diálogo e a prévia análise das diversas realidades que permeiam o processo de ensino-aprendizagem de maneira ética, responsável e igualitária entre todos os envolvidos nos processo de ensino – aprendizagem; diálogos mais participativos e que deem voz às categorias que são legitimadas para tal, diálogos que se iniciem em sala de aula e que se perpetuem para além dos muros e dos limites reais ou virtuais da sala de aula.

Acreditamos ser possível uma pedagogia alicerçada na aproximação, no acolhimento e não na exclusão; na informação e não na exclusão, ignorância e menosprezo dos que integram o lado mais frágil. Enxergamos no diálogo e na ruptura da unilateralidade e arbitrariedade poderosos pilares capazes de sustentar um ensino igualitário, digno, humanizado e acolhedor, ainda que atravessados pelas novas tecnologias de ensino. Refutamos todos os vieses ultraneoliberais que atrelados a um sistema capitalista priorizam a

violação de direitos e a subserviência precarizada das classes, sobretudo da categoria docente a qual enxergamos ser a chave intelectual de resgate da dignidade e da existência enquanto seres sociais.

No intento de não encerrar com uma batida de martelo e doravante inspirar novas possibilidades e descobertas, propomos a todos significativos reinícios e retomadas ao tema. Transitem por novas rotas investigativas, sem a certeza segura da verdade, que é deste mundo, mas com ares e fôlego de provocação e resistência, pois a busca continua e, embora os suspiros em cada ladeira da imposta condição de normalidade hegemônica tornem-se cada vez mais frequentes e com sensação de insatisfação respiratória, a caminhada não deve cessar. Afinal, os caminhos são sinuosos e repletos de obstáculos, entretanto, o milagre da existência e da sobrevivência sempre dependerá da resistência.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAFI. **CNE aprova parecer com diretrizes para reorganização dos calendários escolares e realização de atividades não presenciais pós retorno.** Publicado em 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3214>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- ALENCAR, Gersica Agripino; PESSOA, Maérico dos Santos; SANTOS, Ana Katarine de F. S; CARVALHO, Solange R. R. de; LIMA, Hommel A. de B. WhatsApp como ferramenta de apoio ao ensino. IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação. **Anais...** 2015.
- ALMEIDA, Hugo. **Mas afinal de Contas, o que é TICs.** Disponível em: <https://isitics.com/2019/07/01/mas-afinal-de-contas-o-que-e-tics/>>. Acesso em : 03 jul. 2020.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-23
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARRUDA, E. P. (2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede - Revista De Educação a Distância**, 7 (1), 257-275. Recuperado de <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/mrede/article/view/621>. Acesso em 29 ago. 2021.
- AS REDES SOCIAIS MAIS UTILIZADAS NO BRASIL EM 2021. **Maiores e Melhores**, 2021. Disponível em: <https://www.maioresemelhores.com/redes-sociais-mais-utilizadas-brasil/>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- AZEVEDO, C. E. F. & ELIA, M. F. (2011). Proposta de uma Aplicação de Mundos Virtuais na Educação usando o Open Simulator com diferentes requisitos tecnológicos. **Anais do XXII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - XVII Workshop de Informática na Escola**, de 21 a 25 de novembro de 2011. Aracaju, SE. 2011. 465–475. Recuperado de <https://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/1613>. Acesso em 07 set. 2021.
- BALL, Stephen. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARBOSA, André Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v.25, n. 51, p. 255-280, jul./out. 2020. Disponível em: <https://apl.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/565/302>. Acesso em: 04 fev. 2021.
- BEHAR, Patrícia Alejandra. O ensino remoto emergencial e a educação a distância. **CORONAVÍRUS/UFGRS**, jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufgrs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BERGER, Daniela; COUTO, Maria Clara Pinheiro de Paula; PETRY, Paulo Padilla;
- BERRIDGE, V. **Public health activism: Lessons from history?** BMJ. 2007. 335(7633):1310-2. doi: 10.1136/bmj.39399.612454.AD.

BRASIL, **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso em 20 de mar. de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: EDUCAÇÃO É A BASE**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 10 de Abril de 2021.

CARDOSO, J. A. Pandemia e o regime especial de aulas não presenciais: analisando o modelo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – SEDUC. **Revista Aproximação**, Guarapava, PR, Brasil, Vol. 02. N. 05, out/nov/dez 2020, Guarapava, PR, Brasil. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/6717>. Acesso em: 26 set. 2021.

CHURKIN, Ody Marcos. Educação à distância um marco civilizatório, um olhar holístico da pedagogia: sinergia e reflexões na conectividade em tempos de covid-19. **Brazilian Journal Of Health Review**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 3178-3196, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/8878>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise (partes 1, 2 e 3). In: *Esquerda online*, [s. l.], 08 jun. 2020. Disponível em:

Consórcio Nacional de Imprensa, disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/06/19/brasil-tem-maior-tendencia-de-alta-nas-mortes-por-covid-em-mais-de-75-dias-no-dia-em-que-supera-meio-milhao-de-vitimas.ghtml>. Acesso em 19 jun. 2021.

CRUZ, L.R.; VENTURINI, J.R. Neoliberalismo e crise: O Avanço Silencioso do Capitalismo de Vigilância na Educação Brasileira Durante a Pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. ISSN online: 2317-6121; print: 1414-5685. Disponível em: <http://br-ie.org/pub/index.php/rbie>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Tradução: José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 1998. 288p. Disponível em: http://dhnnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

DOMINGUES, Edson Paulo; CARDOSO, Débora Freire; MAGALHÃES, Aline Souza. **Nota técnica NEMEA: efeitos econômicos negativos da crise do corona vírus tendem a afetar mais a renda dos mais pobres**. [Minas Gerais]: NEMEA: Cedeplar, 2020. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/component/phocadownload/category/18-noticias?download=1302:covid-e-renda-familiar>. Acesso em fev. 2021.

ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissional e a proletarização. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.

ENSHENG, Dong; HONGRU, Du; Lauren Gardner. **An interactive web-based dashboard to track COVID-19 in real time**. 19 de fev. de 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(20\)30120-1](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30120-1). Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S1473-3099%2820%2930120-1>. Acesso em 13 de abr. de 2020.

FAGUNDES, Léa da Cruz. **Conceitos de professores em curso de formação à distância sobre mudanças na educação mediadas pelas NTICS**. XIV Salão de Iniciação Científica - 2002, Ciências Humanas, Porto Alegre, RS. Livro de Resumos XIV Salão de Iniciação

Científica. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55874>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FARIAS, Mirian Zuqueto; GIORDANO, Cassio Cristiano. **Educação em tempos de pandemia de COVID-19**: Adaptação ao ensino remoto para crianças e adolescentes. In: Editora Poisson (org.). **Tecnologias**. Série Educar, v. 44. Belo Horizonte, MG: 2020. Disponível em: https://www.poisson.com.br/livros/serie_educar/volume44/atarina.pdf. Acesso em 05 mai. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra Ltda, 2015. p. 143.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: The University of Chicago, 1962.

GAZETA DO POVO. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/santa-catarina-compra-respiradores-policia/>. Acesso em: 13 mar. 2021

GOVERNO do RJ confirma a primeira morte por coronavírus: vítima é uma mulher de 63 anos que tinha diabetes e hipertensão: ela trabalhava como empregada doméstica de uma mulher que testou positivo para a doença. G1, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2020.

HABERMAS, J. **Comentários à ética do discurso**. São Paulo: Instituto Piaget, 1991.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo RS, 1946.

HAYS, J.N. **Epidemics and pandemics**. Their impacts on Human History. Austin, Texas: Fundação Kahle, 2005.

HODGES, C; et al. (2020). **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning**. Educause Review. Recuperado de <https://er.educause.edu/articles/2020/3/thedifference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em 15 jul. 2021.

https://www.researchgate.net/publication/341885804_Transitando_de_um_ensino_remoto_e_mergencial_para_uma_educacao_digital_em_rede_em_tempos_de_pandemia. Acesso em: 04 dez. 2020.

IMBERNÒN, Francisco. **Qualidade no ensino e formação do professorado: uma mudança necessária**. (trad. Silvana Cobucci Leite) – São Paulo: Cortez, 2016.

IRELAND, Timothy D. **A EJA no Brasil em tempos de excepcionalidade causada pelo COVID-19**. CEAAL, 2020.

KENSKI, V. M. (2003). **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas-SP: Papirus.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.
- LANA, R. M. et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.l.], v. 36, n. 3, 2020.
- LEITE, Werlayne S. S. ; RIBEIRO, Carlos A. do N. . A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación**, ISSN-e 2027-1182, Vol. 5, Nº. 10, 2012, págs. 173-187 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/344265>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- LIMA, F. V. et al. **Educação não presencial na EJA do Paraná em tempos de pandemia: uma proposta possível?** Curitiba, interações, v.16, n. 54, p. 107- 125, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21022>. Acesso em: 03 fev. 2022.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986. 123. Trad. Ricardo Corrêa Barosa.
- MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.28, n.4, out.-dez. 2021, p.1263-1267. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- MARINHO, Genilson Cordeiro. **A Precarização do trabalho do professor em tempos de quarentena**. Disponível em: `style="color:rgb(125,159,211);"`. Data do acesso: 12 de julho de 2020.
- MARMOT M.; ALLEN J.; GOLDBLATT P et al. **Build Back Fairer: The COVID-19 Marmot Review**. In: *The Pandemic, Socioeconomic and Health Inequalities in England*. London: Institute of Health Equity, 2020.
- MELIM, Juliana I; MORAES, Livia C.G. Projeto Neoliberal, Ensino Remoto e Pandemia: Professores entre o Luto e a Luta. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.198-225, abr. 2021. ISSN: 2175-5604. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43547>. Acesso em: jul. 2021.
- MILLS, W. **A nova classe média**. Tradução: Vera Borda. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 380 p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2020). CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional da Educação- CNE. **Parecer 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pecp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso: 11 jul. 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Especial: doença pelo coronavírus 2019. *Bol Epidemiol* [Internet]. 2020 abr [citado 2021 abr 21];7(spe):1-28. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/06/2020-04-06-BE7-Boletim-Especial-do-COE-Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>. Acesso em: 11 jul.2021.

- MISKULIN, Rosana G. S. **Concepções teórico-metodológicas sobre a introdução e a utilização de computadores no processo ensino/aprendizagem da geometria**. Campinas: Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP, em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252870/1/Miskulin_RosanaGiarettaSguerra_D.pdf. Acesso: 20 de julho 2020.
- MOREIRA, José António M; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020. Disponível em:
- NAIFF, Luciene A. M.; CALDEIRA, Paula; PENA, Alexandra; DINIZ, Cristiane. Criar, Cuidar, Proteger, Manter, Amar: A Família Atual e os seus Desafios no Contexto de Pobreza. **Em Debate**: Revista do Departamento de Serviço Social da PUC – Rio. Rio de Janeiro. Vol. 05. 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10787/10787.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- NARCISO, Ana Lucia do Carmo; DE SÁ, Adrielli Lourenço; NARCISO, Luciana do Carmo. ENSINO EM CONEXÃO: O YOUTUBE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE APRENDIZAGEM MATEMÁTICA. XIV CILTEC-Online - novembro/2020. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/17771. Acesso em 29 abr. 2021.
- NARMANHA, Ricardo. **A epidemia da precarização: quarentena, EaD e trabalho docente**. Revista Direito, Estado e Sociedade. Blog. Disponível em: <https://medium.com/@revistadireitopuc/a-epidemia-da-precariza%C3%A7%C3%A3o-quarentena-ead-e-trabalho-docente-6927039b316d>>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- OLIVEIRA, Joana. **Em meio à rotina de aulas remotas, professores relatam ansiedade e sobrecarga de trabalho**. El País, São Paulo, 21 maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-sobrecarga-de-trabalho.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- OLIVEIRA, Priscila Patricia Moura. O YOUTUBE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA. **Simpósio Internacional de Educação a Distância**. São Carlos, 2016. Anais... São Carlos: UFSCAR. 2016. p. 1-14. Disponível em: <http://www.siedenped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1063>. Acesso em: 21 de março 2021.
- PEDAGÓGICA DE APRENDIZAGEM MATEMÁTICA. XIV CILTEC-Online - novembro/2020. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/17771. Acesso em 05 de Abril de 2021.
- PLANALTO. Pronunciamento do presidente da República, Jair Bolsonaro (24/03/2020). Youtube. 24 de mar. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-XaAE. Acesso em: 02 de maio de 2021.
- PORTARIA nº 343. (2020). Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.
- RAMONET, Ignácio. **Ante lo Desconocido**. La Pandemia y el Sistema Mundo. La Habana, Cuba, 2020. Disponível em: Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo | Un ar... | Página12 (pagina12.com.ar). Acesso em: 19 de mar. 2021.

REICH, Justin et. al. (2020). **Remote learning guidance from state education agencies during the COVID-19 pandemic: a first look**. EdArXiv, 2 Apr. 2020. Web. doi:10.35542/osf.io/437e2.

REIMERS, Fernando M.; SCHLEICHER, Andreas. **Um roteiro para guiar a resposta educacional à Pandemia da Covid-19 de 2020**. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2020. Disponível em: https://ceipe.fgv.br/sites/ceipe.fgv.br/files/artigos/um_roteiro_para_guiar_a_resposta_educacional_a_pandemia_da_covid-19_reimersschleicher_ceipe_30032020_0.pdf. Acesso em: 03 mai. 2021.

RIBEIRO, A. E. Que futuros redesenhamos? Uma releitura do manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos e seus ecos no Brasil para o século XXI. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-19, e02011, 2020.

RIBEIRO, Darcy. Educação no Brasil. In: MAURÍCIO, Lúcia Velloso (org.). **Darcy Ribeiro: educação como prioridade**. Global: São Paulo, p. 17-28, 2018.

RODRIGUES, Tereza. A utilização do aplicativo WhatsApp por professores em suas práticas pedagógicas. 6º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação. **Anais...** Recife, 2015.

ROSA, Rosane Teresinha Nascimento da. Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência e pela ação do coronavírus - o covid-19!. **Revista Científica Schola**, Santa Maria, RS, n. 1, jul. 2020 (Editorial). Disponível em: [http://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%20I%202020%20\(Rosane%20Rosa\).pdf](http://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%20I%202020%20(Rosane%20Rosa).pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. **Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil**. São Paulo, v.14, n.1 p.79-106, jan./abr. 2020

SANTOS, Flávio Reis. **Capitalismo, tecnocracia e educação: da utopia social saintsimoniana à economia (neo)liberal friedmaniana**. Judiaí/SP: Paco, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Célia M; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

SIGMAN, Hugo. La vacuna contra el corona vírus puede demorar de 6 meses a una año y medio. Perfil. Buenos Aires, 26 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/salud/coronavirus-hugo-sihman-vacuna-puede-demorar-6-meses-1-ano.phtml> . Acesso em: 15 de jan. 2021.

SILVA, Paula Junqueira da; LIMA, Antônio Bosco de. O PIBID e o gerencialismo na formação docente: a nova morfologia do trabalho no contexto neoliberal. In: LIMA, Antônio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos (org.). **Em defesa das Políticas Públicas**, Uberlândia: Navegando, 2020. p. 171-194. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/>. Acesso em: fev. 2021.

SOUSA JÚNIOR, J. H.; PETROLL, M. D. L. M.; ROCHA, R. A. Fake News e o Comportamento Online dos Eleitores nas Redes Sociais durante a Campanha Presidencial Brasileira de 2018. In: XXII SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, USP, São Paulo, 2019. **Anais [...]**, São Paulo, 2019.

STEVANIM, Luiz Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. Radis, Rio de Janeiro, **FIOCRUZ**, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.

TOSTES, M. V. *et al.* “Sofrimento mental de professores do ensino público”. **Saúde em Debate**, vol. 42, n. 116, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: Jul. 2021.

UBERLÂNDIA, **Programa Escola em Casa**. Secretaria Municipal de Educação-Prefeitura Municipal de Uberlândia. 2020. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/escolaemcasa/>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **A UNESCO reúne organizações internacionais, sociedade civil e parceiros do setor privado em uma ampla coalizão para garantir a #AprendizagemNuncaPara**. Publicado em 26 mar. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-reune-organizacoes-internacionais-sociedade-civil-e-parceiros-do-setor-privado-em-uma>. Acesso em: 03 mai. 2021.

UNESCO. Disponível em <https://pt.unesco.org/news/unesco-reune-organizacoes-internacionais-sociedade-civil-e-parceiros-do-setor-privado-em-uma>. Acesso em: 18 set. 2021.

VALENTE, J. Covid-19: Governo declara transmissão comunitária em todo o país. Agência Brasil [Internet]. 2020 Mar 2020. Acesso em fevereiro 2021]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-governo-declara-transmissao-comunitaria-em-todo-o-pais>. Acesso em: 18 set. 2021.

WEBSTER, Premila; NEAL, Keith. Covid Reflections - let us talk of politicians and professor. **Journal of Public Health**, Volume 43, Issue 1, March 2021, P. 1–2, <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdab075>.

ZAIDAN, Júnia de Mattos; GALVÃO, Ana Carolina. COVID-19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dultra dos (org). **Pandemia e Pandemônios no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. P. 261-265. Disponível em: <http://www.unicap.br/catedradomhelder/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandemo%CC%82nio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

ZHANG H.; PENNINGER, J.M.; LY, Y.; ZHONG N.; SLUTSKY, A.S.; Angiotensin-converting enzyme 2 (ACE2) as a SARSCoV- 2 receptor: molecular mechanisms and potential therapeutic target. **Intensive Care Med**. 2020; 46:586-590 doi: 10.1007/s00134-020-05985-9.

7 APÊNDICES

APÊNDICE 1

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NÍVEL MESTRADO**

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Desafios Tecnológicos Impostos à Classe Docente Diante do Contexto Histórico de Crise Pandêmica de COVID – 19 no Município de Caldas Novas”. Meu nome é Leonardo José do Carmo Silva, sou Professor da Educação Básica e também acadêmico do PPGHIS nível Mestrado em História da Universidade Estadual de Goiás, pesquisador responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, clique em sim, aceito participar da pesquisa no final desta seção. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail leonardojosedocarmo@gmail.com endereço Universidade Estadual de Goiás, R. Quatorze, 327 - Jd. América, CEP: 75650-000, Morrinhos, Brasil e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do seguinte contato telefônico: (64) 992062909. A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente 5 minutos e a sua participação na pesquisa 15 minutos.

Justificativa, objetivos e procedimentos: O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é a situação dos professores de História da Educação Básica na modalidade EJA e das condições de trabalho para o exercício de suas atividades diárias na realidade pandêmica atual. O objetivo desta pesquisa é analisar o recente contexto histórico de crise pandêmica do COVID-19, que passou a exigir a adequação da classe docente à utilização das tecnologias digitais para a manutenção das atividades de ensino e aprendizagem de forma remota e a consequente precarização de seu trabalho cotidiano. O procedimento de coleta de dados será realizado através da aplicação e análise das respostas de um questionário com perguntas abertas e/ou de múltipla escolha sobre o assunto, docentes na pandemia. Nenhuma entrevista pessoal ou conversa será realizada. Apenas serão avaliadas as respostas escritas presentes no formulário on-line.

Riscos e formas de minimizá-los: O questionário proposto tem perguntas simples e curtas para os participantes e não tem objetivo de causar constrangimento, cansaço ou aborrecimentos. Para evitar transtornos, o pesquisador estará pronto para atender os participantes e tentar minimizar problemas. Além disso, para minimizar problemas, as perguntas contidas na nossa pesquisa não envolvem dados pessoais sensíveis, tais como: dados sobre origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico. Também é importante mencionar que a qualquer momento os participantes podem optar por não responder qualquer pergunta, ou não participar mais da pesquisa, não havendo nenhuma retaliação ou penalidade.

O questionário deverá ser respondido de forma digital, não havendo riscos de contato ou aglomeração, evitando dessa forma a transmissão do corona vírus. Dessa forma, a participação em ambiente virtual minimiza os riscos físicos de contaminação para os participantes. Além disso, os dados fornecidos são confidenciais e privados, o que garante não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Se houver algum tipo de gasto para acesso aos questionários ou deslocamento para participação na pesquisa o pesquisador responsável se responsabilizará pelo ressarcimento de gastos que o participante possa ter ao participar da pesquisa.

Assistência: Se houver algum tipo de gasto para acesso aos questionários ou deslocamento para participação na pesquisa o pesquisador responsável se responsabilizará pelo ressarcimento de gastos que o participante possa ter ao participar da pesquisa. Se você sentir qualquer desconforto por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação neste estudo a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

Benefícios: Esta pesquisa terá como benefícios o reconhecimento de que professores também compõem o processo de ensino-aprendizagem e precisam ser ouvidos, além da percepção pela comunidade escolar e acadêmica de que alguns conceitos que atrelam educação e mercado devem ser revistos e desconstruídos, à luz da História.

Sigilo, privacidade e guarda do material coletado: Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo digital sob nossa guarda e

responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e todas as mídias apagadas.

Indenização: Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo como, por exemplo, transporte e alimentação, este será ressarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Os resultados obtidos na pesquisa poderão ser divulgados em revista científica e serão enviados para o e-mail de cada participante após a conclusão do estudo. Além disso, cada participante terá acesso as suas respostas automaticamente através de e-mail gerado pelo *Google forms* <https://forms.gle/9haf5S5a1mEVm5XD6>. Outra opção de acesso aos resultados da pesquisa é a solicitação via e-mail do pesquisador: leonardojosedocarmo@gmail.com.

APÊNDICE 2
QUESTIONÁRIO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NÍVEL MESTRADO

Professor Orientador: Dr. Flávio Reis dos Santos

Acadêmico: Leonardo José do Carmo Silva

Título da Pesquisa: Desafios tecnológicos impostos à classe docente diante do contexto histórico de crise pandêmica de COVID – 19 no município de Caldas Novas

Questionário Aplicado aos Docentes

01 – Você concorda que a pandemia tem acentuado a desigualdade social?

() Sim.

() Não.

02 – Você entende que as condições de ensino remoto são as mesmas para escolas particulares e escolas públicas? Se sim, justifique.

() Sim. _____

() Não.

03 – Em se tratando da EJA, ao longo da pandemia de COVID-19, houve diminuição no quantitativo de alunos matriculados e frequentes?

() Sim.

() Não.

04 – Em sua opinião, quais os motivos que o levaram à resposta da questão anterior?

05 – Você concorda com o formato remoto adotado na pandemia, a saber: grupos de *Whatsapp* plataforma *Google* sala de aula e *Google Meet*?

() Sim.

() Não.

06 – Como você avalia sua conexão de internet para as aulas e atividades remotas?

() Boa.

() Razoável.

() Muito ruim.

07 – Você recebeu algum tipo de bônus em sua remuneração destinado ao aumento na qualidade de sua conexão com a internet durante o período de fechamento das escolas?

Sim.

Não.

08 – Você recebeu algum equipamento ergonômico para auxiliar nas aulas remotas ministradas em seu domicílio, durante o período de fechamento das escolas?

Sim.

Não.

09 – No período que compreende 16 de março de 2020, data do fechamento das escolas, até o presente momento, você apresentou algum problema de saúde de ordem física ou emocional? Se sim, quais?

Sim. _____

Não.

10 – Como você avalia suas habilidades de uso das novas tecnologias trazidas durante a pandemia para a educação?

Ótimas.

Boas.

Fracas.

Não tenho nenhuma habilidade.

11 – Quais dispositivos você possui para se conectar à internet?

Smartphones (Celular).

Tablet.

Notebook.

Computador de mesa (*desktop*).